

Relatório de Gestão MPO

3º

2025

TRIMESTRAL

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal
Clayton Luiz Montes

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional
João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de Planejamento
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Consolidação SAGE/SE
Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu
Ricardo de Assis Teixeira
Lilian Chaves Maluf Faúla
Carla Cristina Araújo
Matheus Maurício Rodrigues Pereira

Revisão SE
Secretaria-Executiva

Marcus Thulio Rocha Bezerra
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla
Vinícius Fialho Reis

Arte SE
Secretaria-Executiva

Projeto Gráfico
Viviane Barros

Diagramação
Douglas Saymom
Micer Santos
Ivan Sasha

Siga nas redes sociais:

@MinPlanejamento

@planejamentoeorcamento

Última alteração: 04 de novembro de 2025.
**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento
Relatório de Gestão MPO/ Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Executiva- Brasília : MPO, 2025.

101 p. : il.

Trimestral

ISSN 3085-8232

1 Relatório de gestão 2 Prestação de contas 3 Transparência 4 Governança I.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. II. Título.
CDD – 658.151 2

Sumário

1

Governança MPO

Visão Geral do MPO	07
Estrutura Organizacional	08
Organograma do MPO	09
Alta Liderança	10
Funções Essenciais	11
Quem somos?	13
Planejamento Estratégico Institucional	14
Mapa Estratégico	16
Cadeia de Valor	17
Identidade Organizacional	18
Resultados-chave e Projetos	19
PDCA Ágil e Transparente	20

2

Desempenho da Gestão

Plano Estratégico Institucional (PEI)	21
Perspectiva de Processos Internos	22
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	23
Destaques	25
Desenvolvimento da Perspectiva	26
Gráficos por perspectiva	38
Projetos Estratégicos	40
Perspectiva de Capacidades Institucionais	69
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	70
Destaques	71
Desenvolvimento da Perspectiva	72
Gráficos por perspectiva	80
Projetos Estratégicos	82
 Publicações do MPO	 92

Sumário

3

Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	98
Gestão Orçamentária e Financeira	99
Instâncias de Governança	99
Gestão de Pessoas	99
Gestão de Serviços e Contratações	99
Gestão de Logística	99
Gestão de Tecnologia da Informação	99
Relatório de Gestão Integrado	99
Plano Estratégico Institucional	99
Supervisão, Controle e Correição	99

4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	101
--	-----

Introdução

A cada trimestre, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) reafirma seu compromisso com a transparência, a boa governança e a prestação de contas à sociedade por meio da publicação do *Relatório de Gestão Trimestral (RGT)*. Este relatório apresenta uma análise da execução da estratégia institucional do MPO, conforme definida no seu *Plano Estratégico Institucional (PEI/MPO) 2024-2027*.

O PEI/MPO, aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança, é atualizado anualmente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 24/2020 da SEDGG/SEGES/ME. Essa atualização assegura a aderência da estratégia institucional às prioridades de governo e às capacidades das unidades do Ministério, incluindo os projetos estratégicos e resultados-chave que orientam sua atuação.

Os resultados dessa avaliação são apresentados sob duas perspectivas: **Processos Internos e Capacidades Institucionais**. Em cada uma delas, são detalhados os objetivos estratégicos correspondentes e seus respectivos projetos, acompanhados da análise das métricas que evidenciam seu desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, levou-se em consideração, principalmente: i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma de cada projeto, em comparação com o planejado.

Além do detalhamento da execução da estratégia do MPO, também são apresentados neste Relatório: i) os dados gerais que contextualizam o MPO em sua missão e estrutura; ii) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; iii) informações sobre a conformidade e a gestão do MPO; e iv) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO em 2025.

Por não ser uma obrigação normativa, o Relatório de Gestão Trimestral representa uma inovação institucional do MPO, que se antecipa às exigências legais e reforça a cultura de transparência e prestação de contas. Alinha-se aos preceitos constitucionais de acesso à informação (art. 5º, incisos XIV e XXXIII, e art. 37, §3º, inciso II da Constituição Federal de 1988), bem como às disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), promovendo a participação cidadã na administração pública.

Além de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão Integrado (RGI) anual – exigido pelo Tribunal de Contas da União, conforme a Instrução Normativa nº 84/2020 –, esta publicação periódica contribui para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento governamental, valoriza a participação cidadã e contribui para uma administração pública mais aberta, eficiente e conectada com os desafios do País.

Boa leitura!

The background of the slide features a blue-tinted image of a calculator and a spiral-bound notebook. The calculator is positioned in the upper left, and the notebook is in the lower right. A solid orange vertical bar is on the far left.

1

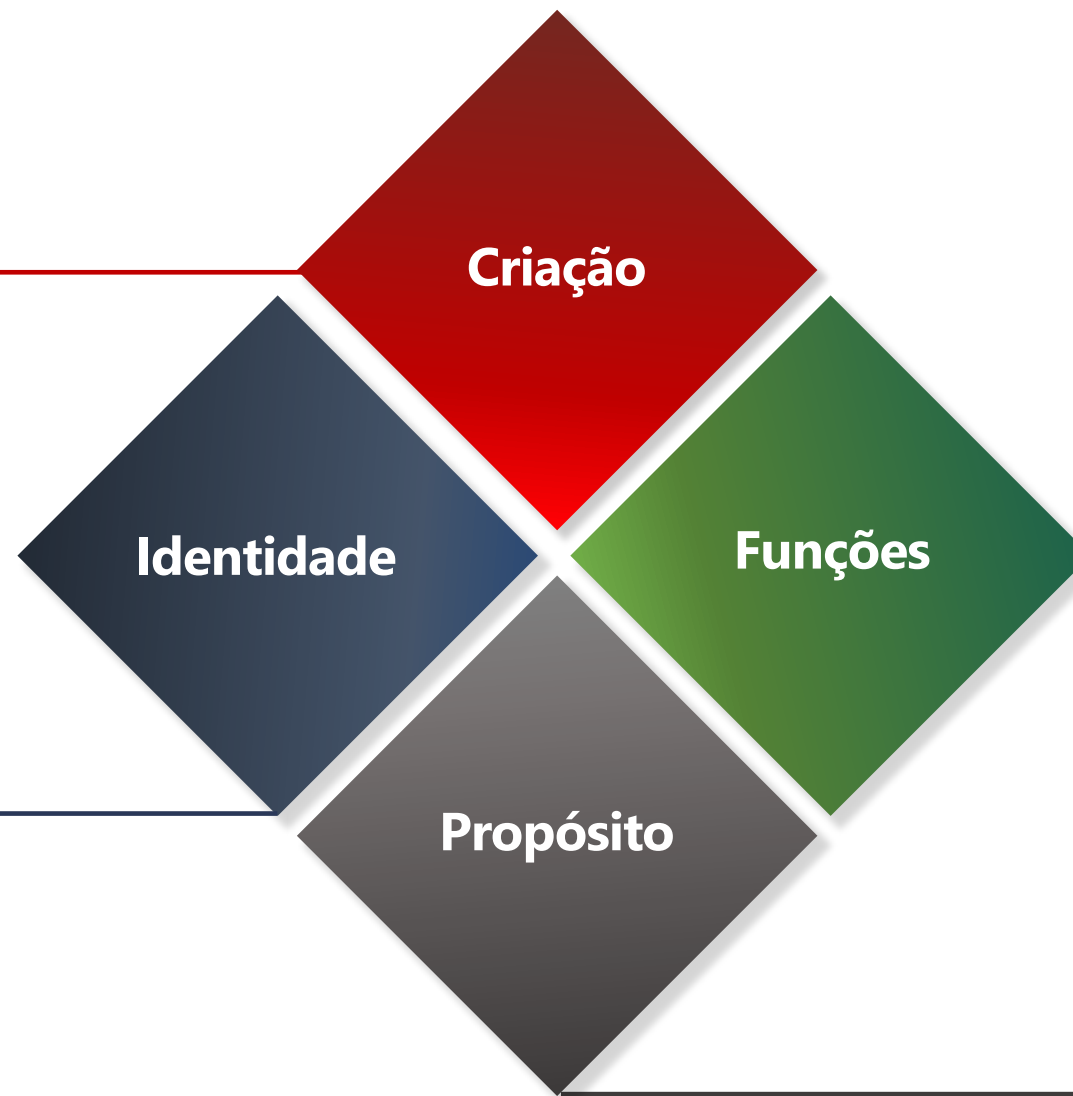
GOVERNANÇA do MPO

Visão geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o **MPO viu seu renascimento em 2023**, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal** (SIPOF), conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.



Criação

O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

Funções

Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

Propósito

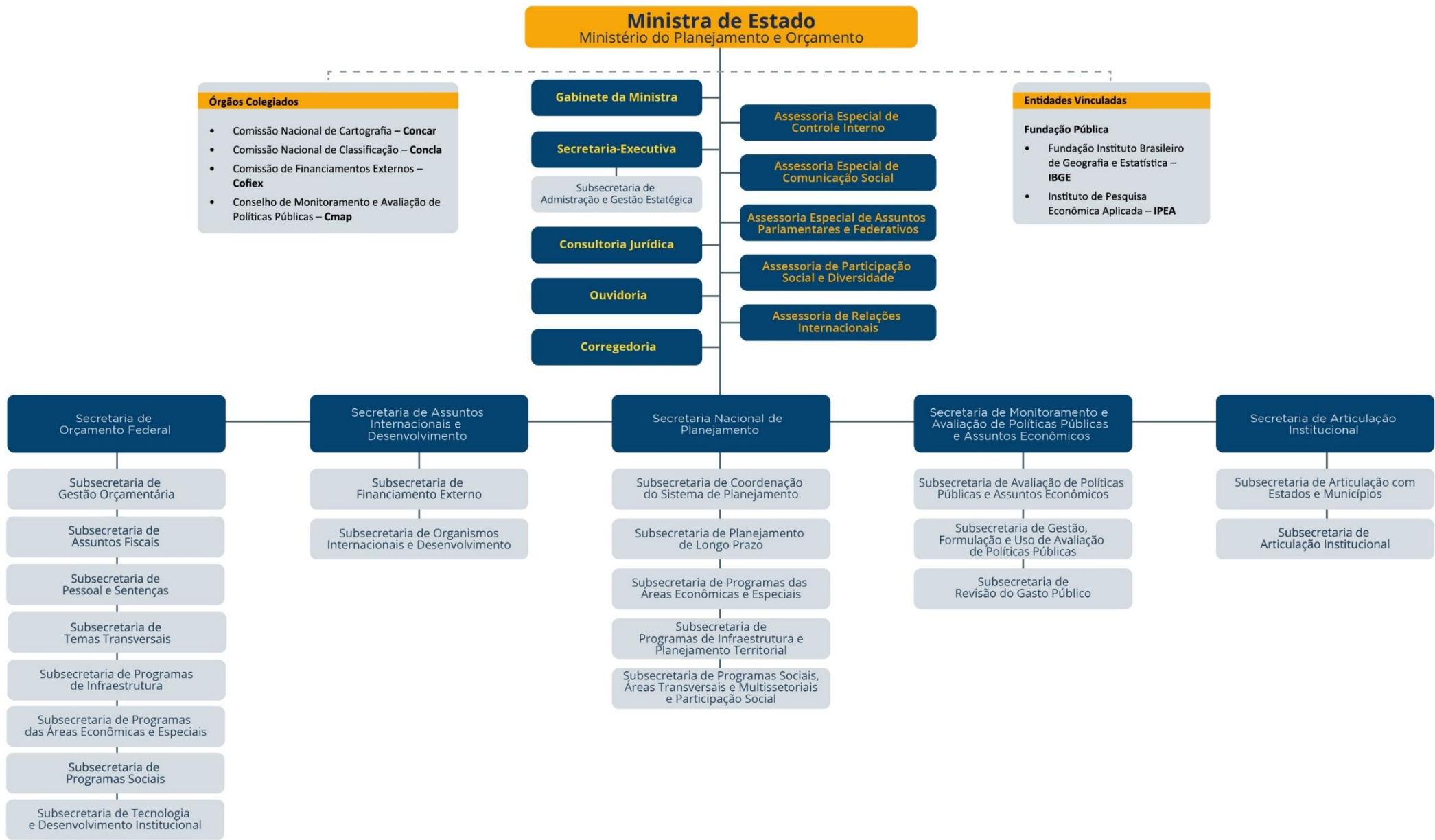
Identidade

Estrutura organizacional

A **Estrutura Organizacional** do MPO, definida pelo [**Decreto nº 11.353/2023**](#), encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:



Organograma do MPO



Alta liderança

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet
[Conheça o perfil](#)



Secretário Executivo
Gustavo Guimarães
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Monitoramento
e Avaliação de Políticas
Públicas e Assuntos
Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Orçamento
Federal
Clayton Luiz Montes
[Conheça o perfil](#)



Secretária
Nacional de Planejamento
**Virgínia de Ângelis
Oliveira de Paula**
[Conheça o perfil](#)



Secretária de Assuntos
Internacionais e
Desenvolvimento
**Viviane Vecchi
Mendes Muller**
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Articulação
Institucional
**João Victor
Villaverde de Almeida**
[Conheça o perfil](#)

Funções essenciais



Planejamento Nacional

O MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, desempenha um papel crucial na condução estratégica e integrada do desenvolvimento do País. As atribuições da SEPLAN abrangem desde a coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, até a articulação junto aos entes federados, buscando o alinhamento dos planos locais com o planejamento nacional. Além disso, a articulação entre órgãos governamentais para a formulação e gestão das agendas transversais e multissetoriais são partes essenciais do seu escopo de trabalho. Entre as principais responsabilidades da SEPLAN estão a coordenação do planejamento de longo prazo, a elaboração e acompanhamento do plano plurianual e o apoio ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas. E esse trabalho não se restringe apenas ao âmbito federal: há ainda uma busca pelo alinhamento desses instrumentos de planejamento com os de outros entes federados, promovendo coesão entre os diferentes níveis de governo.



Orçamento Federal

A gestão do orçamento federal, atribuída à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), representa um conjunto robusto de responsabilidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política orçamentária do país. Essa gestão envolve desde a coordenação e supervisão da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União até a articulação com entidades públicas e privadas para avaliar a qualidade do gasto público, passando pelo estabelecimento de normas, classificações e acompanhamento minucioso da execução orçamentária. A SOF guia tecnicamente órgãos setoriais nas questões orçamentárias, atua na coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria Nacional de Planejamento, e elabora subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio do orçamento federal.



Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

O processo de avaliação de políticas públicas assume um papel central e crucial para o desenvolvimento e efetividade das ações governamentais, contando com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) como responsável por propor, coordenar e aprimorar métodos de avaliação. A avaliação minuciosa do impacto financeiro, social e econômico das políticas, aliada à constante análise de indicadores, não apenas fundamenta decisões futuras, mas também abre portas para a constante evolução e otimização das políticas vigentes. Mais do que isso, essa abordagem respaldada em evidências e estudos é um alicerce para a promoção de políticas mais eficazes, favorecendo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

Funções essenciais



Articulação Institucional

O MPO, por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), atua na coordenação de iniciativas para fortalecimento da integração e do desenvolvimento sul-americano. Contando com uma atuação articulada, a SEAI busca integrar, planejar, coordenar e monitorar iniciativas, estudos e pesquisas, visando aprimorar a compreensão e efetividade das políticas regionais. Isso implica na sistematização de dados sobre integração e desenvolvimento sul-americano, oferecendo subsídios à alta administração ministerial. Além disso, a SEAI desempenha papel crucial na articulação com outros órgãos governamentais, para debater, acompanhar e promover assuntos de interesse do Ministério. Para aprimorar a busca por soluções adequadas aos desafios regionais, a SEAI desempenha o papel de secretaria-executiva da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, com a participação de diversos órgãos públicos e a colaboração da sociedade civil, o que permite a adoção de uma abordagem abrangente e eficaz para promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.



Revisão de Gastos







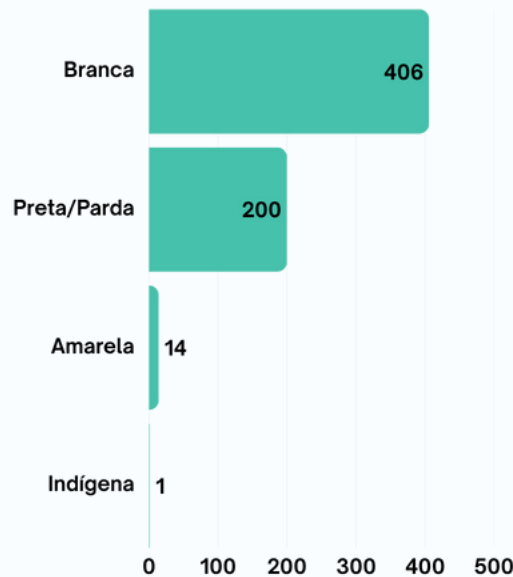
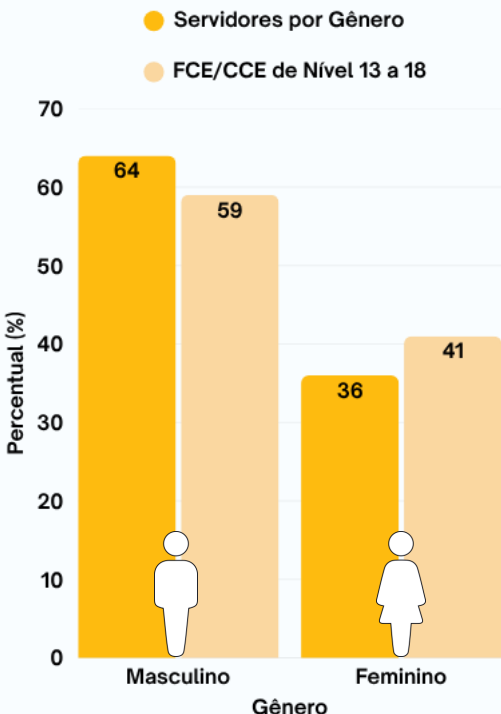
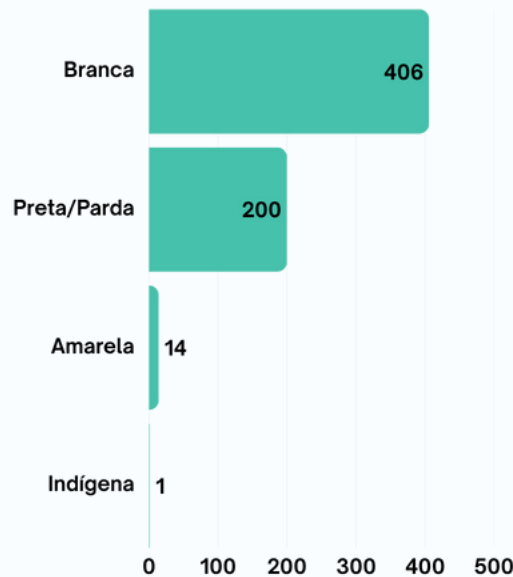
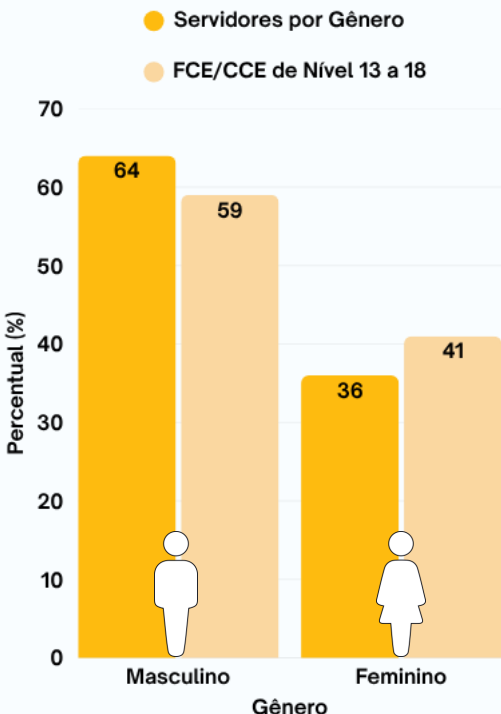
A revisão de gastos consiste na análise das despesas públicas para identificar oportunidades de economia por meio de medidas legais ou gerenciais que aprimorem políticas e programas governamentais. Ao realocar recursos para iniciativas mais efetivas e equitativas, contribui-se para a sustentabilidade fiscal e o financiamento de novas prioridades, reduzindo a “desatenção à base orçamentária” e o viés incrementalista nas decisões de gasto. No Poder Executivo federal, o processo busca enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias sobre as discricionárias, ampliar políticas existentes e aumentar a participação de programas efetivos no orçamento. Estrutura-se em três fases: levantamento de informações, elaboração de propostas com estimativas preliminares de economia e detalhamento em planos de ação com medidas exequíveis, monitoramento e mitigação de riscos. É conduzido pela Subsecretaria de Revisão do Gasto Público da SMA, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, conforme arts. 24, IX, e 34-A, I, do Decreto nº 11.353/2023.



Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

A atuação do MPO, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), se destaca pela sua amplitude e importância estratégica. As responsabilidades da SEAID incluem formular diretrizes para a negociação de programas e projetos, a partir de informações prestadas no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, coordenar a participação do MPO em órgãos colegiados interministeriais e em negociações e foros internacionais nos temas de comércio exterior de bens e serviços e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais. Sua relevância reside na possibilidade de elaborar estratégias, participar ativamente de discussões econômicas e financeiras com outras nações e representar o País em fóruns multilaterais, nos temas de competência do MPO.

Quem Somos?

																						
Composição por Gênero	Composição por Cor	Líderes de Nível 13 a 18	Programa de Gestão (PGD)																			
<div><div><div><div>Feminino</div><div>36%</div></div></div><div><div><div>Masculino</div><div>64%</div></div></div></div> <td><div><table><tr><th>Cor</th><th>Quantidade</th></tr><tr><td>Branca</td><td>406</td></tr><tr><td>Preta/Parda</td><td>200</td></tr><tr><td>Amarela</td><td>14</td></tr><tr><td>Indígena</td><td>1</td></tr></table></div></td> <td><div><table><tr><th>Gênero</th><th>Servidores por Gênero</th><th>FCE/CCE de Nível 13 a 18</th></tr><tr><td>Masculino</td><td>64</td><td>59</td></tr><tr><td>Feminino</td><td>36</td><td>41</td></tr></table></div></td> <td><div><div>10,74%</div><div>em PGD presencial</div><div>21,95%</div><div>em Teletrabalho integral</div><div>32,53%</div><div>em Teletrabalho parcial</div><div>1,28%</div><div>em Teletrabalho no exterior</div><div>33,50%</div><div>sem regime de PGD</div></div></td>	<div><table><tr><th>Cor</th><th>Quantidade</th></tr><tr><td>Branca</td><td>406</td></tr><tr><td>Preta/Parda</td><td>200</td></tr><tr><td>Amarela</td><td>14</td></tr><tr><td>Indígena</td><td>1</td></tr></table></div>	Cor	Quantidade	Branca	406	Preta/Parda	200	Amarela	14	Indígena	1	<div><table><tr><th>Gênero</th><th>Servidores por Gênero</th><th>FCE/CCE de Nível 13 a 18</th></tr><tr><td>Masculino</td><td>64</td><td>59</td></tr><tr><td>Feminino</td><td>36</td><td>41</td></tr></table></div>	Gênero	Servidores por Gênero	FCE/CCE de Nível 13 a 18	Masculino	64	59	Feminino	36	41	<div><div>10,74%</div><div>em PGD presencial</div><div>21,95%</div><div>em Teletrabalho integral</div><div>32,53%</div><div>em Teletrabalho parcial</div><div>1,28%</div><div>em Teletrabalho no exterior</div><div>33,50%</div><div>sem regime de PGD</div></div>
Cor	Quantidade																					
Branca	406																					
Preta/Parda	200																					
Amarela	14																					
Indígena	1																					
Gênero	Servidores por Gênero	FCE/CCE de Nível 13 a 18																				
Masculino	64	59																				
Feminino	36	41																				

Planejamento Estratégico Institucional



O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para o período 2024-2027 é o principal instrumento de planejamento da instituição. Ele contempla:

- a identidade organizacional, expressa pelo propósito, futuro desejado e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A identidade organizacional do MPO – formada por seu propósito, futuro desejado e valores institucionais – estabelece os fundamentos que orientam o comportamento organizacional e a formulação das estratégias. Ela expressa a razão de ser do Ministério, a direção para onde a instituição quer avançar e os princípios que devem pautar sua atuação.

O diagnóstico estratégico institucional complementa essa base ao identificar, de forma sistemática, os fatores internos e externos que influenciam a capacidade do Ministério de cumprir sua missão. Essa análise permite reconhecer oportunidades e ameaças no ambiente externo, bem como forças e fragilidades no ambiente interno, servindo de subsídio para decisões mais informadas e alinhadas ao contexto real da administração pública.

A partir dessa combinação entre identidade e diagnóstico, são definidos os **objetivos estratégicos** – que representam os resultados que o MPO busca alcançar para cumprir seu propósito e contribuir de forma efetiva com as prioridades do governo e as necessidades da sociedade. Esses objetivos são desdobrados em resultados-chave e projetos estratégicos, monitorados ao longo do ciclo de gestão para garantir a coerência entre o planejamento e a execução.

Planejamento Estratégico Institucional

Nesse contexto, o Relatório de Gestão Trimestral cumpre papel essencial ao permitir o acompanhamento sistemático da execução da estratégia institucional. Ao apresentar os avanços em relação aos resultados-chave e aos projetos estratégicos, o relatório possibilita verificar se a atuação do Ministério está coerente com as diretrizes estabelecidas pela identidade organizacional, fundamentada no propósito, nos valores e no futuro desejado; se responde aos desafios identificados no diagnóstico estratégico; e se caminha na direção dos objetivos traçados no Plano Estratégico Institucional. Dessa forma, promove a transparência, fortalece a accountability e contribui para uma gestão pública mais eficaz, alinhada às prioridades do governo e às demandas da sociedade.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



Mapa Estratégico | 2024-2027

Propósito

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.

Futuro Desejável

Planejamento, orçamento e avaliação de política públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

Valores

Ética e Integridade

Comprometimento

Transparência

Eficiência e Excelência

Sustentabilidade

Democracia

Colaboração e Cooperação

Diversidade

Resultados para Governo e Sociedade

OE 01 - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos

OE 02 - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas

OE 03 - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança

Processos Internos

OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A

OE 05 - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

OE 06 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

OE 07 - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

OE 08 - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

OE 09 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

OE 10 - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

Capacidades Institucionais

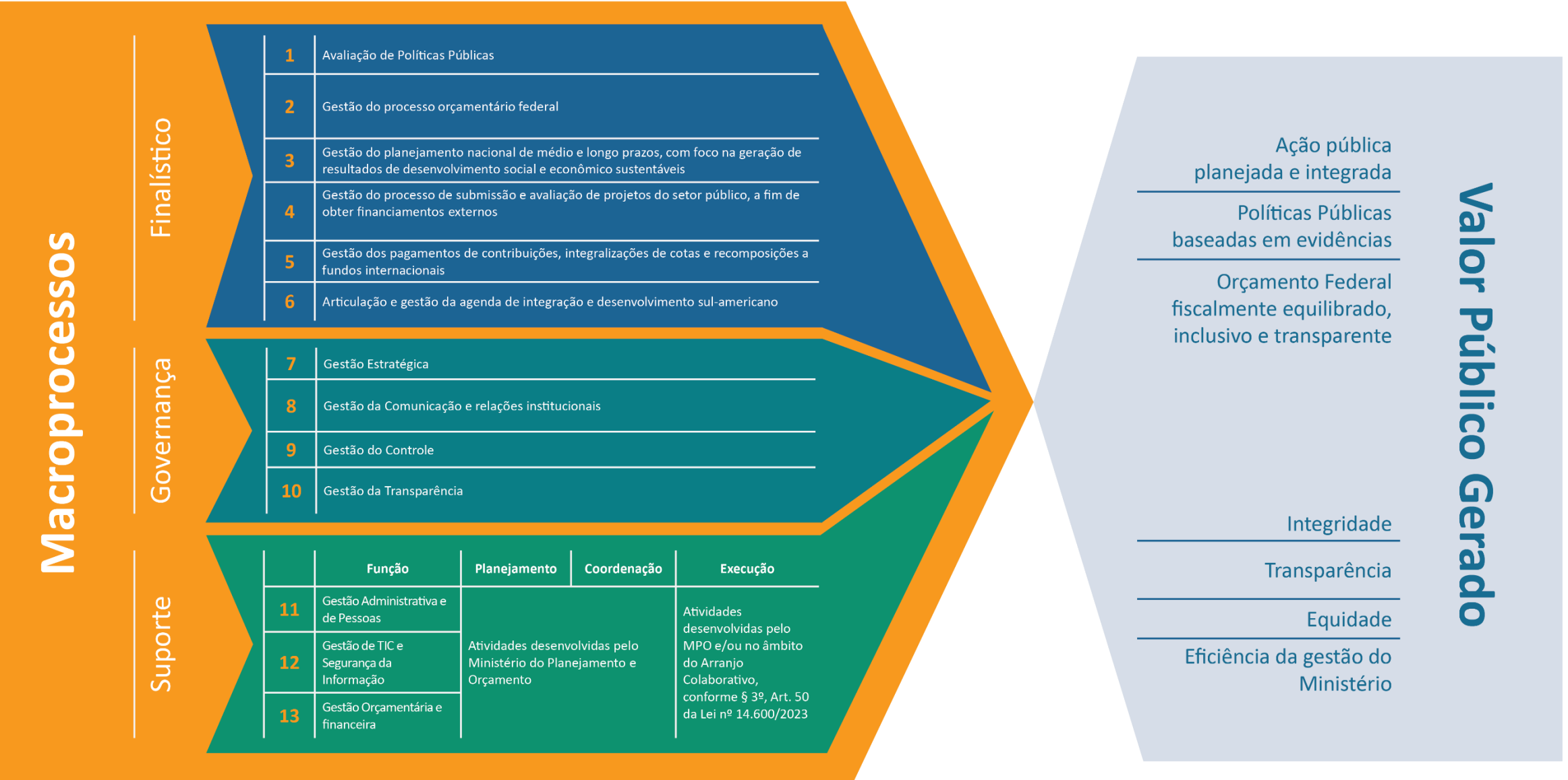
OE 11 - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

OE 12 - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas

OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

OE 14 - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Cadeia de Valor



Identidade Organizacional | Como o PEI nos move



Propósito

O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



Futuro Desejável

Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País



Valores

Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



Valor Público

O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

Resultados-chave e Projetos

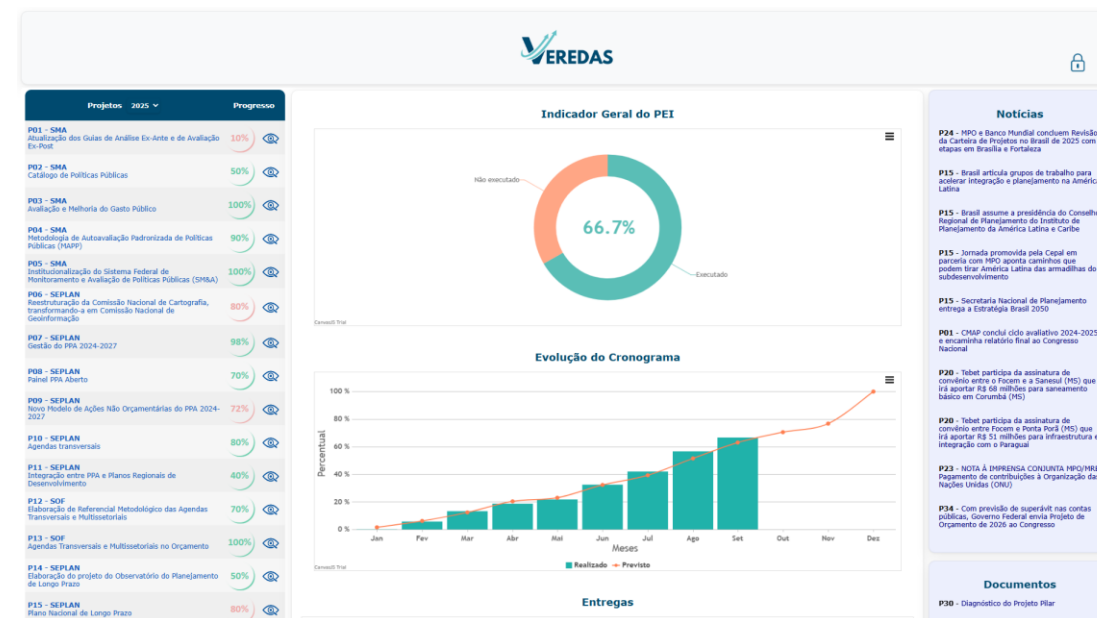
O Sistema Veredas

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permite que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

O Veredas é uma ferramenta de apoio à gestão que contribui para a elaboração do capítulo sobre Desempenho Institucional nos relatórios trimestrais, ao facilitar o acompanhamento sistemático dos projetos estratégicos e dos resultados-chave. Por meio da geração de gráficos e da consolidação de informações, apoia a comunicação dos avanços e desafios à sociedade, promovendo a transparência e fortalecendo o controle social.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos *slides*.



“Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

PDCA Ágil e Transparente: ciclos curtos para uma gestão responsiva

O PEI/MPO 2024-2027, aprovado pela [Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023](#), alinha-se ao [Plano Plurianual](#) (PPA) do mesmo ciclo e está estruturado com base nas metodologias Balanced Scorecard (BSC) e Objectives and Key Results (OKR). Sua elaboração contou com a participação efetiva das unidades do Ministério, fortalecendo o engajamento e a legitimidade das escolhas estratégicas.

No contexto do modelo PDCA Ágil e Transparente, o PEI adota ciclos curtos de avaliação, revisão e definição de resultados, promovendo um planejamento dinâmico, conectado ao presente e com maior capacidade de adaptação institucional. Seus objetivos estratégicos são desdobrados em resultados-chave e projetos, os quais são revisados e atualizados anualmente, de forma estruturada.

Ao institucionalizar o processo anual de avaliação, revisão e definição de resultados, o PEI/MPO vai além da recomendação prevista no art. 5º [da Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME/2020](#), segundo o qual o PEI deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano e, **se for necessário**, atualizado. Essa prática agrega um componente ágil ao tradicional ciclo “Plan-Do-Check-Act” e é operacionalizada de forma automatizada pela Plataforma Veredas, o que garante maior eficiência, padronização e transparência ativa.

A transparência do processo é garantida por meio da publicação dos [Relatórios de Gestão Trimestrais](#), modelo que espelha as diretrizes emitidas pelo Tribunal de Contas da União para elaboração do Relato Integrado, principal instrumento de prestação de contas do Governo Federal. Os detalhes da execução do plano são evidenciados no

capítulo destinado ao Desempenho da Gestão, que detalha os esforços em prol dos objetivos estratégicos e o desempenho dos projetos elencados no PEI.

A revisão anual considera os resultados obtidos no ciclo anterior, com base no desempenho dos projetos e análise dos resultados-chave definidos para cada ciclo. As alterações propostas para o PEI e os novos projetos e resultados-chave são apresentados ao [Comitê de Governança Ministerial \(CMG\)](#), composto pela Ministra Simone Tebet e pelas lideranças de cada Secretaria.

Na [edição 2025 do PEI/MPO](#), ocorreu um acréscimo de 34% no número de projetos estratégicos e de 44% no número de resultados-chave. A carteira de 2025 está composta por 39 projetos estratégicos, dos quais 19 são novos, e 50 resultados-chave, dos quais 43 são novos. A evolução do número de projetos estratégicos por unidade, em relação ao primeiro ano de exercício da gestão, reflete o amadurecimento das estratégias institucionais de gestão e o encontro dos líderes da alta administração com novas oportunidades de aprofundamento em suas pautas finalísticas, com projeção de entregas de valor ainda mais benéficas para a sociedade.

Ao integrar práticas modernas de gestão, o PEI/MPO 2024-2027 reafirma o compromisso institucional com a melhoria contínua e a transparência. A adoção do modelo PDCA Ágil e Transparente promove ciclos curtos e integrados de planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas, alinhando estratégia e operação e fortalecendo a capacidade do Ministério de gerar valor público de forma adaptativa, responsiva e orientada a evidências.



Case PDCA Ágil e Transparente – Premiação Agilidade Brasil 2025



Saiba mais:

[Gestão Estratégica — MPO](#)

2

DESEMPENHO DA Gestão

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Processos Internos

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
<ul style="list-style-type: none">• R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise exAnte e Ex-Post);• R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas;• R03 - Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos;• R04 - 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada;• R05 - Realizado 01 diagnóstico do SM&A;• R06 - Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e• R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP.	<ul style="list-style-type: none">• R08 – Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária do Congeo;• R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R10 - Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO; e• R12 - Novo modelo de ação não orçamentária elaborado.	<ul style="list-style-type: none">• R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 20242027;• R14 - Monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros;• R15 – Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União (SOF e SEPLAN);• R16 – Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025; e• R17 – Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024).

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
<ul style="list-style-type: none"> R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado; e R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada. 	<ul style="list-style-type: none"> R20 – Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado; R21 – Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento; R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas (SOF); R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual; e R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários. 	<ul style="list-style-type: none"> R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM; R26 – Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos; R27 – Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros; R28 – Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado; R29 – Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado; R30 – Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo; R31 – Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional; R32 –Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional; R33 – Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional; R34 – 55ª Reunião anual do BDC realizada; e R35 – Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA 	<ul style="list-style-type: none"> R36 – Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana; e R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.

Destaques

MPO ENTREGA

Estratégia Brasil 2050

Seplan/MPO entrega à ministra Simone Tebet a Estratégia Brasil 2050, o primeiro instrumento de planejamento de longo prazo participativo e colaborativo do país.

CMAP

Conclui

Ciclo Avaliativo 2024-2025
e encaminha relatório ao Congresso

MPO LANÇA

Agendas Transversais Territoriais

que integra o planejamento nacional e os planos regionais de desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.

COFIEX APROVA

US\$ 2,09 bilhões

em investimentos de estados, municípios e União.

MPO PROMOVE

Seminário Internacional

Sobre revisão de gastos públicos e gestão fiscal.

Processos Internos

No terceiro trimestre de 2025, os projetos finalísticos do MPO, representados pela perspectiva de Processos Internos no Mapa Estratégico, já avançaram em direção ao cumprimento das metas do PEI 2024-2027 programadas para o exercício.

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2025, dezenove foram alcançados, o que representa 51% do total da perspectiva. Das atividades previstas nos cronogramas dos projetos, 71,1% foram concluídas dentro do prazo previsto e 18% foram iniciadas e encontram-se em andamento.

As principais realizações ocorreram no campo do planejamento governamental de longo prazo e das iniciativas de fortalecimento da pauta de revisão de gastos públicos. De modo geral, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

Uma boa governança de avaliação, sustentada por diagnósticos técnicos e metas claras de redução gradual das renúncias, não apenas qualifica a tomada de decisão, mas também contribui para consolidar uma cultura de aprendizado e de melhoria contínua no setor público. Com essas premissas, o MPO publicou a [9ª edição do Orçamento de Subsídios da União](#), documento que apresenta os principais números e destaques associados ao comportamento mais recente dos subsídios.

A revisão sistemática de benefícios tributários, financeiros e creditícios, com base em critérios de eficiência, combate a fraudes e correção de distorções, reforça a necessidade de aprimorar a alocação de recursos e garantir que o orçamento público produza resultados concretos para a sociedade. O relatório destaca que em 2024, os subsídios somaram R\$ 678 bilhões, o equivalente a 5,78% do PIB. O índice recuou em relação a 2023, quando foi de 6,10%, após estabilidade em 2022, de 6,11%.

A maior parte dos subsídios é composta por gastos tributários, que somam R\$ 563,5 bilhões em 2024 e representam 83,1% do total de subsídios. Os benefícios financeiros correspondem a R\$ 65 bilhões (9,6% do total) e os creditícios, a R\$ 49,8 bilhões (7,3%). Os benefícios tributários registraram uma expansão nominal de 4,1% em 2024 em relação a 2023, equivalente a R\$ 22,4 bilhões.

O Simples Nacional permanece como a maior rubrica, com 17,4% do total e variação de R\$ 9,2 bilhões. Também se destacam agricultura e agroindústria, com 11,4%, e rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF, com 8,5%.

Processos Internos

O debate em torno dos subsídios da União evidencia a relevância de uma gestão orientada por evidências, em que a disciplina do gasto público se alia ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A transparência nos achados do Orçamento de Subsídios e o acompanhamento contínuo de suas tendências contribuem para uma agenda de maior racionalidade e responsabilidade fiscal.

Com o mesmo intuito de formar uma cultura de avaliação e revisão de gastos, o MPO realizou, em Brasília, o Seminário Revisão de Gastos: Aprimorando a Gestão Fiscal para Economias Mais Resilientes, reunindo autoridades, parlamentares, organismos internacionais e representantes da sociedade civil. O evento, conduzido pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA/MPO), tornou-se um espaço de aprendizado coletivo e troca de experiências internacionais, com participação de delegações de Portugal, Reino Unido, Holanda, África do Sul, além da OCDE, Banco Mundial e BID.

Na abertura, a ministra Simone Tebet destacou que a revisão de gastos não deve ser confundida com cortes lineares, mas sim como instrumento para otimizar e realocar recursos, combater fraudes e garantir justiça social. Para ela, responsabilidade fiscal e justiça social são indissociáveis, sendo o monitoramento e a avaliação de políticas públicas ferramentas centrais para assegurar que o orçamento público produza resultados efetivos para reduzir desigualdades e promover desenvolvimento sustentável. A visão foi reforçada por autoridades como o ministro do TCU, Antônio Anastasia, que apontou o gasto tributário como ponto crítico, e pelo senador Confúcio Moura, que alertou para a crescente rigidez orçamentária decorrente das despesas obrigatórias e do peso das emendas parlamentares.

Representantes internacionais e de organismos multilaterais ressaltaram que o Brasil vive uma oportunidade única para consolidar uma cultura de planejamento e gestão orientada por resultados, apoiada em bases de dados robustas e processos de revisão contínua. O encontro evidenciou que boas práticas internacionais e esforços nacionais de transparência e eficiência podem fortalecer a governança fiscal, ampliar a qualidade do gasto público e consolidar uma agenda de sustentabilidade capaz de assegurar cidadania, democracia e dignidade à população brasileira.

Nesse contexto, um importante resultado-chave foi alcançado: R03 - Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos, por meio da conclusão das seguintes entregas: (i) Relatório de sistematização do trabalho do Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos e (ii) Relatório de sistematização do processo de revisão de gastos do PLDO 2025 e do PLDO 2026. O projeto marca um passo relevante para a institucionalização da Revisão de Gasto Público.

Os relatórios trazem, ainda, estimativas de economia relacionadas a políticas públicas em curso: até R\$ 28,6 bilhões em benefícios previdenciários até 2028 (PLDO 2025), R\$ 8,7 bilhões no PROAGRO, além de atualização para o PLDO 2026, que projeta economias de R\$ 16,4 bilhões em benefícios previdenciários, R\$ 18,9 bilhões no PROAGRO e R\$ 15,4 bilhões no BPC até 2029. Esses resultados demonstram a capacidade do processo de revisão de gastos em apontar medidas realistas de economia, fortalecendo a credibilidade da gestão fiscal e a efetividade das políticas públicas.

Com foco no fortalecimento da cultura de avaliação e na integração entre planejamento, orçamento e políticas públicas, o Conselho de Monitoramento e

Processos Internos

Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) concluiu o ciclo avaliativo 2024–2025, encaminhando ao Congresso Nacional o [relatório anual com os resultados das avaliações realizadas](#). O ciclo contemplou oito políticas públicas finalísticas do Plano Plurianual 2024–2027, resultando em 22 recomendações técnicas dirigidas aos órgãos responsáveis. As avaliações foram conduzidas por dois comitês: o de Gastos Diretos (CMAG) e o de Subsídios da União (CMAS), que examinaram políticas como Qualificação Viária, Serviço de Reabilitação Profissional, Pnater, Índice de Gestão Descentralizada, Exportação da Produção Rural, Cebas-Assistência Social, Fundo de Garantia à Exportação e Perse.

Este é o primeiro relatório anual elaborado com base no novo PPA, conforme previsto na Lei nº 14.802/2024, consolidando o papel do CMAP como instância de coordenação da política de avaliação governamental. O processo contou com a participação de servidores do Ipea, do MPO (SMA e SOF), do Ministério da Fazenda (STN) e da CGU, com apoio técnico da Enap, fortalecendo o aprendizado institucional e a capacitação de servidores públicos. O modelo colaborativo, que envolve gestores das políticas desde a definição do escopo até a discussão das propostas de aprimoramento, reforça o caráter participativo e técnico do CMAP e contribui para o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P01, P02, P03, P04 e P05) relacionados ao OE 04 foi de 70,0%, frente a 50% previsto para o período.



Em 2024, quebrando uma tendência de expansão iniciada em 2020, o total de subsídios incorridos pelo governo federal diminuiu como proporção do PIB, atingindo 5,78% do PIB – inferior aos 6,10% observados em 2023.

O CMAP concluiu o ciclo avaliativo 2024–2025, com a análise de oito políticas públicas e 22 recomendações encaminhadas ao Congresso Nacional, fortalecendo a avaliação governamental prevista na Lei nº 14.802/2024.



Processos Internos

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

Em 2025, o MPO concluiu o primeiro ciclo de gestão do Plano Plurianual Participativo (PPA 2024-2027), que envolveu o monitoramento, a avaliação e a revisão ordinária do plano. Os resultados referentes ao ano-base de 2024 demonstraram avanços significativos: 74% dos objetivos e mais de 62% das entregas superaram 80% de cumprimento da meta prevista. Nas agendas transversais de Crianças e Adolescentes, Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Meio Ambiente, o desempenho também foi expressivo, com 72% dos objetivos e 64% das entregas acima de 80% das metas estabelecidas. Esses resultados reforçam a efetividade da estratégia de planejamento e gestão implementada, bem como a capacidade do PPA em direcionar políticas públicas de forma estruturada e transparente.

A revisão ordinária do PPA 2024-2027, formalizada pela [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#), foi conduzida com base em evidências obtidas no monitoramento e na avaliação. O processo resultou em inovações relevantes, como a participação inédita de conselhos de políticas públicas na proposição de ajustes, a criação das Agendas Transversais Territoriais (Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste) e a qualificação de entregas, metas e indicadores. Houve, ainda, compatibilização com a LOA 2025, atualização dos investimentos plurianuais e revisão de informações macroeconômicas e fiscais, garantindo maior aderência do plano à realidade do país e ampliando sua efetividade como instrumento de gestão.

O [Relatório Anual de Monitoramento do PPA 2024-2027](#), encaminhado ao Congresso Nacional em agosto de 2025, consolidou os avanços alcançados e reforçou o compromisso com a transparência e o controle social. Estruturado em sete volumes

temáticos e um sumário executivo, o documento apresenta de forma detalhada os resultados obtidos, os recursos executados e as perspectivas macroeconômicas e fiscais. Com a atualização do painel PPA Aberto e a divulgação de relatórios específicos das agendas transversais, o governo fortaleceu a governança do planejamento, ampliou a participação social e assegurou maior clareza no acompanhamento dos compromissos assumidos, reafirmando o papel do PPA como eixo estruturante da gestão pública federal.

O fortalecimento da governança do planejamento avançou também com a instalação da Comissão Nacional de Geoinformação (Congeo), criada pela Portaria GM/MPO nº 32/2025. Em sua primeira reunião plenária, presidida pela Secretária Nacional de Planejamento, Virgínia de Ângelis, foram aprovados o Regimento Interno e instituídos os três primeiros comitês temáticos: Política e Estratégia Nacional de Geoinformação, Cadastro Territorial e Mapeamento Costeiro de Alta Precisão. As duas aprovações, publicadas por meio de resoluções, dão cumprimento ao resultado-chave “R08 - Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária do Congeo”.

A Congeo substitui a antiga Concar e passa a exercer papel estratégico na produção, integração e normatização de dados geoespaciais, em parceria com o IBGE como Secretaria Executiva. Alinhada ao PPA 2024-2027 e à Estratégia Brasil 2050, a nova comissão representa um marco na modernização da governança da geoinformação, ampliando a base de evidências para o planejamento público e fortalecendo a integração dos esforços governamentais.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P06, P07, P08 e P09) relacionados ao OE 05 foi de 80,0%, frente a 87,5% previsto para o período.

Processos Internos

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

Em 2025, um marco relevante para o fortalecimento da governança do planejamento foi a incorporação das Agendas Transversais Territoriais na revisão do PPA 2024-2027, formalizada pela [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#). As Agendas da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste articulam a execução de 1.217 entregas de 68 programas do PPA, em alinhamento com os Planos Regionais de Desenvolvimento (Sudam, Sudene e Sudeco).

O lançamento oficial ocorreu em agosto de 2025, em evento que reuniu o MPO, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), superintendências regionais de desenvolvimento e parceiros institucionais, reforçando o compromisso do Governo Federal com a integração entre planejamento nacional e estratégias regionais.

Essa inovação consolida um modelo de planejamento público baseado em três pilares: foco em resultados, participação social e articulação federativa. Pela primeira vez, os Planos Regionais de Desenvolvimento foram formalmente integrados ao PPA, ampliando a coerência das ações governamentais e fortalecendo o diálogo entre União, estados, municípios e sociedade civil.

Desse modo, as Agendas Transversais Territoriais contribuem para reduzir desigualdades históricas, especialmente na Amazônia e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde se concentram os maiores desafios sociais e econômicos do país. A pactuação com 24 ministérios, juntamente com a participação de conselhos, consórcios interfederativos e bancos de desenvolvimento, confere legitimidade às Agendas. Isso possibilita um alinhamento mais efetivo de políticas, recursos e investimentos.

O primeiro ciclo de monitoramento do PPA 2024–2027 evidenciou resultados expressivos das Agendas Transversais, reforçando seu papel como instrumentos de integração das políticas públicas e de acompanhamento social.

No caso da Agenda Mulheres, quase 70% das metas específicas superaram 100% de execução já no primeiro ano, com impacto direto em áreas como saúde, dignidade menstrual e fortalecimento da autonomia feminina, totalizando R\$ 185,4 bilhões em empenhos. Também se destacaram ações voltadas às mulheres rurais, que alcançaram mais de 758 mil beneficiárias, fortalecendo a autonomia econômica e produtiva desse público.

Na Agenda Meio Ambiente, o desempenho foi igualmente robusto, com 70% dos objetivos específicos e 66% das entregas superando 80% de execução em 2024, somando R\$ 92,9 bilhões em empenhos. Entre os avanços, destacam-se a antecipação em três anos da meta de cobertura nacional de previsões de deslizamentos pelo Cemaden e o fortalecimento de políticas voltadas à emergência climática e à bioeconomia, consolidando a integração entre ciência, tecnologia e proteção social.

Os esforços em prol da Agenda de Crianças e Adolescentes também foram bem-sucedidos, com a superação de 80% de execução em três de cada quatro metas, com R\$ 262,9 bilhões empenhados. Na educação básica inclusiva, as matrículas de estudantes com deficiência ultrapassaram 115% da meta prevista, destacando-se como um dos maiores avanços da Agenda.

A Agenda de Igualdade Racial aponta que mais de 7 em cada 10 metas específicas (71,43%) e cerca de 6 em cada 10 entregas (59,09%) superaram 80% de execução em 2024. Entre os esforços empreendidos, destacam-se as ações afirmativas para ampliação da presença da população negra no serviço público federal e a superação do patamar inicialmente projetado para o número de bolsas concedidas a estudantes negros no ensino superior e na pós-graduação, além do reforço à fiscalização das condições de trabalho análogo à escravidão.

Já a Agenda de Povos Indígenas alcançou mais de 65% das metas acima de 100% de execução, com destaque para o programa de Demarcação e Gestão Territorial e para os avanços na saúde indígena, incluindo a queda da mortalidade infantil por causas

Processos Internos

evitáveis, avanço que está alinhado com a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Agenda 2030 da ONU, que busca reduzir as mortes evitáveis de crianças menores de cinco anos.

Esses resultados evidenciam que as Agendas Transversais do PPA fortalecem a governança do planejamento, promovem maior integração das políticas públicas e geram impactos sociais concretos em todo o país. Os dados completos e atualizados estão disponíveis no [Portal PPA Aberto](#).

Além dos resultados alcançados, os esforços do OE 06 são reforçados por iniciativas metodológicas que consolidam a transversalidade e aprimoram o acompanhamento das políticas. Nesse contexto, destaca-se o projeto P12 - Elaboração de Referencial Metodológico das Agendas Transversais e Multissetoriais. O projeto publicou o [Guia Prático de Transversalidade de Povos Indígenas nas Políticas Públicas – no Plano e no Orçamento](#), fechando a [série de seis](#). A iniciativa reflete o compromisso do MPO em integrar planejamento, orçamento e monitoramento, qualificando o gasto público e consolidando a transversalidade como eixo estruturante da gestão federal.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P10, P11, P12 e P13) relacionados ao OE 06 foi de 72,5%, frente a 72,5% previsto para o período.



Relatórios de Monitoramento das Agendas Transversais (MPO, 2025)



Lançamento das Agendas Territoriais (MPO, 2025)

Processos Internos

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

A Estratégia Brasil 2050 foi entregue pela Secretaria Nacional de Planejamento (Seplan/MPO) à ministra Simone Tebet, em um esforço colaborativo com os demais ministérios. O documento representa o primeiro instrumento de planejamento de longo prazo participativo e colaborativo do país.

Sua construção foi marcada pela ampla participação social e interfederativa. Ao todo, 130 entidades e mais de 5 mil pessoas — entre cidadãos, especialistas, gestores públicos, lideranças empresariais, representantes da sociedade civil e da academia — contribuíram por meio de consultas públicas, oficinas técnicas, eventos estaduais, entrevistas e dezenas de reuniões. A consulta nacional registrou mais de 154 mil acessos e 4,4 mil propostas, e foram realizados 16 diálogos presenciais em todas as regiões do país.

A base técnica da Estratégia incluiu 21 estudos temáticos, quatro estudos estratégicos — sobre clima, demografia, infraestrutura e cenários macroeconômicos — e análises regionais com 41 indicadores socioeconômicos e ambientais.

Estruturada em três eixos — Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos; Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática; e Fortalecimento das instituições democráticas, das capacidades estatais e da soberania nacional —, a Estratégia define 18 Objetivos Nacionais de Longo Prazo com metas mobilizadoras, como dobrar o PIB *per capita*, reduzir o índice de Gini para 0,4, erradicar a pobreza, universalizar a educação básica de qualidade, alcançar a neutralidade de emissões líquidas de gases de efeito estufa e modernizar as instituições públicas.

Os esforços de análise e validação envolveram plenárias com os ministérios, reuniões bilaterais para ajuste de indicadores e metas, além da apresentação ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), ao Conseplan e ao Conselho da Federação. Paralelamente, dedicou-se especial atenção à institucionalização da governança da Estratégia, condição essencial para garantir sua continuidade para além dos ciclos políticos e de governo.

Com esse propósito, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do Conseplan, em setembro de 2024, que elaborou e apresentou à ministra Simone Tebet, em agosto de 2025, um documento com orientações para o normativo de institucionalização do planejamento de longo prazo do país. A perspectiva de institucionalização — por meio de resolução ou lei específica — reflete a preocupação com a governança e com a necessidade de um pacto interfederativo que assegure a articulação entre União, Estados e Municípios, garantindo um planejamento suprapartidário e estável.

Essa institucionalização busca criar mecanismos jurídicos e institucionais que consolidem a Estratégia como referência obrigatória para a formulação e execução de políticas públicas, reduzindo riscos de descontinuidade e fortalecendo a capacidade do Estado de promover transformações estruturais sustentadas no tempo.

Fundamentada nos valores de soberania, democracia, equidade, diversidade e solidariedade, a Estratégia Brasil 2050 apoia-se na visão de futuro do país para os próximos 25 anos:

“Uma nação desenvolvida e inovadora, que cresce com justiça social e ambiental, assegura oportunidades para todas as pessoas e lidera a oferta de soluções globais para um mundo mais sustentável e inclusivo.”

Processos Internos

O documento final consolidado da EB 2050 foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para validação final e institucionalização. Os estudos, documentos técnicos e materiais de apoio estão disponíveis no [site oficial da Estratégia Brasil 2050](#).

O protagonismo brasileiro no fortalecimento do planejamento de longo prazo também se reflete no cenário internacional. Em outubro de 2025, o Brasil, por meio da Seplan/MPO, assumiu a presidência do Conselho Regional de Planejamento (CRP) do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes/Cepal) para o biênio 2026–2027.

A liderança brasileira busca consolidar uma agenda regional sustentada em três pilares — futuro, colaboração e integração —, reafirmando o compromisso com o planejamento estratégico, a cooperação regional e o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe. A iniciativa reforça o papel do país como referência na reconstrução das capacidades estatais e na promoção de um planejamento voltado à transformação social, econômica e ambiental de longo prazo.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P14 e P15) relacionados ao OE 07 foi de 65,0%, frente a 73,0% previsto para o período.



Processos Internos

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Os esforços do OE 08 têm como objetivo modernizar e tornar mais eficiente a gestão orçamentária no Brasil. A carteira do OE 08 inclui os seguintes projetos: Metas Físicas, Revisão de Gastos, Marco Orçamentário de Médio Prazo e Nova Lei de Finanças Públicas. Essas iniciativas buscam reduzir a ineficiência dos gastos públicos e alinhar o orçamento às prioridades do país, promovendo mais transparência, previsibilidade e responsabilidade fiscal.

O projeto Metas Físicas avançou de modo consistente no terceiro trimestre de 2025, ao analisar as propostas qualitativas apresentadas pelos órgãos setoriais para compor o PLOA 2026, considerando os aprimoramentos metodológicos consolidados na atualização do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2026 e as novas diretrizes para revisão do cadastro de ações.

O foco principal dessas iniciativas foi qualificar a evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado no orçamento. Em paralelo, foram mapeadas ações do tipo projeto com indícios de inconsistências na evidenciação das entregas, resultando em propostas de melhoria incorporadas ao PLOA 2026 submetido ao Congresso Nacional.

Marco importante para a gestão das finanças públicas do país, a Secretaria de Orçamento Federal concluiu o anteprojeto da Nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a Lei nº 4.320/1964. O texto incorporou as propostas da Secretaria do Tesouro Nacional, consolidando suas contribuições, e os tópicos da agenda de modernização orçamentária ([Projeto ROMANO](#)). O projeto, que tem como objetivo modernizar as normas fiscais e promover maior integração entre planejamento, orçamento e controle, segue agora para análise das demais lideranças do MPO.

O projeto de implementação do Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) no governo federal também registrou avanços importantes. Além dos aprimoramentos no desenho da iniciativa e no módulo do SIOP, agora adaptado à captação das propostas para três exercícios, também foram concluídas a captação, a análise e a consolidação das propostas orçamentárias de médio prazo.

O MOMP foi devidamente publicado no Anexo VIII do PLOA 2026 e disponibilizado no [Painel do Orçamento Federal](#), em subpainel específico, ampliando a transparência e o acesso à informação. O principal indicador do projeto, referente ao percentual de órgãos orçamentários com previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, atingiu 100%, garantindo que o resultado-chave “R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários” fosse plenamente alcançado.

No âmbito do projeto de Revisão de Gastos, foi concluída a elaboração dos dois relatórios, voltados à revisão de gastos de políticas e programas específicos. O primeiro relatório apresenta os resultados do Grupo de Trabalho instituído pela [Portaria GM/MPO nº 253/2023](#), que realizou análises detalhadas no âmbito do MPO, identificando oportunidades de racionalização e de realocação de recursos públicos. O segundo documento consolida a memória do processo de revisão de gastos desenvolvido para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, fortalecendo a integração entre planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas.

Além disso, foi finalizada, em parceria com a SMA, a minuta de normativo que propõe a inclusão da revisão dos gastos públicos federais no ciclo orçamentário anual. O projeto, concluído na esfera técnica, marca um avanço na governança orçamentária e reafirma o compromisso do MPO com a transparência, a eficiência e a melhoria contínua da qualidade do gasto público.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P16, P17, P18 e P19) relacionados ao OE 08 foi de 87,5%, frente a 69,5% previsto para o período.

Processos Internos

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

O MPO e o Fonplata assinaram um aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica em vigor, ampliando a atuação do Banco para oferecer assistência técnica não apenas na elaboração, mas também na implementação dos projetos aprovados com recursos do Focem. Antes, a cooperação se restringia à fase de preparação dos projetos.

A iniciativa é considerada estratégica pelo MPO, uma vez que o Focem possui regras específicas e complexas para aprovação de projetos. Com o aditivo, o Banco passará a apoiar os organismos executores durante a implementação, contribuindo para que os resultados alcançados sejam efetivos e gerem impacto real para as populações beneficiadas.

A parceria já tem demonstrado resultados positivos na elaboração e execução de projetos brasileiros selecionados pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex). O aditivo fortalece a governança do processo de financiamento de projetos via Focem, ampliando a capacidade dos governos subnacionais de formular e executar iniciativas que promovam desenvolvimento sustentável em regiões historicamente desfavorecidas e garantindo maior eficiência, transparência e impacto social na utilização dos recursos externos.

Com o aditivo firmado e o fortalecimento da cooperação técnica, o MPO projeta avanços significativos já no curto prazo, especialmente diante da aprovação dos dois primeiros projetos brasileiros no Focem desde a regularização da dívida em 2023, após mais de uma década sem novos projetos. Ambos serão implementados no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, e têm potencial para gerar benefícios concretos em áreas essenciais, como sustentabilidade hídrica, mobilidade urbana e integração fronteira.

Essas iniciativas inauguram um novo ciclo de investimentos do Brasil com recursos do Fundo, sinalizando não apenas a retomada da capacidade de execução de projetos estruturantes, mas também o compromisso do país em promover desenvolvimento regional equilibrado e fortalecer a integração com os países vizinhos do Mercosul.

Paralelamente, a Diretoria Executiva do Fonplata, a qual o Brasil faz parte, se reuniu virtualmente e aprovou dois novos projetos, além de discutir a proposta de aumento de capital subscrito em linha com a estratégia de fortalecimento institucional do Banco.

No Brasil, 40 milhões de dólares serão apoiados pelo programa “Arapiraca para Todos”, que transformará esta cidade do estado de Alagoas em um ambiente mais inclusivo, sustentável e resiliente. Os investimentos vão desde habitação social e ciclovias até energia limpa e espaços públicos acessíveis, impactando diretamente 234 mil habitantes, com foco em comunidades vulneráveis.

As iniciativas reafirmam o compromisso do Brasil com o desenvolvimento regional e com o diálogo permanente com os países vizinhos da América Latina, promovendo soluções sustentáveis e inclusivas em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O fortalecimento da agenda de cooperação internacional do MPO também se refletiu na conclusão da Revisão Anual da Carteira de Projetos do Banco Mundial (Bird) no Brasil de 2025, realizada entre 19 de setembro e 2 de outubro, com etapas em Brasília e Fortaleza. Coordenado pela Seaid/MPO, o evento é considerado etapa fundamental para o acompanhamento do andamento e da execução dos projetos financiados pelo Banco e aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

A revisão deste ano consolidou a abordagem descentralizada, com debates em Brasília e visitas técnicas no Nordeste, permitindo análise detalhada de iniciativas estratégicas em mobilidade urbana, financiamento climático, saúde, proteção social e segurança hídrica.

A SEAID/MPO também realizou o 1º Encontro de Revisão de Carteira do KfW Banco de Desenvolvimento, da Alemanha, em Brasília. Durante o evento, foram analisados projetos em execução no Ceará, Distrito Federal e Porto Alegre, além de discutidas iniciativas em fase de

Processos Internos

preparação, como o Projeto Curitiba Carbono Neutro e o Programa Acredita Nordeste. A reunião contou com a participação de representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de governos subnacionais e companhias executoras, reforçando o compromisso do MPO com a gestão eficiente e o acompanhamento estratégico das operações de financiamento externo.

O encontro representa um marco na consolidação da parceria com o KfW, que desde 1965 atua no Brasil em áreas como mobilidade urbana sustentável, saneamento básico e adaptação às mudanças climáticas. A iniciativa deve se tornar regular a partir de 2026, fortalecendo a cooperação entre o Brasil e o banco de desenvolvimento alemão e ampliando o impacto dos investimentos em projetos estruturantes e sustentáveis no país.

O MPO publicou a [Portaria GM/MPO nº 296 em 4 de setembro de 2025](#), que estabelece o procedimento oficial para análise técnica de propostas de adesão, associação ou aumento de contribuição a organismos internacionais por parte de órgãos e entidades da administração pública federal. A norma formaliza e regulamenta o fluxo de análise realizado pela SEAID e pela SOF, garantindo maior clareza, transparência e padronização, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Entre os pagamentos a organismos internacionais realizados pela SEAID nesse trimestre, destaca-se a quitação das contribuições do Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU), totalizando R\$ 357,2 milhões, cobrindo os três pilares do orçamento da Organização: regular, missões de paz e tribunais (IRMCT). A adimplência integral reforça o compromisso do País com o multilateralismo e com a responsabilidade fiscal, além de evidenciar o esforço coordenado entre o MPO e o Ministério das Relações Exteriores para assegurar a continuidade e o protagonismo da participação brasileira no sistema internacional.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P20, P21, P22, P23, P24, P25, P26, P27 e P28) relacionados ao OE 09 foi de 64,9%, frente a 66,6% previsto para o período.



Reunião de trabalho entre o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o KfW Banco de Desenvolvimento da Alemanha, dedicada à análise de projetos do Ceará, Distrito Federal e Porto Alegre, realizada durante o 1º Encontro de Revisão de Carteira no Brasil (MPO, 2025).

Processos Internos

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

O Brasil assinou com a China um memorando de entendimentos, por meio da Infra S.A. e da China Railway Economic and Planning Research Institute, para a realização de estudos sobre o sistema de transporte integrado no país. O acordo contempla a análise da malha ferroviária brasileira, considerando o caráter multimodal (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos).

A iniciativa promete diversificar a infraestrutura de transportes, com construção de ferrovias e sua integração com outras plataformas modais. Dentre os benefícios, o projeto poderá viabilizar a ferrovia bioceânica Brasil-Peru, que ligará o Porto de Ilhéus (BA), no Atlântico, ao Porto de Chancay (Peru), no Pacífico. A obra, que ligará Ilhéus (BA) ao Peru, será estruturada para margear rodovias já existentes, reduzindo impactos ambientais e acelerando o processo de licenciamento.

A cooperação com a China se complementa à parceria firmada entre o MPO e a Infra S.A., que prevê o mapeamento da infraestrutura já existente como rodovias, ferrovias, hidrovias e terminais intermodais e a análise do que ainda precisa ser feito para tirar do papel rotas estratégicas entre o Brasil e os países da América do Sul.

Ainda no âmbito do Programa Rotas de Integração Sul-Americana, o Governo Federal anunciou investimentos superiores a R\$ 1,2 bilhão no Quadrante Rondon (Rota 3), com destaque para:

- Recuperação da BR-364, eixo estratégico para o Acre, com obras em 12 municípios e impacto em 60% da população do estado;

- Construção da ponte binacional sobre o Rio Mamoré, ligando Rondônia à Bolívia, investimento de R\$ 421 milhões, considerado marco estratégico para integração física e econômica entre os dois países.

Essas medidas podem fortalecer a competitividade regional, ampliar a inserção do Brasil nos corredores logísticos sul-americanos e aproximar o país dos mercados asiáticos pelo Pacífico, reduzindo em até 10 mil km a distância até a China e tornando o Brasil menos dependente de portos do Atlântico.

As Rotas de Integração também foram debatidas em eventos nacionais e internacionais, demonstrando o compromisso brasileiro com a articulação política, institucional e empresarial para viabilizar a iniciativa. A ministra do MPO, Simone Tebet, destacou, em Campo Grande (MS), os benefícios da Rota Bioceânica de Capricórnio, durante a Rodada de Negócios Brasil-Chile, ressaltando o potencial de dobrar o comércio bilateral e impulsionar setores como turismo e serviços.

Já no Panamá, em encontro promovido pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), autoridades brasileiras e panamenhas discutiram a expansão das conexões logísticas e comerciais, com ênfase no papel estratégico do país como hub internacional e nas oportunidades de cooperação em infraestrutura, turismo e cadeias produtivas.

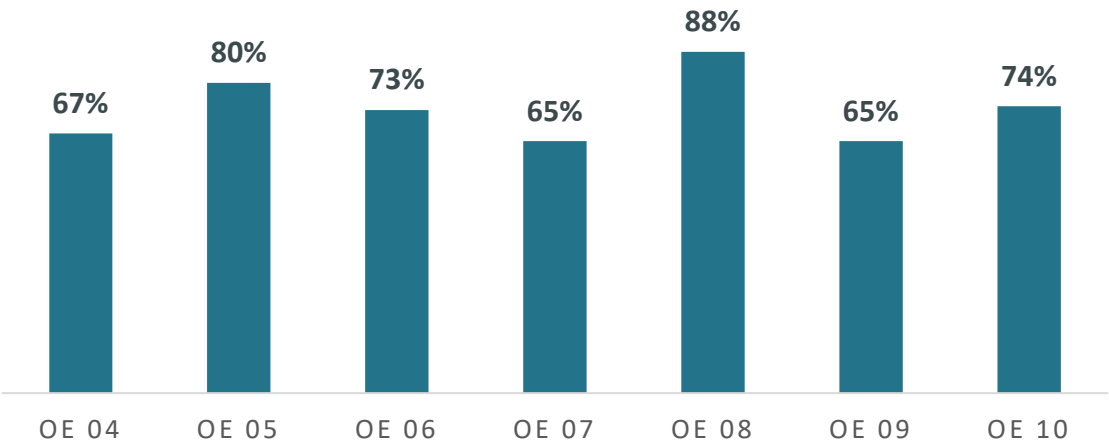
O projeto Rotas de Integração Sul-Americana foi concebido pelo MPO em 2023 e reúne cinco corredores prioritários que conectam o Brasil a países vizinhos por diferentes modais. Em articulação com estados, ministérios e parceiros internacionais, já foram identificadas 190 iniciativas no Novo PAC com impacto direto na integração regional.

O OE 10 conta em sua carteira com o projeto P29, que possui evolução em seu cronograma de 74%, frente a 48,0% previsto para o período.

Processos Internos

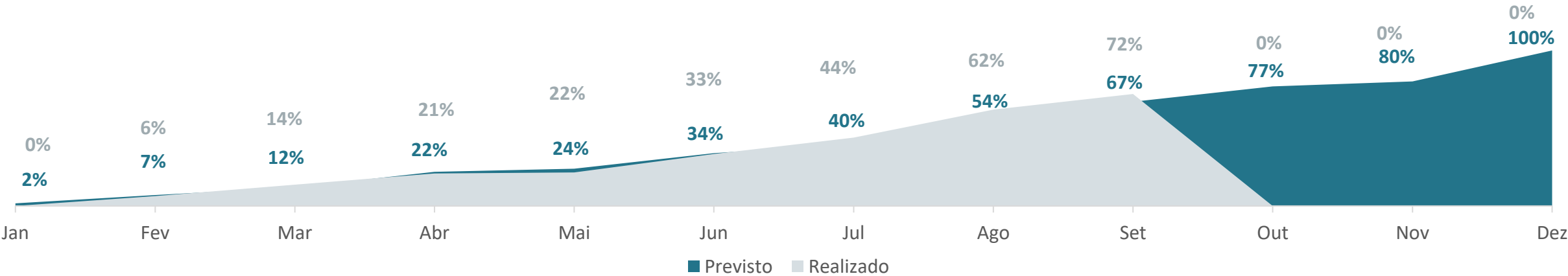
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

% alcançado



Processos Internos

Evolução dos Projetos Estratégicos – 3º Trimestre de 2025

Projeto	Evolução	Detalhes
<div><div></div>P01</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 10%	Pág. 40
P02	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 50%	Pág. 41
<div><div></div>P03</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 42
<div><div></div>P04</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 90%	Pág. 43
P05	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 44
P06	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 80%	Pág. 45
<div><div></div>P07</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 98%	Pág. 46
<div><div></div>P08</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 70%	Pág. 47
P09	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 72%	Pág. 48
<div><div></div>P10</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 80%	Pág. 49
<div><div></div>P11</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 40%	Pág. 50
<div><div></div>P12</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 70%	Pág. 51
<div><div></div>P13</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 52
<div><div></div>P14</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 50%	Pág. 53
<div><div></div>P15</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 80%	Pág. 54

Projeto	Evolução	Detalhes
<div><div></div>P16</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 80%	Pág. 55
<div><div></div>P17</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 56
<div><div></div>P18</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 70%	Pág. 57
<div><div></div>P19</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 58
P20	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 38%	Pág. 59
P21	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 60
P22	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 50%	Pág. 61
<div><div></div>P23</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 40%	Pág. 62
<div><div></div>P24</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 30%	Pág. 63
P25	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 64
P26	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 60%	Pág. 65
P27	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 66
P28	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 75%	Pág. 67
<div><div></div>P29</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> 74%	Pág. 68

Projeto com início em 2024

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02

Catálogo de Políticas Públicas

Objetivo: integrar informações de políticas públicas aos dados de planejamento e orçamento, facilitando o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Com isso, busca-se aumentar a transparência, melhorar o acesso público a informações governamentais e otimizar a eficiência na tomada de decisões pelo CMAP

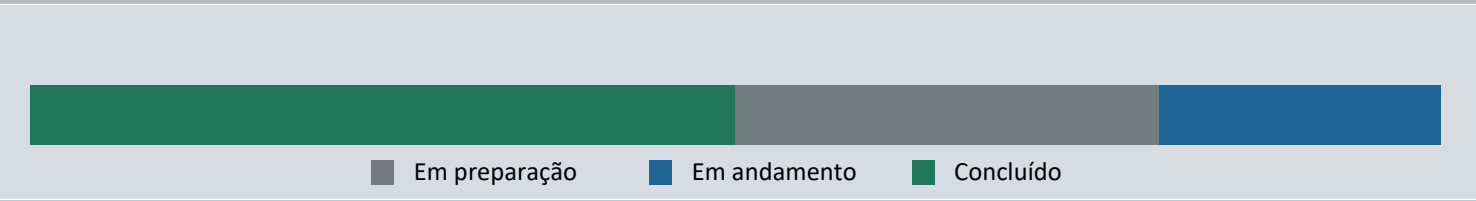
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas		

Notícias relacionadas ao Projeto

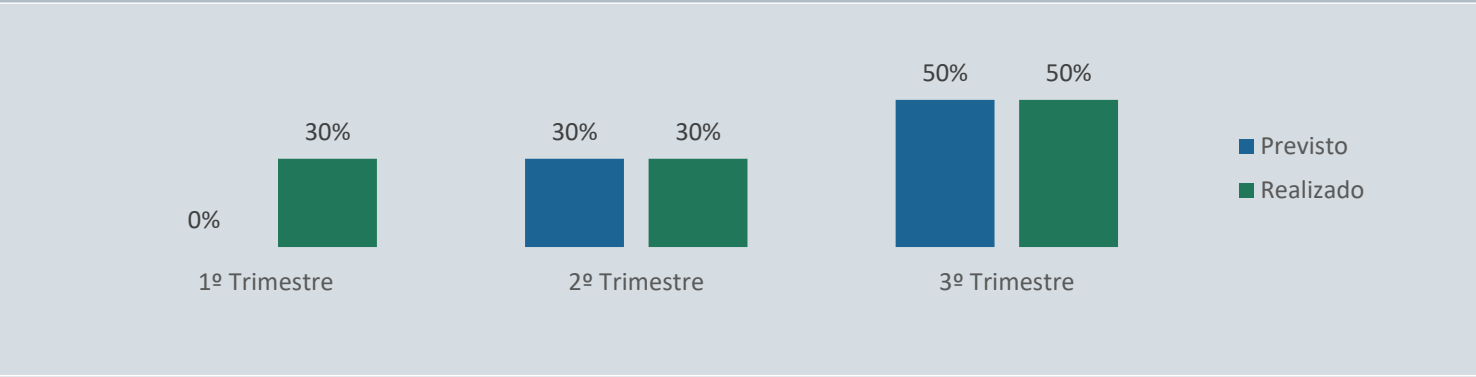
Avaliação do Projeto

A partir da análise exploratória, que buscou compatibilizar as categorias de variáveis utilizadas no atual Catálogo de Políticas Públicas e no Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOP), foi elaborado um diagnóstico e identificadas as bases de informação necessárias para aprimorar a vinculação entre as políticas públicas e o orçamento federal no âmbito do Catálogo. A partir desse diagnóstico, foi possível elaborar um Plano de Ação para atualização contínua dessas bases de dados. A iniciativa busca integrar os dados de políticas públicas ao planejamento e ao orçamento, facilitando seu monitoramento e avaliação. Com isso, espera-se aumentar a transparência, ampliar o acesso público às informações governamentais e otimizar a tomada de decisões pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), assegurando um catálogo atualizado e confiável para gestores e para a sociedade. Os próximos passos do projeto envolvem a elaboração de proposições de diretrizes que orientem como as “unidades de análise” (ou seja, recorte adotado para avaliar políticas – por exemplo, programas, ações, territórios, grupos populacionais, etc) devem ser utilizadas em futuras avaliações, assegurando que sejam flexíveis e adaptáveis a diferentes contextos.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03

Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Objetivo: sistematizar resultados das avaliações e auditorias de políticas públicas relevantes para a temática da qualidade do gasto público e propor melhorias em políticas públicas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R03 – Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos</p>		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO promove seminário internacional sobre revisão de gastos públicos e gestão fiscal](#)

>> [Tebet defende a responsabilidade fiscal como fundamento da democracia e da cidadania em seminário](#)

>> [Aprimorando a gestão fiscal para economias mais resilientes” é o tema do Seminário sobre Revisão de Gastos Públicos](#)

>> [Revisar gastos e subsídios exige “coragem devida”, diz Tebet no Senado Federal](#)

>> [Ministério relança relatório com balanço de seis políticas públicas](#)

>> [Ministério do Planejamento aponta falhas de transparência em projetos de Lei de Incentivo ao Esporte](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de Revisão do Gasto Público foi concluído conforme o cronograma proposto. Ao longo de sua execução, foram elaborados dois relatórios que apresentaram propostas de revisão e estimativas dos possíveis impactos das medidas, tanto nas contas públicas quanto na sociedade. Os estudos realizados também serviram como subsídio para a elaboração do PLDO/2027. A partir das entregas obtidas, espera-se que tenha início a institucionalização do processo de Revisão do Gasto Público, de modo a consolidar a prática de organizar avaliações e auditorias de políticas públicas com foco na qualidade do gasto. A iniciativa visa fomentar o uso de evidências pelos órgãos gestores, apoiar o aprimoramento das políticas analisadas e contribuir para a otimização da alocação de recursos, com impactos positivos na gestão pública. Em especial, o segundo relatório forneceu informações sobre opções e estimativas de economia relacionadas a políticas públicas em curso no país. Conforme o Anexo IV.5 do PLDO 2025, estimou-se uma economia de até R\$ 28,6 bilhões em benefícios previdenciários até 2028, com a apresentação de possíveis medidas em diferentes cenários. Em relação ao programa PROAGRO, a estimativa de economia foi de R\$ 8,7 bilhões no mesmo horizonte. No PLDO 2026, as projeções foram atualizadas, apontando uma economia de até R\$ 16,4 bilhões em benefícios previdenciários, R\$ 18,9 bilhões no PROAGRO e R\$ 15,4 bilhões referentes ao BPC, todas até 2029.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

25%

25%

50%

100%

Previsto

Realizado

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04

Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)

Objetivo: fortalecer a capacidade institucional para avaliar políticas públicas de forma eficiente e padronizada, promovendo escalabilidade no processo de avaliação sem perda de qualidade, otimizando o uso da equipe (menos esforço e mais resultados), e gerando conhecimento estratégico para gestores sobre a eficácia das políticas públicas, contribuindo para uma gestão pública mais informada e efetiva.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada.		

Notícias relacionadas ao Projeto

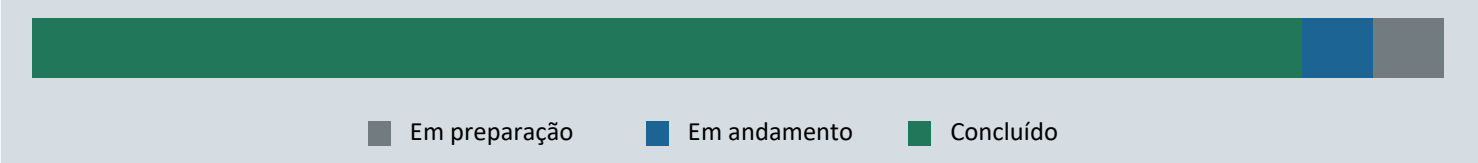
[>> MPO leva soluções de planejamento, financiamento e avaliação de políticas públicas a gestores municipais](#)

[>> SMA realiza Treinamento de Bolsistas para Aplicação da Ferramenta MAPP em Avaliação de Políticas Públicas](#)

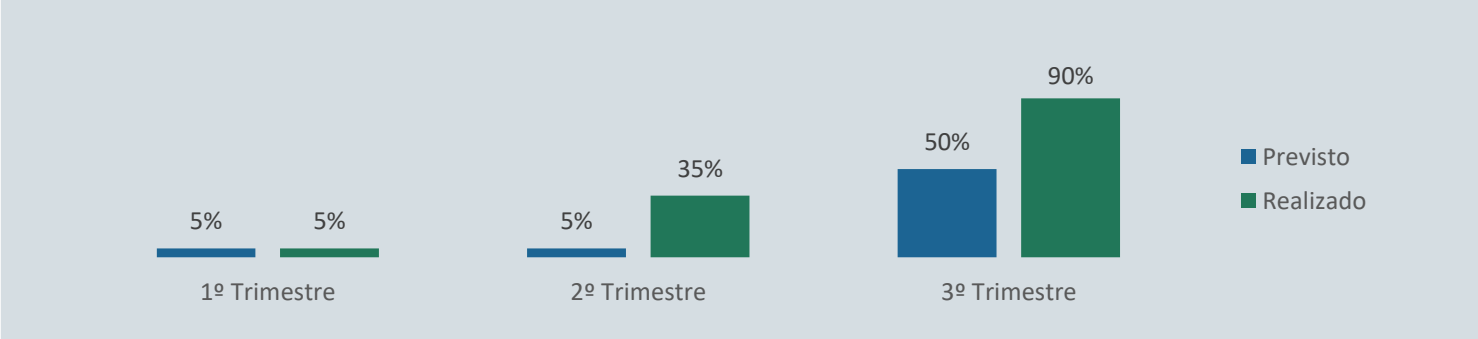
Avaliação do Projeto

O projeto alcançou a marca de 248 avaliações de políticas públicas, resultado que reflete tanto o esforço de disseminação da metodologia entre os ministérios quanto o elevado nível de adesão à iniciativa. Atualmente, os esforços concentram-se na finalização da plataforma digital que recepcionará a metodologia de autoavaliação, cuja previsão de lançamento oficial é outubro de 2025, representando um marco para o processo de avaliação de políticas públicas no Brasil. A iniciativa busca ampliar a capacidade institucional de avaliação, garantindo escalabilidade com manutenção da qualidade técnica. Também visa otimizar o trabalho das equipes, reduzindo esforço e aumentando a eficiência das autoavaliações. Com uma abordagem padronizada e digital, a MAPP (Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas) gera conhecimento estratégico para os gestores, promovendo decisões mais informadas e baseadas em evidências.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05

Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)

Objetivo: promover a cooperação e a articulação entre os diferentes entes governamentais para a realização de avaliações de políticas públicas, com o propósito de gerar informações e conhecimento que contribuam para o seu aprimoramento contínuo.

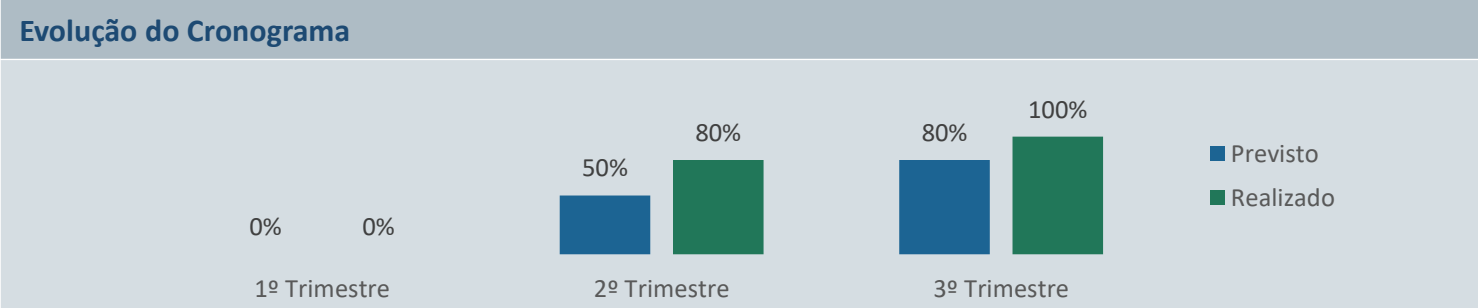
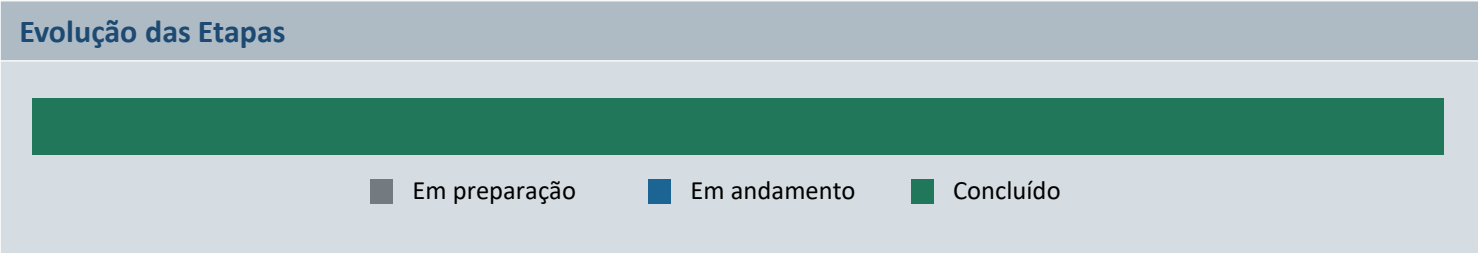
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Realizado 01 diagnóstico do SM&A		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R06 – Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SMA apresenta modelo de monitoramento para a Política Nacional Integrada para a Primeira infância](#)

Avaliação do Projeto

Durante a execução do projeto, todas as entregas relevantes já foram concluídas, com destaque para duas. A primeira foi o relatório com o diagnóstico sobre o M&A no Executivo Federal, elaborado a partir de censo conduzido pela SMA/MPO e pelo IPEA, além de manifestações de gestores de Políticas Públicas de ministérios finalísticos. O material apresenta os principais problemas, uma contextualização, justificativa e objetivos do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação (SFM&A). A segunda entrega corresponde à Minuta da normativa que instituirá o sistema, acompanhada de Nota Técnica referente ao PLP nº 64/2022, que trata da regulamentação do §16 do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e de alterações na Lei Complementar nº 101/2000. Esse material vem sendo debatido por diversos atores que integrarão o SFM&A. Atualmente, os esforços concentram-se na adequação da minuta da normativa que instituirá SFM&A, em alinhamento às recomendações da consultoria jurídica do MPO. Desse modo, dois resultados chaves (R05 e R06) também foram alcançados a partir da conclusão de tais entregas. O resultado-chave relacionado ao aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP está em fase de elaboração por meio da construção de relatório. Estão sendo compiladas informações e dados sobre a implementação das recomendações provenientes da SMA e dos sistemas da CGU. É importante ressaltar que foi adotado, a partir do ciclo 2023/2024, novo padrão para a formulação das recomendações, garantindo que estejam diretamente vinculadas a atributos da política avaliada e fundamentadas em evidências concretas. Além disso, os gestores passaram a participar da elaboração do Plano de Ação que detalha as medidas necessárias para implementação das propostas de aprimoramento aprovadas. A partir dessas medidas, espera-se um engajamento na implementação das recomendações.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06

Reestruturação da Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação

Objetivo: reestruturar a Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Publicadas 02 Resoluções aprovadas em plenária do Congresso		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO realiza primeira plenária da Comissão Nacional de Geoinformação \(Congeo\) e aprova comitês temáticos estratégicos](#)

[>> MPO cria a Comissão Nacional de Geoinformação – CONGEO](#)

Avaliação do Projeto

Após a criação da Comissão Nacional de Geoinformação (Congeo), instituída pela Portaria GM/MPO nº 32, de 14 de março de 2025, o passo seguinte foi a sua efetiva instalação. Em sua primeira reunião plenária, presidida pela Secretária Nacional de Planejamento, Virgínia de Ângelis, foram aprovados o Regimento Interno e instituídos três comitês temáticos: Política e Estratégia Nacional de Geoinformação, Cadastro Territorial e Mapeamento Costeiro de Alta Precisão. Essas deliberações, formalizadas por resoluções, cumpriram o resultado-chave “R08 - Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária do Congeo”. A comissão inaugura uma nova fase na governança e na gestão de dados espaciais, com uma abordagem mais integrada e moderna, que busca fortalecer a coordenação governamental, promover uma gestão mais estratégica e eficiente, alinhada ao planejamento e apoiar a tomada de decisões com base em dados de alta qualidade.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

30%

20%

1º Trimestre

80%

30%

2º Trimestre

90%

80%

3º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07

Gestão do PPA 2024-2027

Objetivo: fortalecer o monitoramento das prioridades governamentais e a gestão das agendas transversais, promovendo a integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento, o aprimoramento dos atributos do PPA, o ajuste das metas ao novo cenário fiscal e orçamentário, e o fortalecimento do vínculo do PPA com as prioridades do governo e dos órgãos setoriais. Além disso, incentivar a participação social no acompanhamento do PPA, garantindo maior alinhamento às demandas da sociedade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 – Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Governo Federal divulga o monitoramento de 2024 e a primeira revisão ordinária do PPA Participativo](#)

>> [Relatório de Monitoramento do PPA 2024-2027 detalha os avanços do Governo Federal no primeiro ano de execução do plano](#)

>> [Seplan-MPO ouve a sociedade civil no Fórum Interconselhos](#)

>> [MPO apoia municípios na elaboração dos PPAs 2026–2029 e reforça compromisso com o pacto federativo](#)

>> [MPO e SRI/PR promoverão webinários para orientar sobre os PPAs Municipais do ciclo 2026-2029](#)

Avaliação do Projeto

O MPO concluiu o primeiro ciclo de gestão do PPA 2024-2027, que integrou monitoramento, avaliação e revisão ordinária do plano. A execução articulada demonstra a consistência da gestão, ao combinar momentos de reflexão e correção de rota, permitindo um planejamento realista e conectado à realidade social e econômica do país. A revisão ordinária, formalizada pela [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#), trouxe inovações relevantes: a participação inédita de conselhos de políticas públicas, a criação de Agendas Transversais Territoriais (Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste) e a qualificação de entregas, metas e indicadores. Houve ainda compatibilização com a LOA 2025, atualização de investimentos plurianuais e revisão de parâmetros macroeconômicos e fiscais, fortalecendo a aderência do plano à realidade nacional. O Relatório Anual de Monitoramento, enviado ao Congresso em agosto de 2025, consolidou os avanços em oito volumes e, junto à atualização do painel PPA Aberto e dos relatórios transversais, reforçou a transparência, o controle social e a centralidade do PPA na gestão pública federal.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

34%

34%

1º Trimestre

83%

79%

2º Trimestre

98%

98%

3º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P08

Painel PPA Aberto

Objetivo: evoluir o Painel PPA Aberto para incluir monitoramento do plano, consultas, geração de relatórios com cruzamento de dados e integração com redes sociais. A evolução ainda contemplará um repositório de indicadores e metas da dimensão estratégica, a “etiquetagem” das agendas transversais e das prioridades e a base gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais).

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO		

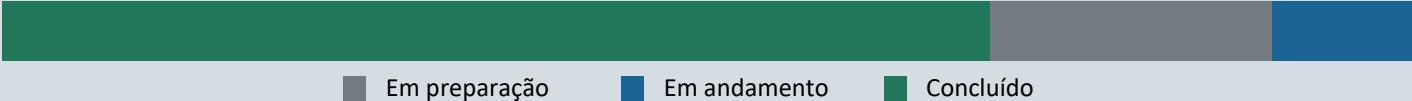
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO disponibiliza o PPA Aberto, ferramenta que mostra as entregas previstas no Plano Plurianual](#)

Avaliação do Projeto

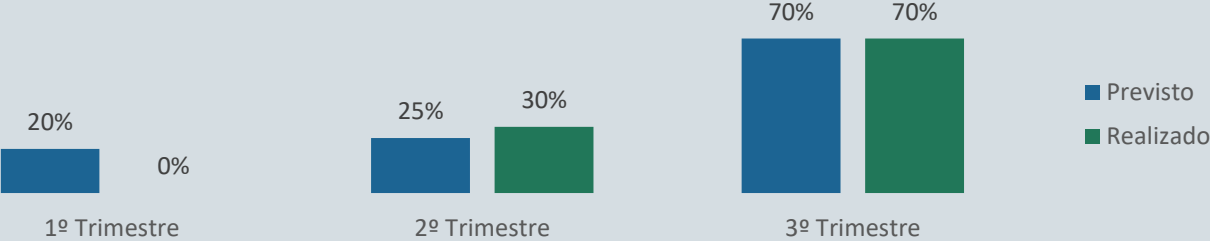
O projeto PPA Aberto, que visa disponibilizar dados detalhados sobre o Plano Plurianual e seu monitoramento, foi aperfeiçoado com a conclusão de três novos módulos: módulos de monitoramento, de regionalização dos atributos do PPA e de apresentação de informações quantitativas, que se somam ao redesenho da página para incluir dados nos módulos já existentes de Programas, Agendas, Prioridades e ODS. Os novos módulos já estão disponíveis para uso por toda a população. O próximo passo é o desenvolvimento do módulo da dimensão estratégica do PPA 2024-2027. O PPA Aberto tem como objetivo aprimorar o acesso à informação e fortalecer a participação social no Plano Plurianual 2024-2027, por meio da evolução do painel já existente.

Evolução das Etapas



Etapa	Porcentagem
Em preparação	20%
Em andamento	5%
Concluído	75%

Evolução do Cronograma



Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	20%	0%
2º Trimestre	25%	30%
3º Trimestre	70%	70%

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P09

Novo Modelo de Ações não Orçamentárias do PPA 2024-2027

Objetivo: aperfeiçoar o registro de informações e a gestão das ações não orçamentárias no âmbito do Plano Plurianual, fortalecendo a integração entre gastos não orçamentários e os respectivos resultados de governo.

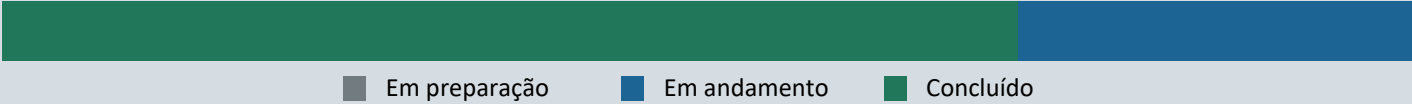
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Novo modelo de ação não orçamentária elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

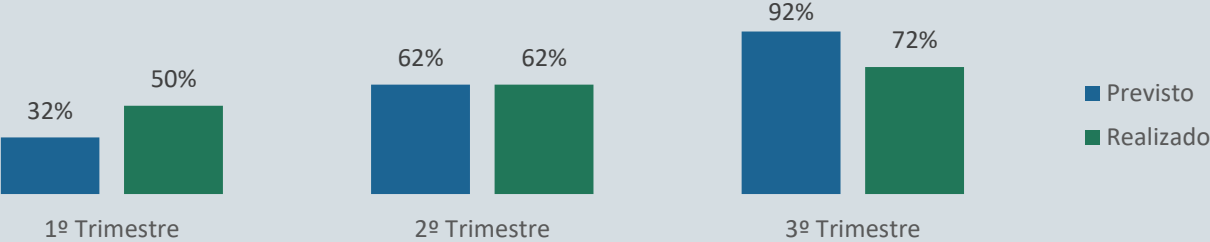
Os avanços na execução incluem a identificação e validação das necessidades de ajuste no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cujas melhorias já estão em fase de implementação. Além disso, foram concluídos estudos sobre subsídios tributários, creditícios e financiamento por instituições financeiras oficiais de fomento. Também foi elaborado o estudo sobre projetos com recursos de organismos internacionais e privados. Atualmente, está em andamento a elaboração do relatório final, que abordará as diretrizes do novo modelo de ações não orçamentárias do PPA 2024-2027. Também houve avanço na revisão das ações não orçamentárias, que foi formalizada com a publicação da [Portaria GM/MPO nº 214, de 23 de julho de 2025](#). A revisão ordinária do PPA incluiu, entre outras informações, o valor global de recursos não orçamentários alocados em cada Programa do Plano. O projeto tem como objetivo aprimorar o registro e a gestão das ações não orçamentárias, promovendo uma maior integração entre esses gastos e os resultados de governo. A iniciativa busca fortalecer a transparência e a eficiência na gestão do Plano Plurianual, garantindo um acompanhamento mais preciso das ações e reduzindo os riscos de inconsistências no monitoramento anual. Dessa forma, o projeto contribui para uma visão mais estruturada e abrangente das políticas públicas implementadas sem alocação direta de recursos orçamentários.

Evolução das Etapas



Etapa	Porcentagem
Em preparação	~10%
Em andamento	~40%
Concluído	~50%

Evolução do Cronograma



Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	32%	50%
2º Trimestre	62%	62%
3º Trimestre	92%	72%

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10

Agendas transversais no PPA

Objetivo: permitir a integração e a harmonização de diferentes políticas públicas no PPA 2024-2027, visando garantir que as ações e as iniciativas em diferentes setores e áreas sejam complementares e reforcem umas às outras. A abordagem transversal facilita o alcance de metas comuns, fortalece a eficiência do plano e promove um impacto mais amplo e sustentável.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 2024-2027		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Sete em cada dez metas da Agenda Mulheres do PPA 2024-2027 superam 100% de execução](#)

[>> Agenda de Meio Ambiente entrega metas e mobiliza R\\$ 92,9 bilhões no primeiro ano do Plano Plurianual 2024-2027](#)

[>> Políticas para infância e adolescência superam metas no primeiro ano do PPA Participativo](#)

[>> Agenda de Igualdade Racial avança no PPA com destaque para ações afirmativas e combate ao racismo](#)

[>> Agenda indígena supera metas no PPA, com destaque para demarcação e gestão territorial](#)

[>> Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

Avaliação do Projeto

Com a conclusão do primeiro ciclo de monitoramento do PPA 2024–2027 e a consequente publicação dos relatórios das Agendas Transversais, foram geradas evidências relevantes sobre o desempenho das políticas públicas associadas a esses eixos, permitindo a identificação de avanços e a correção de rotas. Os resultados evidenciam o papel das Agendas como instrumentos de integração e acompanhamento das políticas públicas, com destaque para a Agenda Mulheres, cujas metas superaram amplamente o previsto e totalizaram R\$ 185,4 bilhões em empenhos; para a Agenda Meio Ambiente, que atingiu elevados níveis de execução e consolidou avanços na bioeconomia e na gestão de riscos climáticos; para a Agenda de Crianças e Adolescentes, que obteve expressivos resultados na educação inclusiva; para a Agenda de Igualdade Racial, com expansão das ações afirmativas e fortalecimento da fiscalização de condições de trabalho; e para a Agenda de Povos Indígenas, com avanços significativos na demarcação territorial e na saúde indígena. Também se avançou na etiquetagem dos atributos das Agendas Transversais do PPA, alcançando a marca de 84% de cobertura. Isso facilita a identificação das agendas e evidencia com mais clareza os esforços e resultados associados. Esses resultados reforçam a efetividade das Agendas Transversais na promoção da integração, na geração de impactos sociais concretos e no fortalecimento da governança do planejamento público.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

0%

80%

80%

80%

80%

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11

Integração do PPA com os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD)

Objetivo: aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R14 – monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros.		

Notícias relacionadas ao Projeto

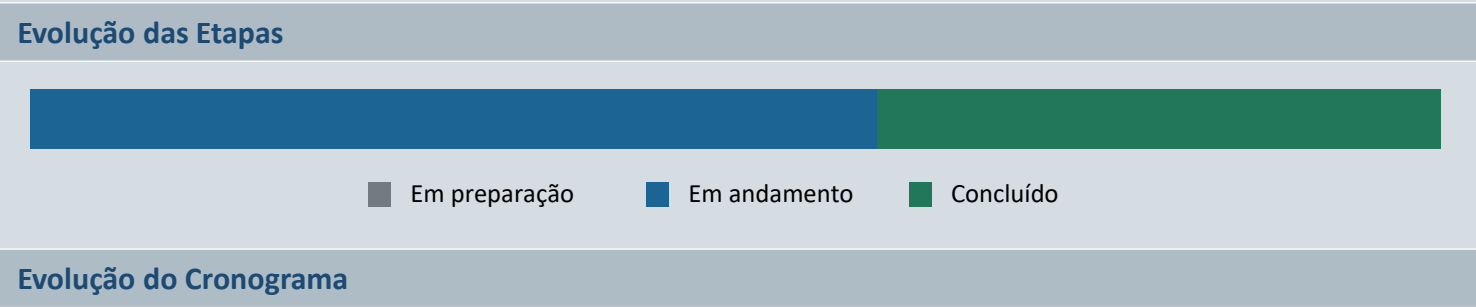
[>> Governo Federal lança Agendas Transversais Territoriais do PPA 2024-2027 em articulação com Planos Regionais de Desenvolvimento](#)

[>> Vale do Jequitinhonha ganha agenda integrada para promover desenvolvimento](#)

[>> Encontro promove a consolidação da versão final da Agenda Transversal Territorial no âmbito do PPA 2024-2027](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de fortalecimento das [Agendas Transversais Territoriais no PPA 2024–2027](#) avançou de forma significativa. Foram concluídos os preparativos para o Relatório das Agendas, e o lançamento oficial ocorreu em agosto, durante evento no Salão Nobre do MPO, com a presença da ministra Simone Tebet (MPO) e do ministro Waldez Góes (MIDR), além das superintendências Sudene, Sudam e Sudeco. A ocasião reuniu mais de 140 participantes e marcou a articulação entre as agendas e os planos regionais de desenvolvimento. Também foi realizado o primeiro monitoramento das agendas transversais territoriais do PPA, no qual cada ministério setorial registrou o avanço das metas e objetivos de sua respectiva agenda. Com a inclusão das agendas territoriais no PPA, estão sendo feitos ajustes nos instrumentos de gestão, como a elaboração de um relatório consolidado sobre as alterações nos atributos que impactam diretamente essas agendas e a incorporação de novas funcionalidades voltadas aos planos regionais no [Painel Aberto do PPA](#), atualmente em fase de ajustes e validação. No âmbito da Agenda de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (MG), foi realizada a segunda reunião ordinária do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). A pauta incluiu o compartilhamento de propostas dos subgrupos, a organização da visita de campo à região e a estruturação da agenda para divulgação local. Os próximos passos envolvem a disponibilização das agendas territoriais no PPA Aberto e a discussão e elaboração da carteira de projetos estruturantes para os Planos Regionais de Desenvolvimento. As próximas entregas estão programadas para terminar até o mês de dezembro/2025. O projeto busca aprimorar a gestão das agendas territoriais, garantindo maior eficiência na alocação de recursos, maior coordenação entre políticas públicas e integração das prioridades regionais no PPA, evitando sobreposições e maximizando o impacto das ações governamentais nas diferentes regiões do país.



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12

Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais

Objetivo: desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R15 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO publica o último dos seis Guias Práticos de Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#)

[>> SOF apresenta classificação de gasto público em mudança do clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres](#)

Avaliação do Projeto

O projeto avançou com a publicação do Guia Metodológico sobre a [agenda de Igualdade Racial](#) e [Povos Indígenas](#), que encerram a [série de seis guias](#) desenvolvidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. As publicações reúnem informações sobre o planejamento e a execução orçamentária dessas pautas e têm como objetivo orientar gestoras e gestores públicos na aplicação da transversalidade ao longo do ciclo das políticas públicas. Mais do que sistematizar conceitos, os guias oferecem referências práticas e metodológicas para integrar as agendas de igualdade racial e povos indígenas ao Plano Plurianual (PPA) e aos Orçamentos Anuais, contribuindo para que a ação governamental seja mais coordenada, equitativa e sensível à diversidade social e cultural do país. Ao fortalecer a capacidade institucional e técnica dos órgãos públicos, essas publicações promovem maior coerência entre planejamento, orçamento e políticas de inclusão, ampliando a efetividade das entregas do Estado e reforçando o compromisso com a promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Os próximos passos do projeto, já em andamento, incluem a criação de uma metodologia para classificar os gastos climáticos segundo a COFOG e a publicação de um relatório com sua identificação.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

0%

0%

20%

70%

70%

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

Previsto

Realizado

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P13

Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento

Objetivo: elaborar e publicar relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA 2024-2027; - Publicar lista de ações orçamentárias relacionadas às Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026; e - Elaborar Resumo e Demonstrativo Orçamentário e Relatório das Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026.

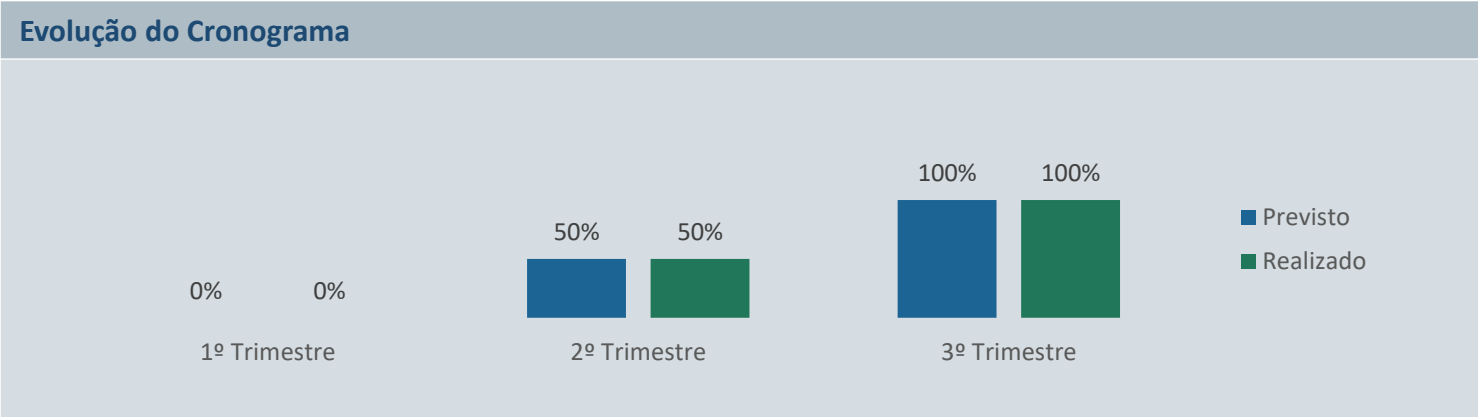
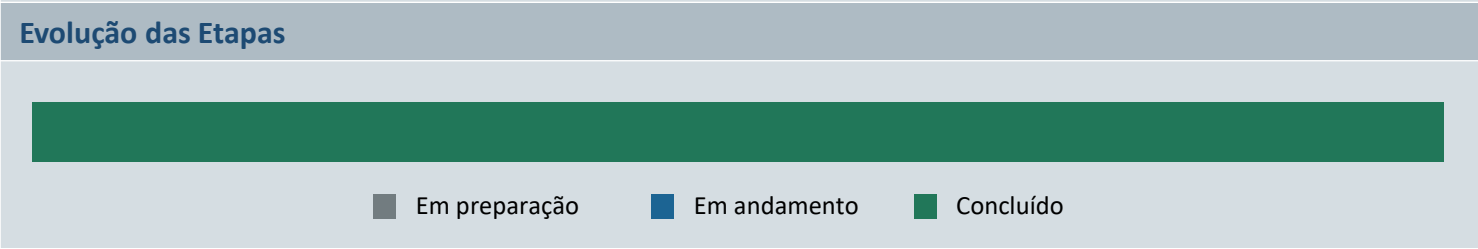
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024)		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

Avaliação do Projeto

A transparência orçamentária foi fortalecida com a publicação dos Relatórios das Agendas Transversais de 2025, com dados de 2024, que consolidam de forma inédita o monitoramento do PPA 2024-2027 e a execução orçamentária da LOA 2024, integrando informações sobre cinco agendas: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial e Povos Indígenas e Ambiental. Os relatórios apresentam a distribuição dos recursos por agenda, o avanço dos indicadores e o volume de recursos aplicados. A etiquetagem das ações orçamentárias no PLOA 2026 também foi concluída, alcançando 31% do total de ações identificadas como relacionadas às agendas transversais e multissetoriais. Por fim, foram publicados o resumo e o demonstrativo das Agendas Transversais no PLOA 2026, além da nota metodológica que detalha os procedimentos adotados. Com esses avanços, o projeto foi concluído com sucesso, atingindo os dois resultados-chave previstos para o período: “R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025”; e “R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano-base 2024)”.



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14

Elaboração do Projeto do Observatório do Planejamento de Longo Prazo

Objetivo: elaborar um projeto para a estruturação e o funcionamento do Observatório do Planejamento de Longo Prazo. O projeto envolve a realização de atividades de planejamento para delinear os objetivos, resultados e impactos almejados para o Observatório do planejamento de longo prazo, bem como definir sua estrutura, processos e atividades e entregas correspondentes

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> ["Planejar é garantir que o que faltou no passado não falte no futuro", diz Tebet em São Paulo](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de estruturação do Observatório do Planejamento de Longo Prazo tem como objetivo organizar o monitoramento da Estratégia Brasil 2050, fortalecendo a tomada de decisões tempestivas e baseadas em evidências. Com a conclusão do relatório da Estratégia Brasil 2050, em outubro de 2025, o projeto encerrou a etapa de planejamento e inicia agora a fase de preparação para sua execução.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

0%

1º Trimestre

0%

0%

2º Trimestre

50%

50%

3º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SOF	Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN)

P15

Plano Nacional de Longo Prazo

Objetivo: fortalecer a coordenação setorial e federativa das ações governamentais, enfrentando desafios atuais e orientando a construção de um futuro desejado, servindo como referencial estratégico para investimentos privados e para a cooperação internacional

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Brasil articula grupos de trabalho para acelerar integração e planejamento na América Latina](#)

[>> Brasil assume a presidência do Conselho Regional de Planejamento do Instituto de Planejamento da América Latina e Caribe](#)

[>> Jornada promovida pela Cepal em parceria com MPO aponta caminhos que podem tirar América Latina das armadilhas do subdesenvolvimento](#)

[>> Secretaria Nacional de Planejamento entrega a Estratégia Brasil 2050](#)

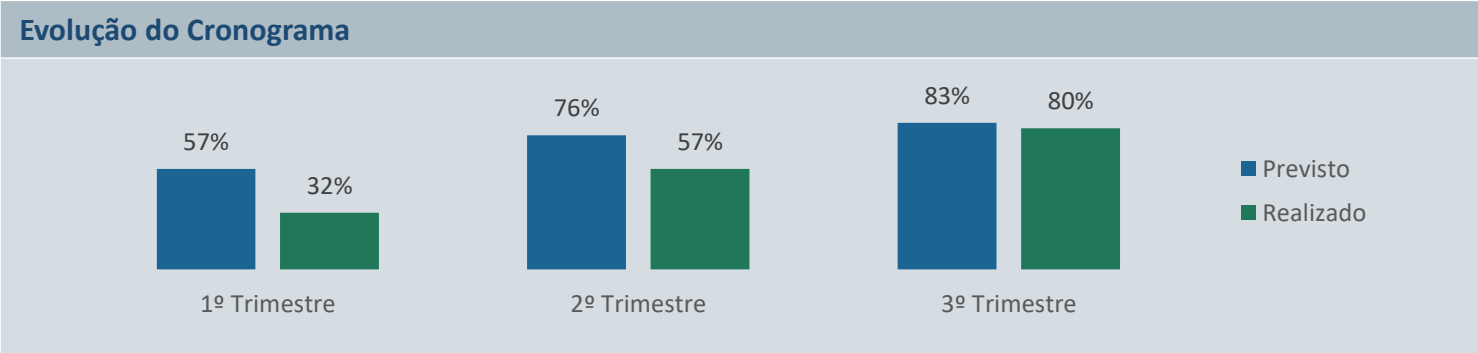
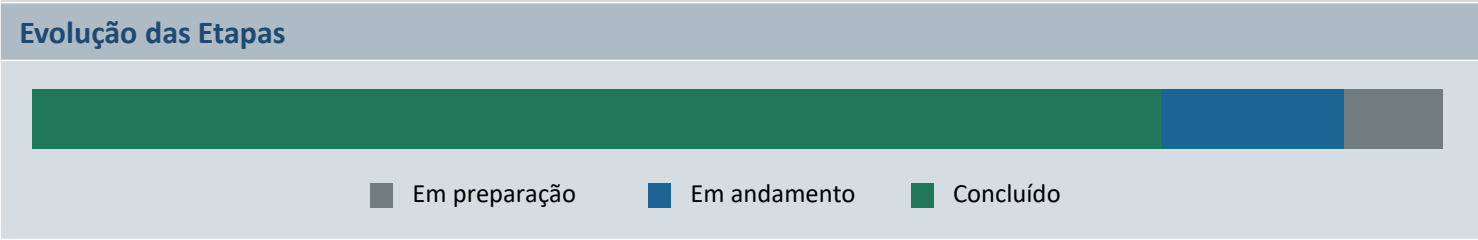
[>> Conseplan apresenta documento para a institucionalização do planejamento de longo prazo do país](#)

[>> Ministro substituto, Gustavo Guimarães, defende visão de longo prazo, aproveitando potencial do país](#)

[>> Brasil e União Europeia se unem em diálogo sobre construção de políticas públicas](#)

Avaliação do Projeto

Após um amplo esforço colaborativo do governo federal, coordenado pela Secretaria Nacional de Planejamento do MPO, a Estratégia Brasil 2050 foi entregue. O processo de elaboração da Estratégia Brasil 2050 envolveu a escuta de mais de 5 mil pessoas, incluindo cidadãos, especialistas, gestores públicos, lideranças empresariais, representantes da sociedade civil e da academia. No total, 130 entidades contribuíram por meio de consultas públicas, oficinas técnicas, entrevistas e reuniões. Os subsídios técnicos e políticos também foram coletados por meio de 16 eventos estaduais em todas as cinco macrorregiões do país. O resultado é o primeiro instrumento de planejamento de longo prazo participativo e colaborativo da história do país, que define as diretrizes de Estado para um Brasil mais justo, sustentável e inovador. A visão de futuro estabelecida projeta “uma nação desenvolvida e inovadora, que cresce com justiça social e ambiental, assegura oportunidades para todas as pessoas e lidera a oferta de soluções globais para um mundo mais sustentável e inclusivo”. A Estratégia está estruturada em três eixos — desenvolvimento social e garantias de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e fortalecimento das instituições democráticas, das capacidades estatais e da soberania nacional —, que se articulam de forma transversal. O documento também inclui um capítulo dedicado às perspectivas regionais, destacando os desafios e oportunidades de cada território e reforçando a necessidade de cooperação entre União, estados, municípios, sociedade civil e iniciativa privada. Com a entrega do relatório final à Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, o documento segue agora para a Casa Civil, a fim de que seja validado e institucionalizado. Os estudos, documentos técnicos e materiais de apoio produzidos ao longo do projeto estão disponíveis no [site oficial da Estratégia Brasil 2050](#).



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16

Metas Físicas

Objetivo: aprimorar o enfoque na entrega de bens e serviços à sociedade e ao estado, no processo orçamentário e no orçamento, por meio da aplicação de novas diretrizes e critérios na revisão da estrutura programática dos órgãos e da implementação de meios para maior evidenciação e publicização das entregas e produtos no orçamento

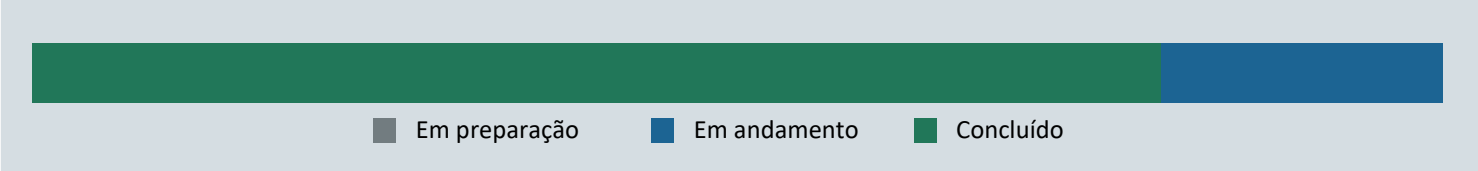
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R20 - Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R21 - Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento		

Notícias relacionadas ao Projeto

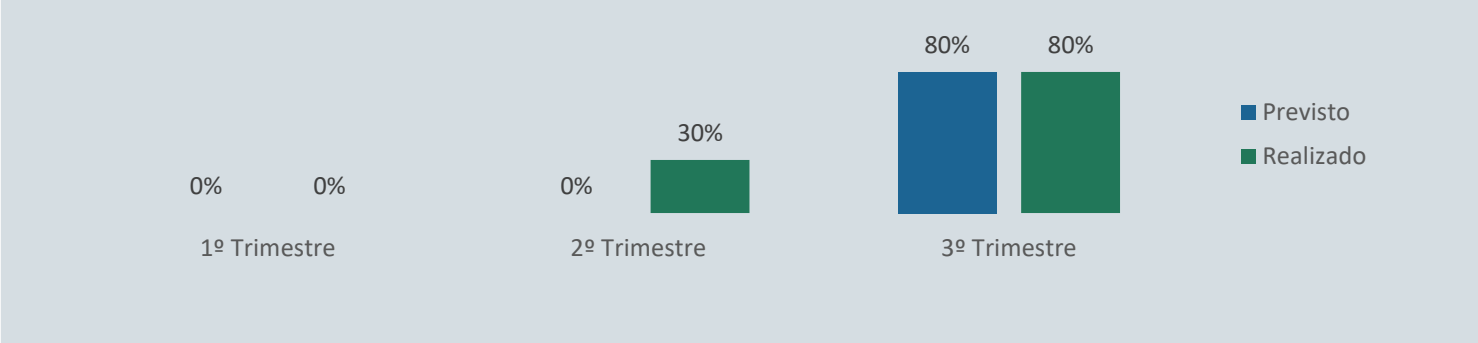
Avaliação do Projeto

O projeto Metas Físicas em 2025 envolveu, inicialmente, aprimoramentos metodológicos que foram refletidos no Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2026 e nas orientações para a revisão do cadastro de ações do PLOA 2026, visando à melhor evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado resultantes das ações orçamentárias. Em seguida, foi realizado um levantamento das ações do tipo projeto com indícios de problemas nos produtos, unidades de medida e outros aspectos, para os quais foram sugeridos aprimoramentos, na maior parte acatados, e que já estão refletidos no PLOA 2026 encaminhado ao Congresso Nacional. Os próximos passos do projeto envolvem a divulgação das entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias. O projeto tem como objetivo aprimorar o processo orçamentário brasileiro com base no modelo de orçamentação por desempenho, por meio da revisão metodológica de 100% das programações orçamentárias que apresentem falhas na evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado. A iniciativa visa fortalecer os mecanismos de demonstração das entregas públicas, ampliar a transparência e o foco na finalidade do gasto, além de qualificar o processo decisório sobre a alocação de recursos com base em evidências.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P17

Nova Lei de Finanças Públicas

Objetivo: apresentar anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

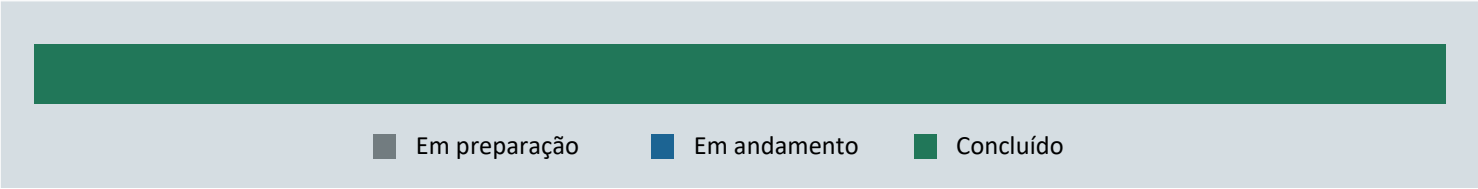
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas		

Notícias relacionadas ao Projeto

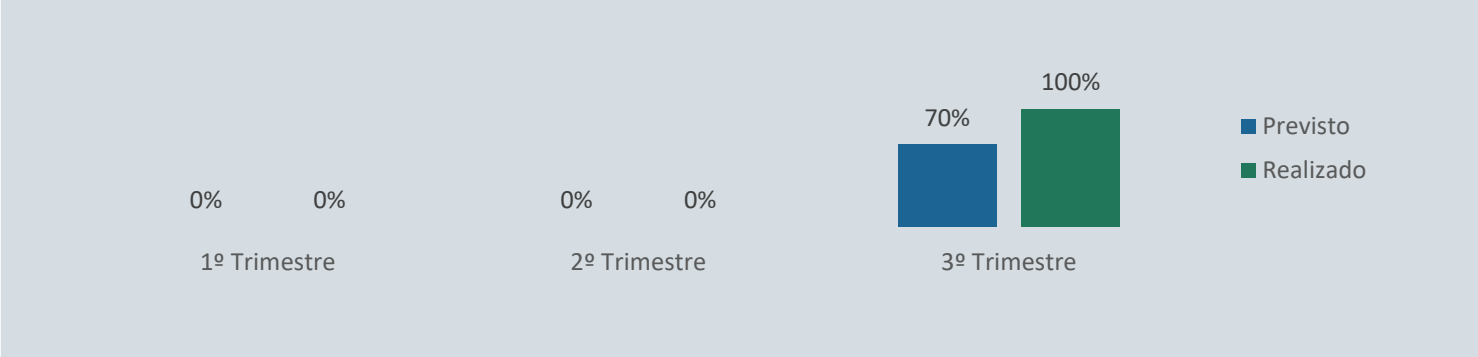
Avaliação do Projeto

A Secretaria de Orçamento Federal concluiu o anteprojeto da Nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a Lei nº 4.320/1964 e é aplicável a todos os entes federativos. O texto incorporou as propostas da Secretaria do Tesouro Nacional e tópicos da agenda de modernização orçamentária do MPO, [projeto ROMANO](#). A minuta segue agora para análise das demais lideranças do MPO. A iniciativa busca preencher a lacuna de uma legislação complementar atualizada sobre finanças públicas no país, promovendo a modernização e a incorporação de boas práticas de planejamento, orçamento, finanças e controle, além de simplificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, contribuindo para a melhoria do ciclo de gestão do gasto público.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal / Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P18

Revisão de Gastos

Objetivo: avaliar despesas públicas existentes buscando identificar oportunidades de redução de gastos ou de realocação de recursos investidos em políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual		

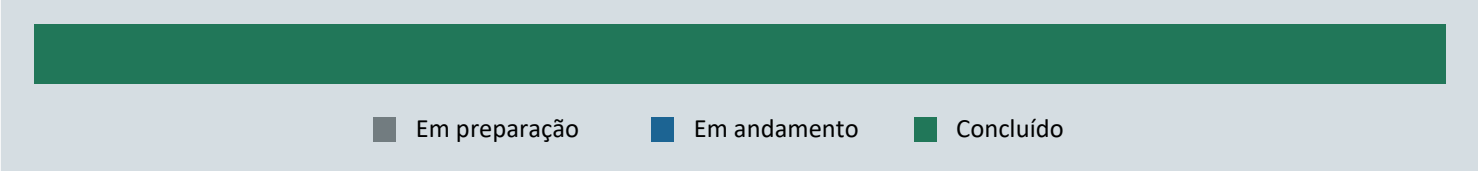
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Revistar gastos e subsídios exige “coragem devida”, diz Tebet no Senado Federal](#)

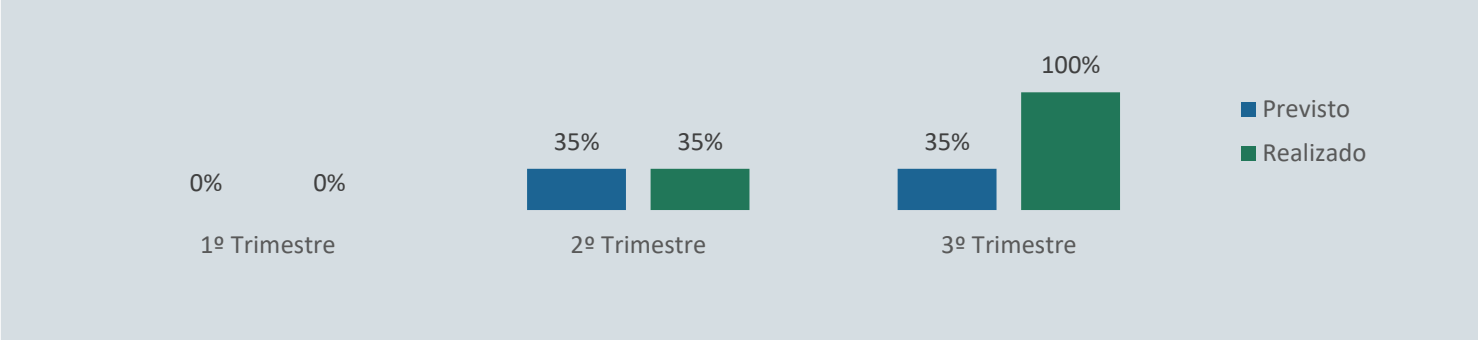
Avaliação do Projeto

O projeto alcançou avanços significativos com a elaboração de dois relatórios voltados à revisão de gastos de políticas e programas específicos. O primeiro apresenta os resultados do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GM/MPO nº 253/2023, que conduziu análises detalhadas no âmbito do MPO, identificando oportunidades de racionalização e de realocação de recursos públicos. O segundo documento consolida a memória do processo de revisão de gastos desenvolvido para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, fortalecendo a integração entre planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas. Adicionalmente, registrou-se a finalização da elaboração conjunta da minuta de normativo que propõe a institucionalização da revisão de gastos públicos federais como parte integrante do ciclo orçamentário anual, a qual se encontra aguardando decisão ministerial para prosseguimento. Essa iniciativa, desenvolvida em parceria com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA/MPO), representa um marco no aprimoramento da governança orçamentária e reforça o compromisso do MPO com a transparência, a eficiência e a melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dessa forma, o projeto foi concluído conforme o planejamento estabelecido, cumprindo o resultado-chave previsto para o período.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P19

Marco Orçamentário de Médio Prazo

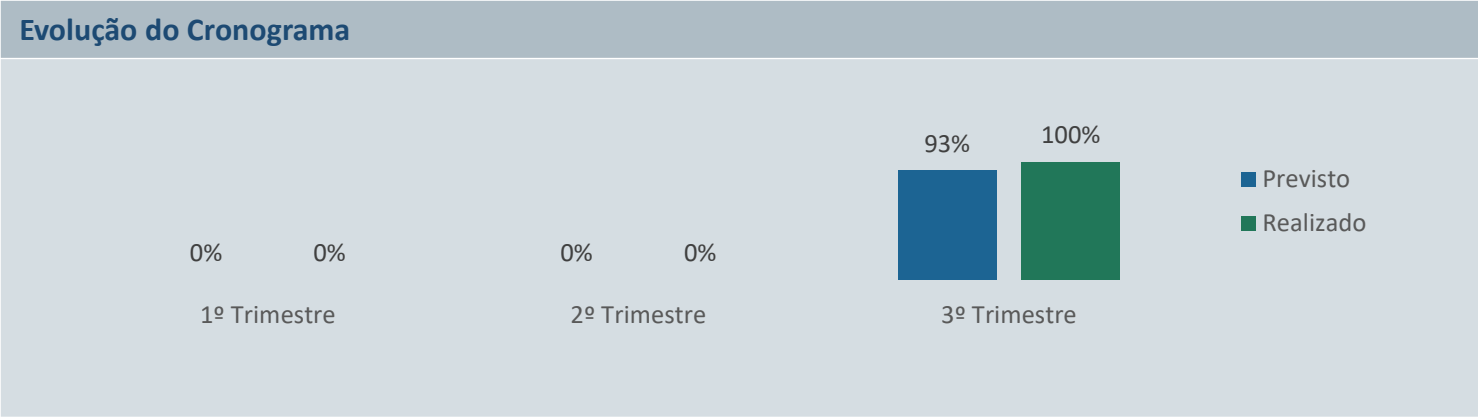
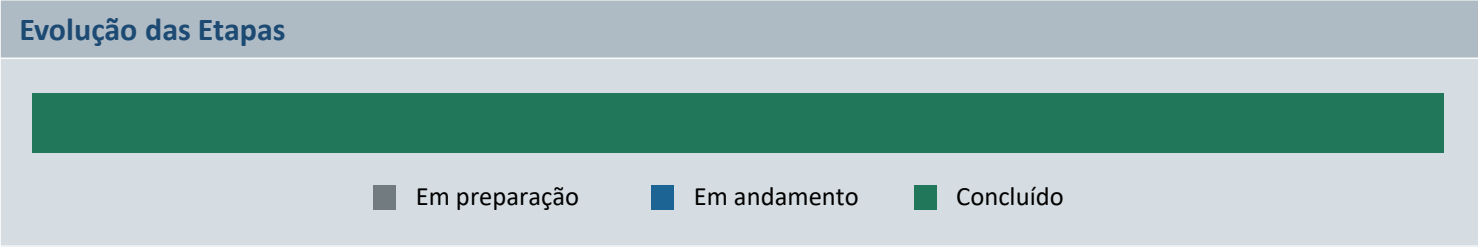
Objetivo: aprimorar o desenho/processo do MOMP implementado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, no exercício de 2024, com vistas à modernização do processo orçamentário brasileiro, notadamente, no que tange aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a partir da adoção da boa prática internacional designada Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), amplamente utilizada por democracias desenvolvidas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em 100% dos órgãos orçamentários		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto de implementação do Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) para 2025 está em fase final de execução, conforme o cronograma estabelecido. O processo, o desenho metodológico e o módulo correspondente no SIOP foram aprimorados, resultando em avanços significativos na formulação e implementação de novas funcionalidades voltadas à melhoria da consulta aos dados, à verificação da consistência das propostas e ao aperfeiçoamento da metodologia do MOMP. As propostas orçamentárias de médio prazo foram captadas, analisadas e consolidadas por meio do SIOP, sendo o MOMP materializado no [Anexo VIII do PLOA 2026](#), encaminhado ao Congresso Nacional em 29 de agosto de 2025. Os dados detalhados do MOMP que acompanhou o PLOA 2026 já estão disponíveis no [subpainel específico do Painel do Orçamento Federal](#), ampliando a transparência e o acesso às informações. No SIOP, as alterações realizadas buscam aprimorar o compartilhamento de dados e facilitar a tomada de decisão. Entre as melhorias, destaca-se a nova funcionalidade para emissão de relatórios de acompanhamento das propostas pelos usuários, no módulo de captação do MOMP, que permite acesso a informações consolidadas, padronizadas e de fácil leitura. O formato favorece o compartilhamento e o arquivamento de dados, além de apoiar a análise e a gestão orçamentária. O desenho metodológico do MOMP segue em aprimoramento contínuo, incorporando lições aprendidas e sugestões das etapas anteriores, com foco no fortalecimento das análises intertemporais e na melhoria da interface do sistema, tornando-a mais intuitiva e funcional. O próximo passo do projeto envolve a disponibilização do MOMP no Painel Orçamento em Números, no intuito de fortalecer a transparência.



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20

Coordenação da Elaboração e Apresentação de 8 Novos Projetos Brasileiros no FOCEM

Objetivo: coordenar a elaboração, apresentação e aprovação dos oito novos projetos brasileiros para financiamento com recursos do FOCEM, em diversos estados na faixa de fronteira, auxiliando no desenvolvimento da região e complementando os esforços do governo brasileiro para o avanço da integração com os demais países do Mercosul.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Tebet participa da assinatura de convênio entre o Focem e a Sanesul \(MS\) que irá aportar R\\$ 68 milhões para saneamento básico em Corumbá \(MS\)](#)

>> [Tebet participa da assinatura de convênio entre Focem e Ponta Porã \(MS\) que irá aportar R\\$ 51 milhões para infraestrutura e integração com o Paraguai](#)

>> [MPO participa de missão no Mato Grosso do Sul para dar início à etapa de implementação de projeto financiado pelo FOCEM](#)

>> [Ministra Simone Tebet e presidente do Fonplata, Luciana Botafogo, assinam Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre o MPO e o Banco](#)

>> [Dois projetos estratégicos do Brasil receberão financiamento do FOCEM](#)

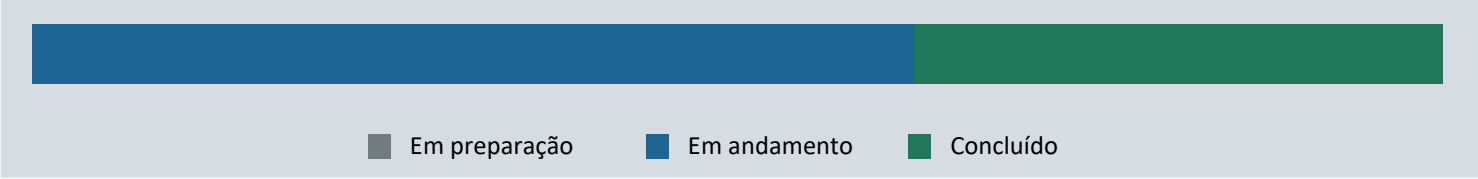
>> [Ministra Simone Tebet assina convênio de financiamento com o Fundo do Mercosul para construção do Contorno Viário de Amambai, no Mato Grosso do Sul](#)

>> [Unidades Técnicas do Fundo de Convergência do Mercosul \(FOCEM\) realizam visita técnica a Amambai \(MS\)](#)

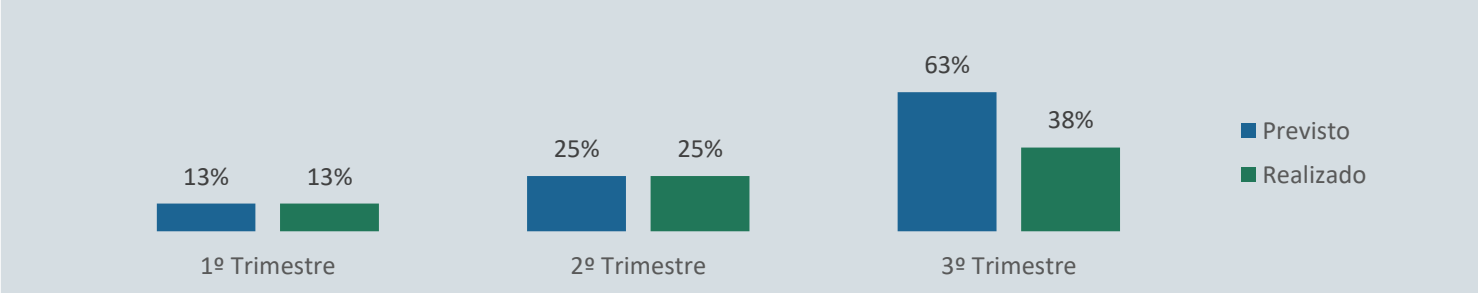
Avaliação do Projeto

O projeto avança com o suporte técnico fornecido pelo MPO e pelo Fonplata à preparação e execução das propostas brasileiras junto ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Até o momento, três projetos já foram aprovados pelo Mercosul — Amambai, Ponta Porã e Corumbá (MS) —, marcando a retomada efetiva da participação do Brasil no Fundo após mais de uma década. No dias 11 e 12 de junho de 2025, o MPO, por meio da SEAID, participou da reunião de lançamento do Projeto “Contorno Viário do Município de Amambai/MS”, o primeiro projeto brasileiro aprovado pelo FOCEM nos últimos 13 anos. A reunião teve como objetivo tratar sobre os instrumentos de planejamento e orçamento do projeto, bem como a apresentação das equipes responsáveis e a realização de visita aos futuros locais de obra. Entre os dias 8 e 11 de setembro de 2025, a SEAID participou da reunião de lançamento do Projeto “Programa de Redução nos Níveis de Perdas de Água em Corumbá – MS”. Este projeto, por sua vez, visa fortalecer a sustentabilidade hídrica do município, assegurando o fornecimento contínuo e seguro de água potável, ampliando a equidade no acesso ao serviço e promovendo avanços na saúde pública, com foco especial nas áreas mais vulneráveis. Já o Projeto “Desenvolvimento na Faixa de Fronteira em Ponta Porã/MS” foi aprovado no Mercosul em julho de 2025 – a reunião de início deste projeto deverá ser realizada em novembro de 2025. Atualmente, a SEAID tem coordenado a preparação e a análise de outros cinco projetos brasileiros no FOCEM, com vistas a possibilitar a aprovação destes no âmbito do Mercosul.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21

Revisão da Estrutura de Governança Interna da Comissão de Financiamento Externos

Objetivo: aprimorar a eficiência dos trâmites internos da Cofiex, promovendo maior transparência, previsibilidade e agilidade na análise de programas e projetos financiados por fontes externas, em benefício dos órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R26 - implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos.		

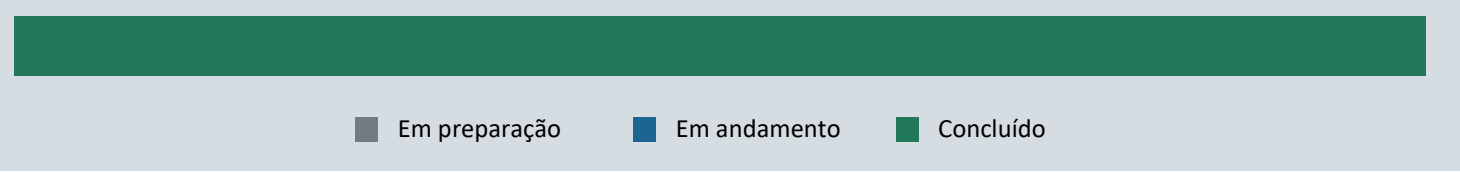
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO e Agência Francesa de Desenvolvimento realizam primeira revisão de carteira de projetos no Brasil](#)

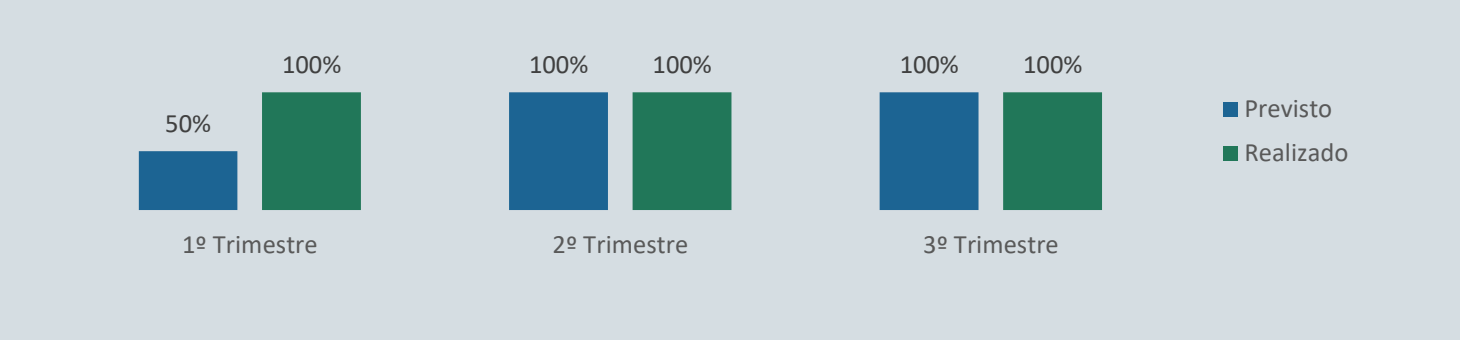
Avaliação do Projeto

O projeto visa reforçar a estrutura de governança da Cofiex, adequando seu funcionamento às novas normas para a submissão e análise de pleitos de órgãos públicos voltados à elaboração de programas e projetos com apoio de financiamentos externos. Com esse objetivo, os esforços concentraram-se no estudo e na proposição do novo Regimento Interno da Cofiex, que resultou na publicação da [Resolução Cofiex/MPO nº 2, de 3 de abril de 2025](#). A medida representa um avanço significativo no fortalecimento da gestão e marca o cumprimento do resultado-chave “*R26 – Implementada nova estrutura de governança para a autorização, elaboração e aprovação de programas e projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos*”. Com todas as entregas previstas concluídas, o projeto foi finalizado com êxito.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P22

Revisão do Processo de Negociação de Programas ou Projetos de Interesse de Órgãos Públicos com Amparo de Financiamentos Externos

Objetivo: Revisar e regulamentar os procedimentos relacionados a negociação de contratos de financiamento externo envolvendo órgãos públicos.

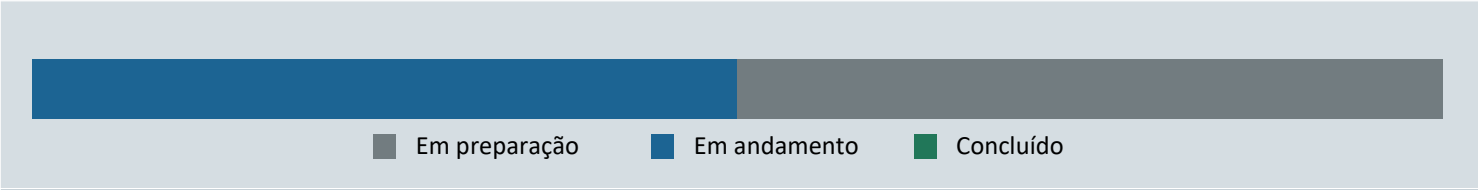
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R27 - Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros.		

Notícias relacionadas ao Projeto

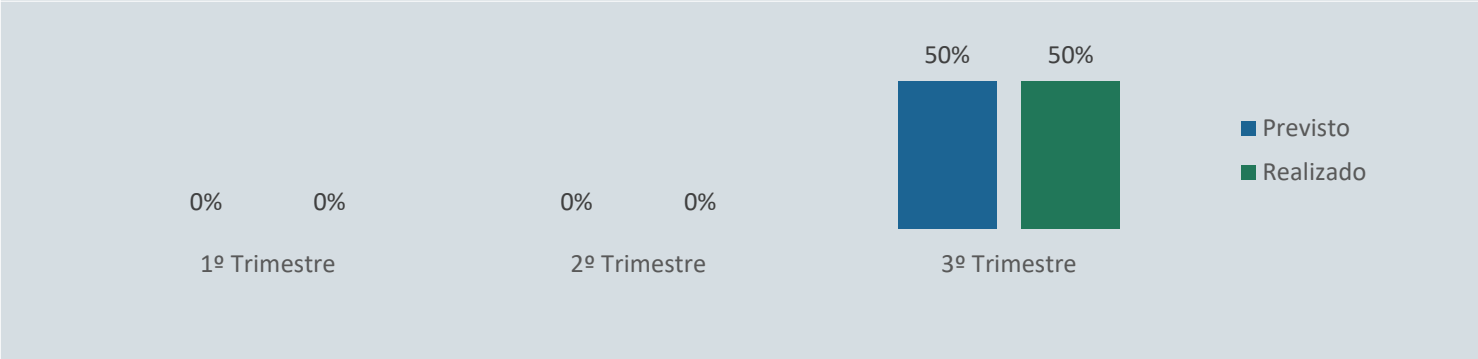
Avaliação do Projeto

Após a conclusão da etapa de análise e elaboração de propostas para aprimorar os procedimentos de negociação de contratos de financiamento externo, o foco passa agora à elaboração de um ato normativo que regule essas negociações. O levantamento realizado servirá de base para o desenvolvimento da normativa e de uma solução tecnológica que aperfeiçoe a execução desse processo. O objetivo é revisar e regulamentar os procedimentos aplicáveis, envolvendo os órgãos públicos, a fim de garantir maior celeridade, transparência e previsibilidade na implantação de projetos públicos relevantes.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P23

Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI)

Objetivo: proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Pagamento de contribuições à Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#)

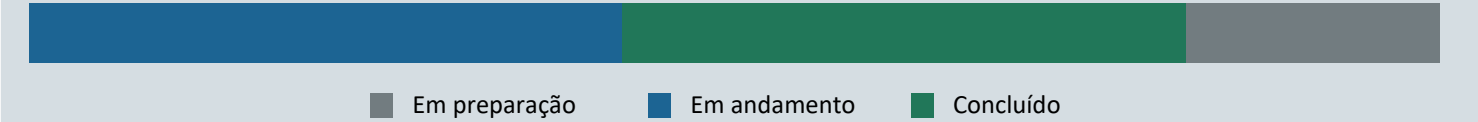
[>> MPO estabelece novo procedimento para análise da viabilidade orçamentária de associação a organismos internacionais](#)

[>> Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)

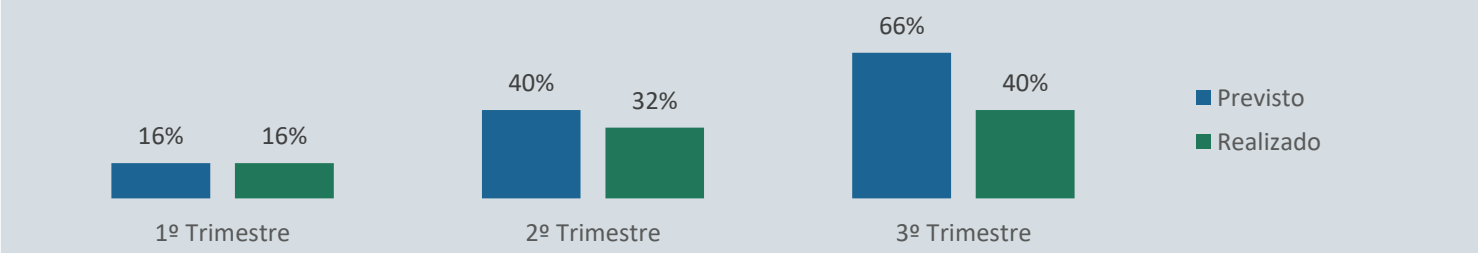
Avaliação do Projeto

O projeto de modernização do fluxo de pagamentos a organismos internacionais está na fase final de construção. Dentre as funcionalidades desenvolvidas, destaque-se a integração com sistemas estruturantes do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o GOV.BR. Em junho, foi concluído o módulo de pagamentos do projeto YBI, representando um marco relevante para o avanço do sistema. No período, foram incorporadas melhorias importantes, como novos campos, ajustes em rótulos, refinamento no arredondamento de valores e a automação do ofício bancário, que passou a preencher automaticamente os dados do formulário de pagamento. Também foi finalizada a API SIAFI, viabilizando funcionalidades essenciais, como consulta de empenhos e saldos contábeis, emissão de nota de empenho, ordem de pagamento e documento hábil. Com isso, dos dois módulos críticos — análise de solicitações e pagamentos — restou apenas a implementação da funcionalidade de consulta a dados orçamentários, cuja entrega estava prevista para julho. A partir dessa conclusão, teve início o desenvolvimento do módulo gerencial, com foco nos meses de julho e agosto. Em setembro, o portal Ybi avançou nas etapas finais de preparação para a entrada em produção, com foco em ajustes, testes e aprimoramentos de usabilidade. Foi apresentada a primeira versão da logomarca do portal e solicitados ajustes para o refinamento do material artístico, cuja finalização está prevista para a primeira quinzena de outubro. Em setembro, o Ybi foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), um dos principais usuários previstos. O sistema foi recebido de forma bastante positiva, sendo reconhecido como um avanço significativo na gestão dos pagamentos a organismos internacionais. O MRE apresentou ainda sugestões construtivas para futuras evoluções, reforçando a cooperação interinstitucional. Além disso, iniciou-se o planejamento do evento de lançamento oficial do portal, previsto para dezembro, que marcará sua disponibilização ao público e aos órgãos da administração pública federal. Apesar dos ajustes necessários para o pleno funcionamento do sistema terem causado alguns atrasos nas entregas, o cronograma de conclusão do projeto até o final de 2025 está mantido, com lançamento previsto para dezembro.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P24

Painel de Financiamentos Externos do Portal de Financiamento Externos

Objetivo: desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos para promover transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações e estatísticas relacionadas a financiamentos externos de programas ou projetos de órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado.		

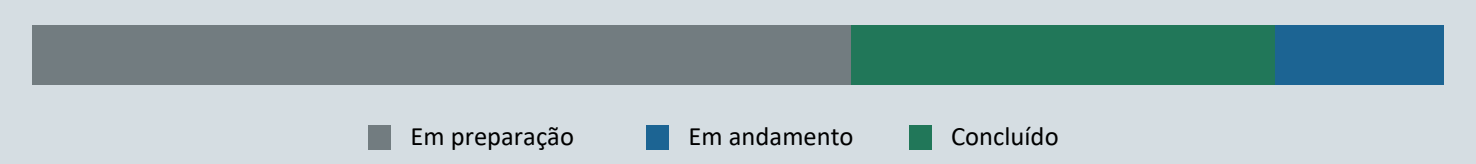
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO e Banco Mundial concluem Revisão da Carteira de Projetos no Brasil de 2025 com etapas em Brasília e Fortaleza](#)
- >> [Durante Reunião da Assembleia de Governadores, Fonplata aprova financiamento de US\\$ 100 milhões para projeto argentino](#)
- >> [KfW e MPO analisam projetos do Ceará, Distrito Federal e Porto Alegre durante 1º Encontro de Revisão de Carteira no Brasil](#)
- >> [Fonplata aprova financiamento de US\\$ 40 milhões para o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca](#)
- >> [Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento representa o MPO nas reuniões anuais do Novo Banco de Desenvolvimento](#)
- >> [Novo limite de R\\$ 2,4 bilhões para crédito externo da Cofix tem intensa procura, e valor é totalmente alocado para 4 operações](#)
- >> [Na segunda reunião do ano, Cofix aprova 22 projetos, somando US\\$ 3,7 bilhões em investimentos de estados e municípios e da União](#)

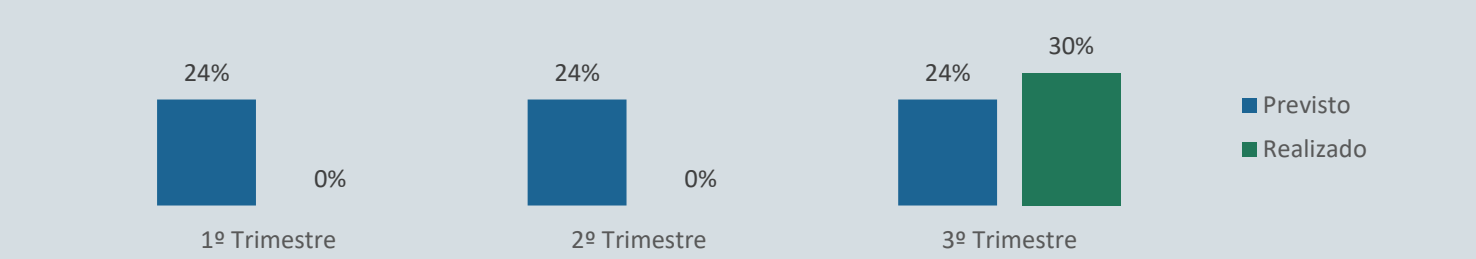
Avaliação do Projeto

A etapa de planejamento do projeto foi concluída com a definição de ferramentas, indicadores e estratégias para a captação e integração de diferentes bases de dados e sistemas, como o Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS) e o Portal de Financiamentos Externos (PFE). A etapa de planejamento ainda contemplou a definição do cronograma, marcos e riscos do projeto. Ainda em agosto, foram iniciadas as tratativas com parceiros para definição dos profissionais que atuarão nas próximas etapas do projeto. Com esse avanço, espera-se concluir a criação da Base de Dados e as integrações necessárias para consolidar as informações do painel. A estrutura de destino do Data Warehouse (DW) já foi criada e deve ser disponibilizada para uso em outubro. Em setembro, com o objetivo de antecipar entregas, iniciaram-se as discussões sobre o design do painel — incluindo a página inicial e as interfaces específicas de visualização. O projeto tem como objetivo desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos, voltado à ampliação da transparência, eficiência e acessibilidade das informações e estatísticas sobre financiamentos concedidos por organismos internacionais a programas e projetos de órgãos públicos previamente autorizados pela Cofix.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P25

Construção da Proposta Brasileira para Mecanismo Financeiro do Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Objetivo: coordenar o posicionamento técnico do Brasil nas negociações para criação do mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos e no seu processo de implementação. O projeto envolve a coordenação do grupo técnico interministerial para elaboração de proposta do Brasil e representação do Brasil em reuniões técnicas e rodadas negociadoras.

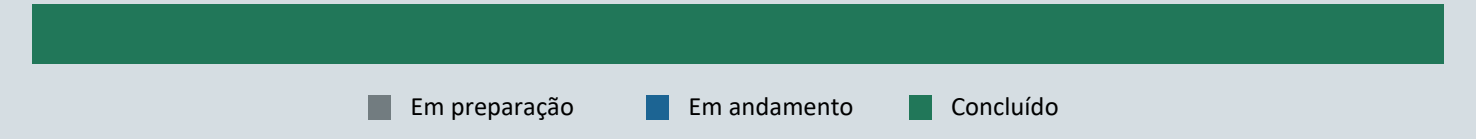
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R30 - Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo.		

Notícias relacionadas ao Projeto

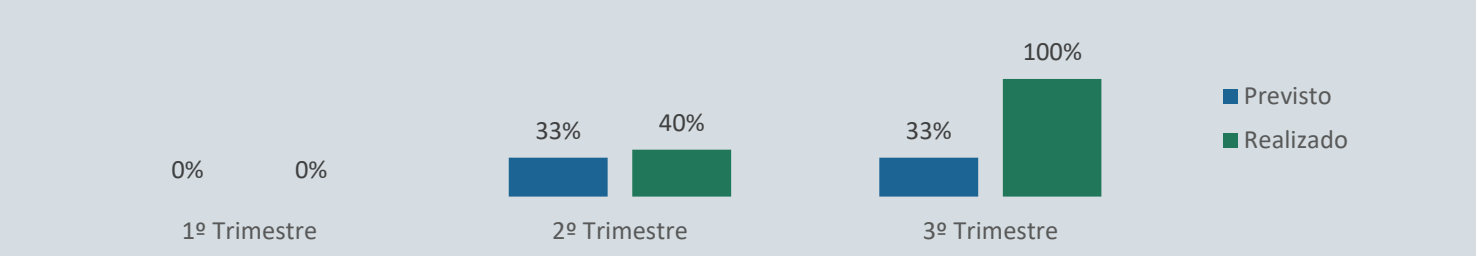
Avaliação do Projeto

O projeto foi concluído após uma série de esforços voltados à coordenação do posicionamento técnico do Brasil nas negociações sobre o mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos. Entre as principais ações, destaca-se a participação do MPO na Reunião de Consulta Regional do Grupo de Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC), realizada na Cidade do Panamá, como preparação para a Rodada 5.2 do Comitê Negociador Intergovernamental (INC-5.2), ocorrida em agosto, em Genebra. Na ocasião, foram debatidos os principais temas e artigos do texto em negociação, com ênfase no artigo relativo ao mecanismo financeiro, visando promover a coordenação de posições entre os países do grupo. Nas negociações da INC-5.2, realizadas em Genebra, Suíça, entre 5 e 14 de agosto, o MPO prestou assessoria técnica à delegação brasileira em todas as sessões e reuniões bilaterais sobre o mecanismo financeiro, com análise de propostas, revisão de textos e elaboração de argumentos técnicos para a negociação. A rodada representou a continuação da INC-5.1, ocorrida em novembro de 2024, na Coreia do Sul, e estava prevista como a etapa final do processo. Contudo, as divergências entre os países impediram a conclusão do acordo, e a rodada foi suspensa sem desfecho e sem previsão de continuidade no curto prazo. Apesar da não conclusão do acordo, todas as ações previstas no projeto foram executadas, culminando no alcance do resultado-chave R30 – “Elaborada uma proposta de artigos para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo.”

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P26

Quadro Estratégico para a Relação do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de Escopo Regional

Objetivo: fortalecer a coordenação da relação do Brasil com os BMD de escopo regional, por meio do desenvolvimento de um quadro estratégico para a atuação do Brasil junto aos BMD de escopo regional, incluindo o estabelecimento de princípios e diretrizes programáticos, o desenvolvimento de referenciais metodológicos para análise de desempenho e de impactos dos BMD e a construção de bases de informações.

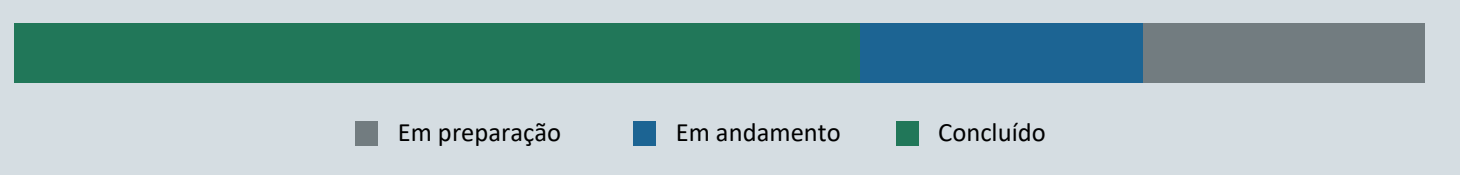
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional		

Notícias relacionadas ao Projeto

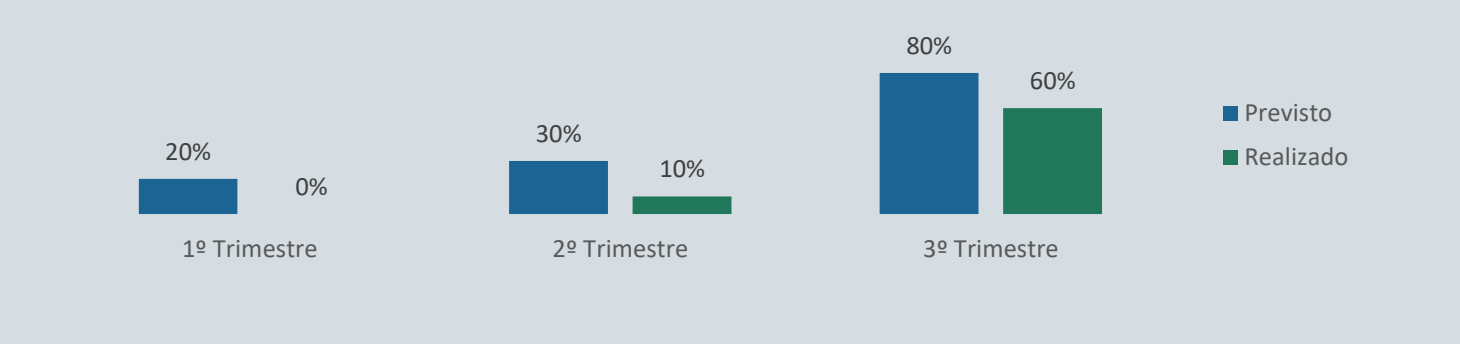
Avaliação do Projeto

Com o objetivo de fortalecer a coordenação da atuação do Brasil nessas instituições, o projeto prevê o desenvolvimento de um quadro estratégico com diretrizes programáticas, metodologias de análise de desempenho e impacto, além da consolidação de bases de informação. Entre os principais benefícios esperados estão o aumento da transparência e da consistência das diretrizes brasileiras, o aprimoramento dos processos de formulação de posições institucionais e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem análises comparativas e subsidiem decisões estratégicas — bem como futuras entregas, como estudos, publicações e painéis de dados. O projeto avançou de forma consistente com a conclusão da metodologia para análise de desempenho e impacto dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) regionais e com a finalização da etapa técnica de estruturação do protótipo da base de dados de desempenho institucional, que incorporou dados de governança estratégica extraídos de 12 relatórios financeiros anuais. Paralelamente, está em andamento o versionamento, em inglês e espanhol, dos textos de fundamentação e o teor da Portaria GM/MPO nº 443, de 06 de dezembro de 2024, que estabelece os Princípios e Diretrizes Estratégicas do Brasil junto aos BMD regionais. Os próximos passos incluem a revisão da taxonomia e, na sequência, a ampliação da extração e tratamento de informações publicadas pelos BMD regionais para o projeto piloto de modelo de dados.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P27

Presidência brasileira do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (2024-2025)

Objetivo: o projeto busca estruturar um conjunto de ações para subsidiar as decisões estratégicas do BDC durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do banco entre junho de 2024 a junho de 2025. O projeto envolve o exercício da presidência da Assembleia de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe entre junho de 2024 a junho de 2025, culminando com a realização da Reunião Anual de Governadores, em Brasília, entre 09 e 12 de junho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R34 - 55ª Reunião anual do BDC realizada

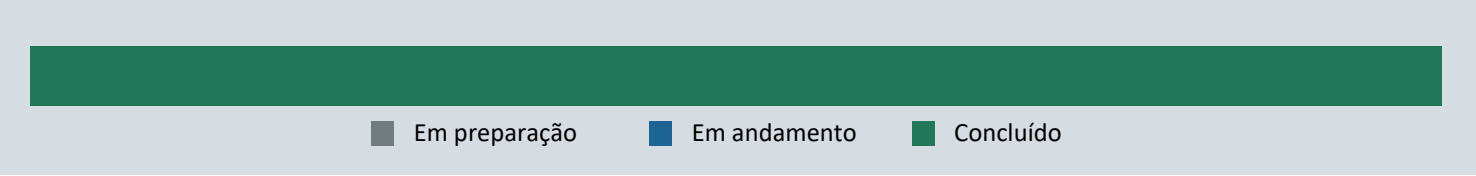
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe encerra debates sobre soluções conjuntas para questões estruturais dos países emergentes](#)
- >> [Presidente Lula anuncia aporte de US\\$ 5 milhões para o Banco de Desenvolvimento do Caribe para atender ações sociais](#)
- >> [Durante Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe, Brasil promove debates sobre integração, resiliência climática e segurança alimentar](#)
- >> [Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe começa em Brasília com debates sobre integração regional e desenvolvimento](#)

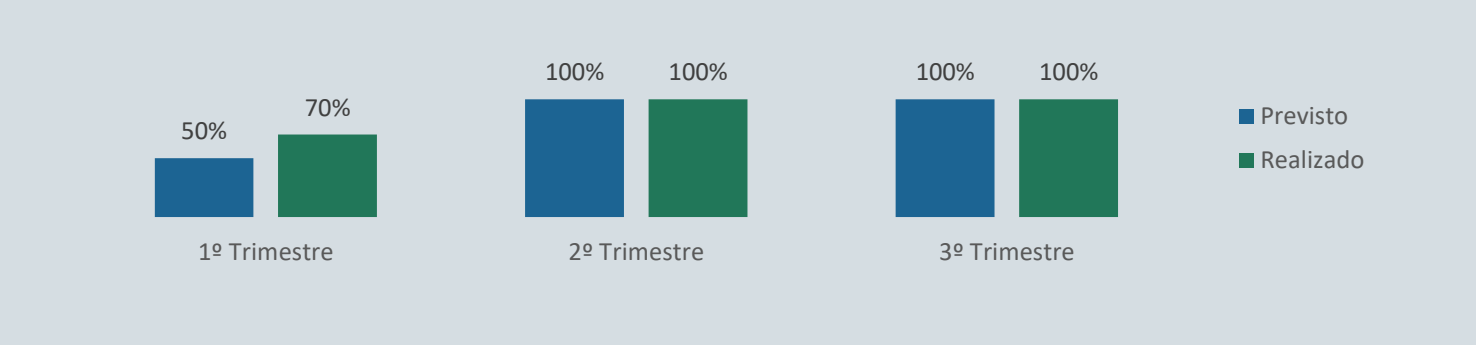
Avaliação do Projeto

Durante a 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), realizada em Brasília, autoridades brasileiras e caribenhas destacaram a importância da cooperação internacional e da integração regional para enfrentar desafios como mudanças climáticas, pobreza e desigualdades. A ministra Simone Tebet reforçou o papel estratégico do Brasil e das instituições multilaterais, enquanto o BDC defendeu a resiliência climática como eixo central de seu novo plano estratégico. O evento contou com seminários e painéis temáticos sobre desenvolvimento sustentável, inclusão social e fortalecimento institucional. No encerramento, foi anunciado o aporte de US\$ 5 milhões do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Especial do BDC, consolidando o compromisso com o Caribe e com a cooperação Sul-Sul. Com a conclusão de todas as entregas, o projeto foi finalizado com êxito, alcançando o resultado-chave “R34 - 55ª Reunião Anual do BDC realizada”.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P28

Presidência brasileira da Assembleia de Governadores do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (2024-2025)

Objetivo: conduzir as decisões estratégicas do FONPLATA durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do Banco entre julho de 2024 a julho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R35 - Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA.		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Directorio de FONPLATA aprueba nuevos proyectos en Bolivia y Brasil y avanza en su fortalecimiento institucional](#)

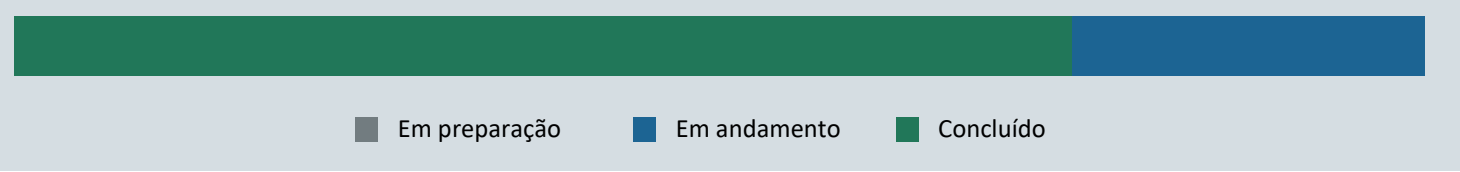
[>> FONPLATA realiza 200ª reunião da Diretoria](#)

[>> FONPLATA realiza primeira reunião do ano da Diretoria-Executiva na Argentina](#)

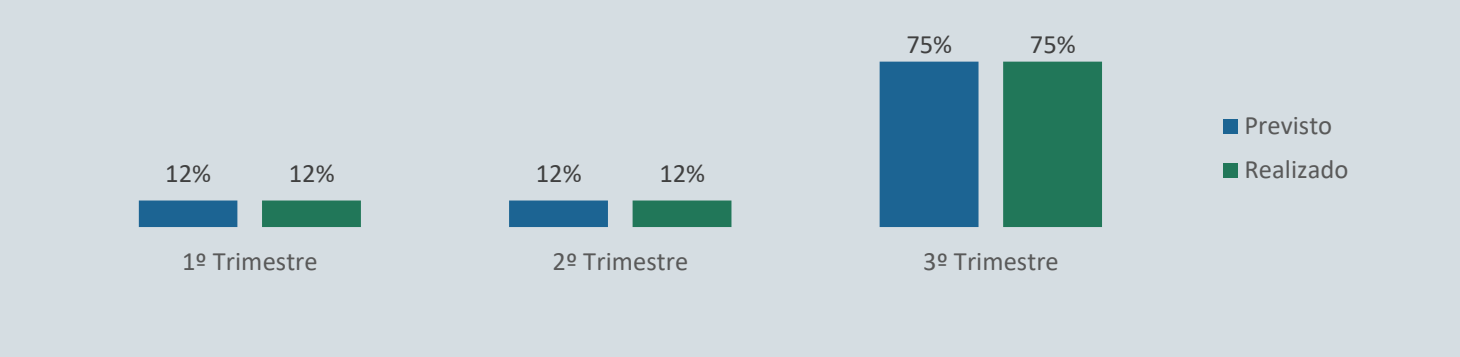
Avaliação do Projeto

O projeto, desenvolvido durante a presidência brasileira no Conselho de Governadores do FONPLATA (julho de 2024 a julho de 2025), avançou com a finalização do processo de elaboração de recomendações para a reformulação da estrutura administrativa do banco. A nova política de pessoal foi debatida e aprovada na 199ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva. Visando à incorporação de novos membros extrarregionais e à estruturação de uma rodada de capitalização para ampliar sua capacidade operacional, a Comissão Executiva do FONPLATA aprovou a proposta de integralização do capital em 10 parcelas lineares anuais, de 2027 a 2036, e autorizando a oferta de até 18,18% das ações do FONPLATA a novos sócios. Os esforços atuais concentram-se na elaboração de propostas de mudança da estrutura de governança e no regramento para a entrada de novos sócios, bem como na seleção dos Vice-Presidentes do Banco. Com foco no fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável em pequenos e médios municípios, o projeto busca expandir a atuação geográfica do FONPLATA para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, promovendo investimentos de impacto local e incentivando a disseminação de boas práticas junto a governos subnacionais.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P29

Rotas de Integração Sul-Americana

Objetivo: articular e gerir a agenda de integração e desenvolvimento sul-americano no que tange à infraestrutura física e digital. O projeto visa monitorar os projetos de integração Sul-americana no Brasil e articular medidas para a sua implementação e gestão; receber demandas correlacionadas de Estados e Municípios fronteiriços; estabelecer interlocução com arranjos subnacionais e internacionais já constituídos; propor a interiorização das rotas de integração.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R36 - Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana;		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Tebet destaca benefícios da Rota Bioceânica de Capricórnio ao participar da Rodada de Negócios Brasil-Chile no MS](#)

>> [Projeto da ferrovia Atlântico–Pacífico será legado desta gestão para a próxima, diz Tebet](#)

>> [Negociações para projeto de ferrovia que conectará Ilhéus \(BA\) ao Porto de Chancay \(Peru\) avançam na missão do Brasil à China](#)

>> [Ministra Simone Tebet apresenta avanços do projeto das Rotas de Integração Sul-Americana em Pequim](#)

>> [Em evento com o presidente do Chile, Gabriel Boric, Tebet diz que Rota que vai ligar sul, sudeste e centro-oeste ao Pacífico deve operar já em 2026](#)

Avaliação do Projeto

O Programa Rotas de Integração Sul-Americana segue avançando em suas diferentes frentes, consolidando o papel do Brasil na articulação de corredores logísticos que conectam o país aos mercados do Pacífico e fortalecem a integração regional. Após avanços significativos na Rota Bioceânica de Capricórnio — que teve concluída a etapa de interiorização e asseguradas as obras no lado brasileiro pelo Novo PAC —, o programa entra em uma nova fase de ampliação das parcerias estratégicas e de diversificação da infraestrutura de transporte. Nesse contexto, o Brasil firmou com a China um Memorando de Entendimentos, por meio da Infra S.A. e da China Railway Economic and Planning Research Institute, para a realização de estudos sobre o sistema de transporte integrado nacional. A cooperação com a China se complementa à parceria firmada entre o MPO e a Infra S.A., que prevê o mapeamento da infraestrutura já existente — como rodovias, ferrovias, hidrovias e terminais intermodais — e a análise do que ainda precisa ser feito para tirar do papel rotas estratégicas entre o Brasil e os países da América do Sul. As Rotas de Integração também vêm sendo debatidas em eventos nacionais e internacionais, evidenciando o compromisso brasileiro com a articulação política, institucional e empresarial para viabilizar a iniciativa. Em Campo Grande (MS), durante a Rodada de Negócios Brasil-Chile, a ministra do MPO, Simone Tebet, destacou os benefícios da Rota Bioceânica de Capricórnio, ressaltando seu potencial de dobrar o comércio bilateral e impulsionar setores como turismo e serviços. Já no Panamá, em encontro promovido pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foram discutidas as oportunidades de cooperação em infraestrutura, turismo e cadeias produtivas, com ênfase no papel estratégico do país como hub logístico internacional.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

5%

2%

1º Trimestre

20%

8%

2º Trimestre

48%

74%

3º Trimestre

■ Previsto

■ Realizado

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Capacidades Institucionais

Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none">R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais	<ul style="list-style-type: none">R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação; eR40 - Realizado 01 levantamento de Saúde e Clima no MPO	<ul style="list-style-type: none">R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas;R42 – Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas;R43 – Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026;R44 – Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026R45 – Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF; eR46 – Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF	<ul style="list-style-type: none">R47 – Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário FederalR48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidadesR49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de TratamentoR50 – Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade

Destaques

MPO PARTICIPA

Da Semana de Inovação 2025

Projeto Pilar, que busca aumentar a colaboração entre o MPO e as entidades vinculadas - Ipea e IBGE - foi pauta em discussão no painel “Governança em Redes Colaborativas para Políticas Públicas Sustentáveis”.

MPO PREMIADO

MPO ganha Prêmio Agilidade Brasil

PDCA Ágil e Transparente: Ciclos Curtos para uma Gestão Responsiva” passa a integrar o ranking dos Cases mais Ágeis do Brasil e recebe o selo digital.

MPO DISPONIBILIZA

Dados de Despesa em Python

Dados de despesas públicas estão disponíveis como pacote Python no PyPI, repositório oficial de bibliotecas da linguagem.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Captação automática dos dados de pessoal e encargos sociais já alcança 74%

das unidades externas participantes do processo de coleta automatizada das informações do Anexo V.

Capacidades Institucionais

A perspectiva de Capacidades Institucionais compreende os recursos, estruturas e sistemas que sustentam a organização e que devem estimular, com ferramentas de apoio, uma cultura organizacional de inovação, aprendizagem contínua, excelência em governança e adaptação às transformações advindas do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que alicerça a execução dos processos finalísticos e, consequentemente, constitui a base para consecução dos objetivos institucionais.

Essa perspectiva está representada no Mapa Estratégico do MPO por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

No terceiro trimestre de 2025, os cronogramas dos projetos dessa perspectiva avançaram 50,5%, frente a 50% previsto para o período. Do total de resultados-chave previstos para a perspectiva de capacidades institucionais, 31% já foi alcançado.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

OE 11

Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

O OE 11 conta em seu portfólio com o Projeto Pilar (P11), voltado ao fortalecimento das relações institucionais com suas entidades vinculadas - o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A iniciativa ganhou profundidade no terceiro trimestre e promoveu importantes avanços qualitativos. O período foi marcado pela realização de um workshop com a participação das três instituições. Na ocasião, foram debatidas as propostas de atuação identificadas no ciclo de entrevistas e questionários. O encontro representou um marco de alinhamento, ao permitir a confrontação dos diagnósticos preliminares, a pactuação de entendimentos comuns e a definição de prioridades para a etapa subsequente.

O relatório consolidado do workshop encontra-se em fase de apreciação pela Secretaria-Executiva do MPO e, uma vez aprovado, será disseminado a todas as secretarias e diretorias envolvidas. Esse documento representará a formalização do diagnóstico integrado e servirá de base para a etapa de detalhamento das iniciativas conjuntas, garantindo maior robustez ao processo decisório e legitimidade institucional.

As bases para a etapa de monitoramento das iniciativas foram lançadas, com a pactuação dos achados e a preparação de uma agenda interinstitucional. A execução dessas entregas deverá ganhar ritmo no próximo trimestre, em paralelo à formalização do relatório final e ao início das atividades de acompanhamento estruturado das iniciativas.

Capacidades Institucionais

No período, o Projeto Pilar consolidou maturidade relacional entre MPO, IBGE e Ipea, com avanço em direção à institucionalização da parceria governamental entre as vinculadas e o órgão supervisor e ao desenho de mecanismos permanentes de governança conjunta. O resultado qualitativo obtido neste período reforça a relevância estratégica do alinhamento e cria condições para a perenização das ações de integração.

O Projeto Pilar apresenta potencial expressivo para o aperfeiçoamento institucional do MPO e de suas entidades vinculadas, ao criar um ambiente sistemático de cooperação e alinhamento estratégico. Entre os principais ganhos esperados, destacam-se a racionalização de processos internos, a otimização do uso de recursos técnicos e humanos e o fortalecimento da inteligência organizacional por meio da integração de bases de dados e de práticas de gestão.

A atuação cooperativa está sendo delineada a partir de convergências e complementaridades nas competências. O trabalho de mapeamento e as discussões acerca das possibilidades de articulação têm fortalecido o diálogo entre as instituições e contribuído para o compartilhamento de informações, a transparência e a construção de relações de confiança, que poderão sustentar decisões conjuntas. A convergência de agendas institucionais favorece maior previsibilidade, consistência e eficácia na formulação e implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que promove transparência, fortalece a governança interinstitucional e amplia a capacidade de entrega de resultados concretos à sociedade.

Durante a Semana de Inovação 2025, promovida pela Enap, a Secretaria-Executiva do MPO participou da mesa-redonda “Governança em Redes Colaborativas para Políticas Públicas Sustentáveis”, destacando a cooperação entre o MPO, IBGE, Ipea e Seplan. O

painel abordou os desafios e oportunidades da atuação interinstitucional na gestão de políticas públicas ambientais, com ênfase no Projeto Pilar. Durante o debate, a Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica, Lorena Férrer, destacou que a capacidade de atuação conjunta entre o Ministério e os órgãos vinculados representa uma atuação estratégica que converge esforços para entregas mais efetivas quanto ao impacto social. O debate reforçou a relevância das redes colaborativas como instrumento de governança pública moderna, capaz de integrar dados, evidências e capacidades institucionais para orientar decisões estratégicas.

O Projeto Pilar (P30) avançou para 80% no período, frente a 100% previstos.



Capacidades Institucionais

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

As capacidades institucionais, no terceiro trimestre de 2025, além de apoiar administrativamente os processos de trabalho das áreas finalísticas, buscaram estimular bem-estar e o aprimoramento de habilidades em meio às equipes de trabalho, por meio de ações orientadas pelos princípios da valorização dos servidores, da qualificação profissional e da promoção da saúde e da qualidade de vida no ambiente laboral. As iniciativas desenvolvidas no âmbito dos projetos P31 (Pérola) e P32 (MPO de Corpo e Alma) buscam assegurar que o cumprimento da missão institucional deve ocorrer de forma a valorizar, em conjunto, o desenvolvimento humano, elevando-o à condição de elemento central para o aperfeiçoamento da gestão pública e para a entrega de resultados mais efetivos à sociedade.

No mês de julho, no eixo de desenvolvimento profissional, o Projeto Pérola realizou a seleção de representantes do MPO para participação no [Congresso Nacional de Gestão de Pessoas - CONARH 2025](#), considerado o maior evento sobre recursos humanos da América Latina e um dos maiores do mundo em gestão de pessoas e desenvolvimento humano. Ocorrido em agosto, em São Paulo, o congresso, em sua 51ª edição, promoveu oportunidades de aprendizado e integração associadas a práticas inovadoras. Em paralelo, foram concedidas licenças para capacitação, conforme a necessidade de cada unidade, de modo a incentivar o aprimoramento técnico individual de modo mais aprofundado.

No eixo de valorização e qualidade de vida no trabalho, o Projeto MPO de Corpo e Alma promoveu as edições do programa Vida 360, com temas sobre longevidade, equilíbrio emocional e segurança psicológica. O encontro [“Plenitude”](#), conduzido pelos palestrantes Terezinha Rios e Franckel Brandão, abordou a importância de um estilo de

vida sustentável em que os compromissos e as oportunidades encontrem equilíbrio com o descanso, o lazer e o autocuidado. A etapa dos exames periódicos de saúde ocupacional do ciclo 2025, como ação de prevenção à saúde, foi realizada em todo o Ministério, garantindo-se, assim, o cumprimento das medidas de cuidado com os servidores.

O protocolo de verificação periódica da saúde ocupacional foi estabelecido no artigo 206-A da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) e regulamentado pelo [Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009](#) e pela [Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009](#).

Em agosto, foram intensificadas ações de levantamento das demandas de capacitação junto às secretarias, subsidiando a elaboração do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas](#) - PDP 2026, além de monitorar continuamente as ações formativas oferecidas pelas escolas de governo e o acompanhamento das licenças de capacitação em curso. Em parceria com a Escola de Gestão da “N Produções”, contratada no âmbito do [ColaboraGov](#), o MPO viabilizou a oferta de cursos programados para setembro, alinhando o desenvolvimento das competências institucionais às prioridades organizacionais.

Em conjunto com essas ações, o MPO empreendeu iniciativas de valorização e integração dos servidores, incluindo uma campanha do Dia dos Pais e uma nova edição do Vida 360, com o tema [“Ansiedade, Educação e Propósito”](#), conduzida pelos palestrantes Leonardo Machado e Léo Fraiman. Nesse período, a versão final do PDP 2026, construída a partir do levantamento das necessidades de capacitação junto às secretarias, foi concluída e enviada ao órgão central junto ao MGI.

Um destaque na área de desenvolvimento profissional foi a oferta do curso “Liderança Transformadora”, promovido pela Escola de Gestão especialmente para o fortalecimento das competências gerenciais e do perfil de liderança exigido pelo MPO. O acompanhamento dos indicadores do P31 quanto à participação de servidores em ações de capacitação e desenvolvimento indicou uma margem acima do esperado, o que aponta

Capacidades Institucionais

para o investimento institucional em iniciativas de formação para aprimoramento das estratégias organizacionais.

Em setembro, o MPO atuou na prevenção ao suicídio no âmbito do Projeto MPO de Corpo e Alma, com a campanha Setembro Amarelo, cujo tema foi “Escuta empática – nós queremos ouvir você”. Os encontros ocorreram tanto na modalidade *on-line*, pelo *YouTube*, com palestras de psicólogos e especialistas em suporte psicossocial, oferecidas em parceria com o ColaboraGov, quanto em oficinas presenciais, organizadas pelo MPO como espaços de acolhimento e valorização da saúde emocional. A iniciativa contou com a participação de 96 servidores e colaboradores, distribuídos em três oficinas realizadas nos prédios da SOF, Bloco K e IPEA, e foi reconhecida pela ampla adesão e impacto positivo sobre o clima organizacional.

O questionário sobre desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho teve encerrada a fase de aplicação, no terceiro trimestre. As conclusões elaboradas a partir dessa pesquisa deverão subsidiar futuras ações, com o levantamento dos resultados que orientarão a promoção do bem-estar e o fortalecimento do vínculo institucional. A estante de livros volante permaneceu disponível, como estímulo à leitura e ao equilíbrio emocional no ambiente organizacional. As atividades desenvolvidas demonstram que o MPO se aplica a construir uma cultura institucional mais humana, integrada e saudável, alinhada aos valores institucionais.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos relacionados ao OE 12 (P31 e P32) foi de 32%, frente a 15% previstos para o período.

OE 13
Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

O terceiro trimestre de 2025 foi especialmente marcado pela transformação digital, com

destaque para o avanço da automação do processo de autorizações específicas para despesas de pessoal e encargos sociais, componentes do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). Em complemento, os processos de contratações, cujas linhas-mestras perquiriram a clareza de papéis e uma comunicação estruturada, apresentaram significativo avanço em direção à simplificação.

No âmbito das contratações públicas, o P34 (Contratações + Simples) estruturou solidamente a governança dos processos com o desenvolvimento e a validação dos fluxos de dispensa, inexigibilidade e adesão a atas de registro de preços, além de fiscalização contratual, em conformidade com a nova legislação de licitações e contratos.

Os fluxos elaborados para contratações no âmbito do Ministério observam as diretrizes da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), das recomendações constantes do [Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU](#) e das [Recomendações da OCDE para Contratações Públicas \(2015\)](#). Quanto à metodologia, observam-se os preceitos constantes da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), da [Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022](#) e na [Instrução Normativa nº 81, de 25 de novembro de 2022](#), que tratam, respectivamente, da pesquisa de preços, do Estudo Técnico Preliminar (ETP Digital) e do Termo de Referência Digital (TR Digital).

Em paralelo, foi iniciada a elaboração da minuta de normativo sobre competências e responsabilidades nas contratações, instrumento que definirá os papéis institucionais, fluxos de comunicação e diretrizes de governança da área. A revisão e a publicação do normativo, resultado-chave desse processo, estão previstas para o quarto trimestre de 2025, marco que consolidará a estrutura de governança de contratações no MPO.

No âmbito da transformação digital para aprimoramento da gestão orçamentária, a modernização do processo de avaliação do cumprimento das regras fiscais, na forma de captação automatizada das estimativas de despesas primárias para o ciclo orçamentário,

Capacidades Institucionais

está em vias de conclusão. O cronograma do projeto segue adiantado em relação ao planejamento inicial, com destaque para a tarefa de captação dos dados das Necessidades de Financiamento do Governo Central (NFGC), que estão sendo disponibilizados no BI-SIOP.

Até o final do exercício, prevê-se que a atividade de captação de dados das NFGC, ocorra integralmente em formato automatizado, proporcionando maior agilidade, integração e transparência na gestão fiscal. O módulo de NFGC do BI-SIOP pretende modernizar o processo de avaliação do cumprimento das regras fiscais, essencial para execução do ciclo orçamentário por prover as informações dos cenários macrofiscais que subsidiarão a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e das Avaliações de Receita e Despesa Primária (bimestrais ou extemporâneas).

Em 2025, [o PLOA enviado ao Congresso Nacional foi o primeiro a apresentar o marco orçamentário de médio prazo em sua forma completa](#), com projeção também para os exercícios de 2027 a 2029. Esse novo modelo amplia a discussão sobre os desafios fiscais e de políticas públicas, ao antecipar os cenários para os gestores e a sociedade. A transformação digital no processo de avaliação de conformidade no cumprimento das regras fiscais, de que trata o P34, contribui diretamente para refinamento da peça orçamentária, com um salto de qualidade que permite maior aproximação dos cenários macrofiscais. “A responsabilidade fiscal é exatamente para garantir justiça social. É para isso que nós estamos aqui”, disse a Ministra Simone Tebet na abertura do [Seminário de Revisão de Gastos: Aprimorando a Gestão Fiscal para Economias mais Resilientes](#), ocorrido em setembro.

A [modernização do processo de autorizações específicas para despesas de pessoal e encargos sociais](#), objeto do P35, foi concluída com êxito no terceiro trimestre de 2025. A iniciativa teve como foco a padronização e sistematização da coleta de dados

acerca das estimativas de despesas que compõem o Anexo V do PLOA, conforme previsto no inciso II do § 1º do art. 169 da [Constituição Federal](#). Com a conclusão do piloto realizado entre os dias 2 e 11 de julho, envolvendo os poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, foi possível avançar para a captação oficial, iniciada em 21 de julho e finalizada em 12 de agosto, dentro do prazo estabelecido pela [Portaria SOF/MPO nº 134, de 22 de maio de 2025](#).

A extração das informações ocorreu de forma sistematizada, com a geração parcial do Anexo V do PLOA 2026 diretamente a partir do módulo implantado no SIOP - o que representou importante avanço no processo de automação e transparência da gestão orçamentária. Como resultados, destacam-se: 74% das unidades externas participantes da captação automatizada; redução de 78% no uso de planilhas eletrônicas; 85% das linhas de autorizações específicas geradas automaticamente; e 28% do montante total processado de forma informatizada. Com esses resultados, os marcos R43 (realização do piloto) e R44 (automação da geração de conteúdo para o Anexo V) foram plenamente atingidos.

O novo módulo do SIOP, já em produção, representa um primeiro passo rumo à superação do processo manual de consolidação de dados, contribuindo para maior segurança, rastreabilidade, economia de tempo e mitigação de riscos institucionais. Além de reduzir erros operacionais e otimizar o tempo de trabalho e a produtividade dos resultados, o novo módulo manterá o registro histórico dos dados inseridos e dos processos dos anos anteriores. Para o PLOA 2027, a previsão é de que o projeto alcance toda a Esplanada.

A estratégia de dados e de uso de Inteligência Artificial (IA), componente do P36, busca consolidar uma estrutura de governança e inovação orientada a dados. No terceiro trimestre, foi realizada a avaliação do framework NIST AI Risk Management Framework (AI RMF), referência internacional para gestão de riscos de IA, com o objetivo de incorporar seus critérios à pesquisa de levantamento de dados que subsidiará a estratégia de adoção de IA pela SOF.

Capacidades Institucionais

A instituição da Estratégia de Dados e IA, em preparação, impulsionará o uso ético, transparente e seguro da inteligência artificial na gestão orçamentária federal, para maior precisão da atuação do Estado, aumento da produtividade e maior celeridade na fundamentação das decisões de governo.

Em paralelo, no âmbito do projeto MPO Transparente, conduzido pela Secretaria-Executiva do MPO, foi ampliada a transparência de dados orçamentários, com destaque para a [disponibilização dos dados de despesas em linguagem Python](#), permitindo maior transparência, reprodutibilidade e automação nas análises de execução orçamentária. A iniciativa reforça a política de dados abertos e fortalece o uso de tecnologias modernas no ciclo orçamentário federal.

As ações de diagnóstico de maturidade, estudo de experiências internacionais e realização de oficinas sobre o uso estratégico de dados e IA se alinham às diretrizes da [Estratégia Federal de Governo Digital \(EFGD 2024-2027\)](#) e da [Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial \(EBIA\)](#). O projeto se mantém em conformidade com a Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)), o Marco Civil da Internet ([Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#)) e a Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)).

Esses avanços consolidam o MPO como uma instituição promotora de uma cultura baseada em estudos, pautada pelos marcos legais e orientada à abertura para a inovação.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P33, P34, P35 e P36) relacionados ao OE 13 foi de 68,8%, frente a 50% previstos para o período.

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

No âmbito do aperfeiçoamento da governança, o P37 (Laboratório de Entrega de Valor - LEV) iniciou, no terceiro trimestre de 2025, a fase de sensibilização e alinhamento conceitual, com foco na geração de valor público. As primeiras reuniões do projeto foram conduzidas com a participação de representantes da SOF e da Secretaria-Executiva. Na ocasião, foram apresentados os fundamentos do valor público, indicadores de eficiência e impacto no cidadão, com destaque para a Teoria da Mudança como cadeia causal que estrutura a relação entre insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

O projeto tem como meta a elaboração de, no mínimo, dois indicadores de impacto relacionados ao macroprocesso de “Gestão do processo orçamentário federal”, associados ao valor público “Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente”, conforme definido no Mapa Estratégico do MPO. Concluída a etapa de contratação do especialista e iniciadas as reuniões, o plano de trabalho deverá ser elaborado até o final do exercício. As próximas fases contemplam a realização de novas oficinas de capacitação, o desenvolvimento dos indicadores e a apresentação da primeira versão do Observatório do MPO. O projeto se inspira no conceito de *Value Management Office* (VMO), priorizando a geração de valor, o alinhamento entre as iniciativas institucionais e os resultados esperados pela sociedade e pelo governo.

Em reconhecimento aos avanços na modernização da gestão e na consolidação de práticas inovadoras, o MPO foi agraciado com o Prêmio Agilidade Brasil 2025, na categoria *Órgãos Federais*, com o *case* “PDCA Ágil e Transparente: Ciclos Curtos para uma Gestão Responsiva”. A premiação, concedida em agosto durante o evento *Agile Trends GOV 2025*, em Brasília, destacou o esforço do Ministério em buscar eficiência, transparência e resultados por meio da gestão responsiva. O *case* premiado ilustra a metodologia de gestão estratégica do MPO, baseada em uma inovadora combinação

Capacidades Institucionais

entre *Balanced Scorecard* (BSC) e *Objectives and Key Results* (OKR), associadas ao uso da Plataforma Veredas e ao Relatório de Gestão Trimestral, que consolidam uma abordagem ágil e orientada a entregas na execução do Plano Estratégico Institucional (PEI). Com esse reconhecimento nacional, o MPO passa a integrar o *ranking* dos *Cases mais Ágeis do Brasil* e recebe o Selo Digital de Destaque em Agilidade Pública, reafirmando seu protagonismo na promoção de uma governança moderna, colaborativa e voltada à entrega efetiva de valor à sociedade.

No âmbito da gestão de riscos (P38), foram encaminhados ofícios às subsecretarias do Ministério com vistas ao monitoramento das informações sobre o tratamento dos riscos identificados nos planos elaborados em 2024 e 2025. A ação marca o avanço na etapa de consolidação dos planos de tratamento, prevista no cronograma do projeto, e reforça o alinhamento da gestão de riscos à estratégia institucional de corresponsabilização e atualização contínua, em consonância com a [Instrução Normativa MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016](#) e o [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), que dispõem sobre a governança pública, e o [Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023](#), que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Federal.

No eixo da integridade pública (P39), o terceiro trimestre foi marcado pela publicação do [Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade MPO](#) – 1º semestre de 2025. O [Plano de Integridade do MPO](#) faz parte do Programa Integridade Planejada, que traz como proposta uma atuação conjunta do MPO com o Ipea e o IBGE na promoção de ações conjugadas no monitoramento de riscos e promoção da transparência pública.

O [Programa Integridade Planejada](#) foi aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança do MPO em agosto de 2023, com o objetivo de promover uma cultura organizacional ética, respaldada em evidências, que reflita a priorização do interesse público sobre o privado e se dedique integralmente ao cumprimento da missão institucional. No primeiro semestre, das 30 ações previstas para o período, relacionadas aos seis temas condutores (prevenção e detecção; responsabilização e sanções; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação), 20 foram concluídas, representando um cumprimento de 67% do total de ações previstas.

Dentre os destaques do Relatório, estão elencados os eixos de promoção da democracia e diversidade, com 100% de execução, e transparência e acesso à informação, com 69%. O documento também ressalta avanços em iniciativas de prevenção e detecção de irregularidades, fortalecimento das funções de integridade, promoção da cultura ética e fortalecimento da articulação interinstitucional.

Capacidades Institucionais

Quanto às ações concluídas, destacam-se a elaboração da minuta do Código de Ética e Conduta do MPO, o [Relatório Anual da Ouvidoria](#) e o fortalecimento das atividades da Corregedoria e das instâncias colegiadas de integridade, como o Fórum das Instâncias com Funções de Integridade (Foint). Outras iniciativas, como campanhas de comunicação interna (“Integridade no dia a dia”) e atividades conjuntas de sensibilização (“Liderança Íntegra”), ampliaram o alcance da temática entre servidores e colaboradores.

As ações desenvolvidas no terceiro trimestre apontam para a maturidade institucional, com uma governança pública moderna, ética e orientada a resultados, capaz de integrar gestão estratégica, integridade e controle de riscos em um modelo de entrega contínua de valor à sociedade. A convergência entre iniciativas como o Laboratório de Entrega de Valor (LEV), a gestão de riscos e o Plano de Integridade do MPO demonstra um esforço das lideranças e equipes pela promoção de um ambiente organizacional íntegro e eficiente. As realizações evidenciam o avanço do MPO na implementação de práticas inovadoras e sustentáveis de gestão pública, alinhadas às diretrizes de governança e ao propósito maior de fortalecer a confiança social e o desempenho do Estado em prol do interesse público.

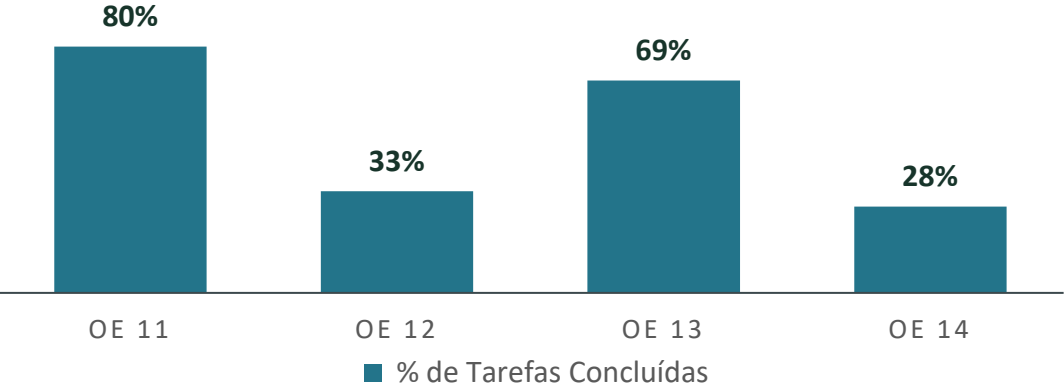
O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P37, P38 e P39) relacionados ao OE 14 foi de 28,3%, frente a 56,7% previstos para o período.



Capacidades Institucionais

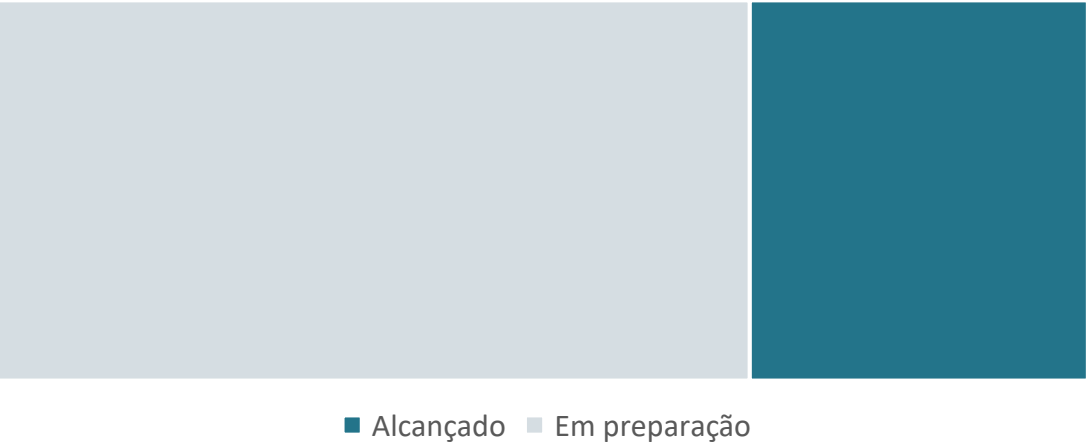
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

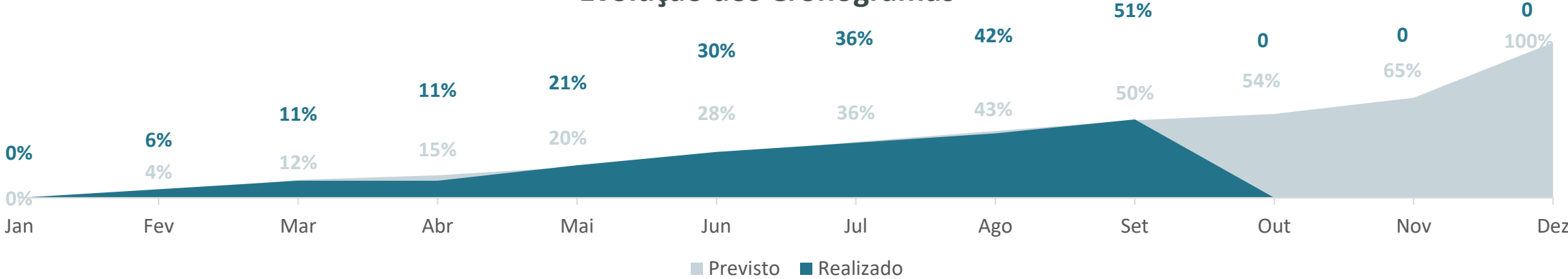


Resultados-chave

% alcançado



Evolução dos Cronogramas



Capacidades Institucionais

Evolução dos Projetos Estratégicos – 3º Trimestre de 2025

Projeto	Evolução	Detalhes
<div><div></div>P30</div>	<div><div></div>80%</div>	Pág. 82
<div><div></div>P31</div>	<div><div></div>30%</div>	Pág. 83
<div><div></div>P32</div>	<div><div></div>35%</div>	Pág. 84
<div>P33</div>	<div><div></div>60%</div>	Pág. 85
<div>P34</div>	<div><div></div>80%</div>	Pág. 86
<div>P35</div>	<div><div></div>100%</div>	Pág. 87
<div>P36</div>	<div><div></div>35%</div>	Pág. 88
<div>P37</div>	<div><div></div>10%</div>	Pág. 89
<div><div></div>P38</div>	<div><div></div>5%</div>	Pág. 90
<div><div></div>P39</div>	<div><div></div>70%</div>	Pág. 91

Projeto com início em 2024

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P30

Pilar

Objetivo: fortalecer a relação institucional entre o MPO e as entidades vinculadas (IPEA e IBGE), por meio da definição de diretrizes e bases comuns. Com isso, busca-se promover maior eficiência e qualidade nas entregas dos órgãos envolvidos, por meio da integração de recursos e de instrumentos de governança.

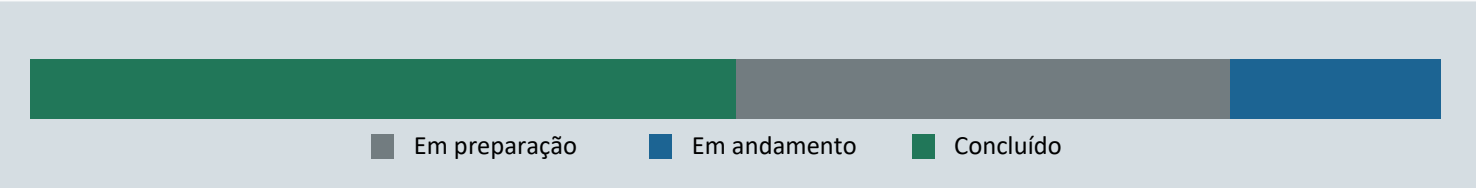
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações para conjuntas fortalecimento relações institucionais		

Notícias relacionadas ao Projeto

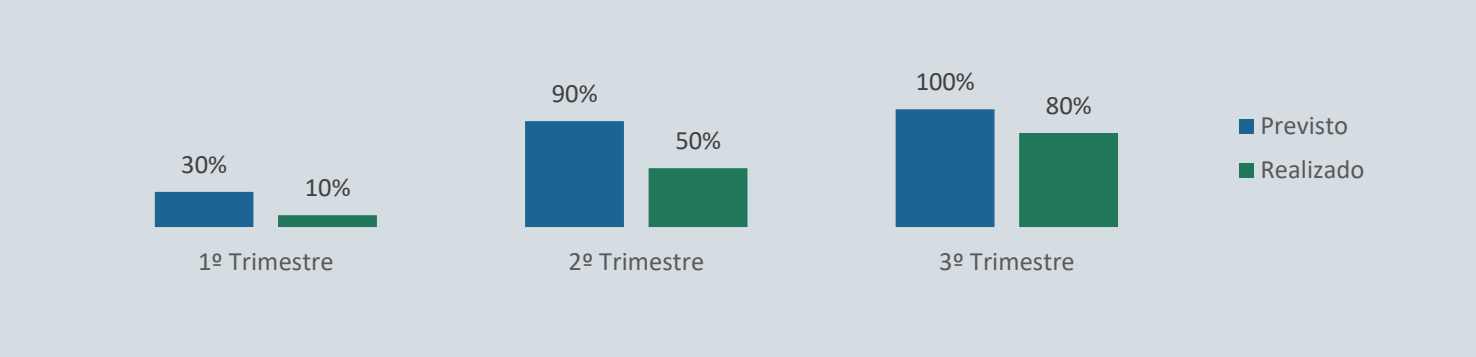
Avaliação do Projeto

O Projeto P30 avançou de forma significativa, no terceiro trimestre, na consolidação da agenda integrada de cooperação entre o MPO, o IBGE e o Ipea, com a conclusão da etapa de validação do diagnóstico preliminar e a realização do *workshop* conjunto de alinhamento institucional. O encontro, que reuniu representantes das três instituições, teve como objetivo discutir as propostas de atuação cooperativa identificadas nas entrevistas e nos questionários aplicados na fase anterior, promovendo um ambiente de construção coletiva e de fortalecimento das interfaces estratégicas entre as entidades vinculadas. Como resultado, foi elaborado um relatório consolidado do *workshop*, que sistematiza os principais eixos de colaboração, as oportunidades de sinergia e as recomendações para aprimoramento da governança interinstitucional. O documento encontra-se em fase de apreciação pela Secretaria-Executiva do MPO e pelas Presidências do Ipea e do IBGE, e, uma vez aprovado, será disseminado às secretarias e diretorias envolvidas. Esse relatório representará a formalização do diagnóstico integrado, constituindo-se em referência técnica e estratégica para a próxima etapa do projeto, voltada ao detalhamento das iniciativas conjuntas e ao monitoramento das ações.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P31

Pérola

Objetivo: implementar ações destinadas ao aperfeiçoamento de competências técnicas, comportamentais e socioemocionais de servidores, objetivando a otimização de processos para o melhor cumprimento da missão institucional.

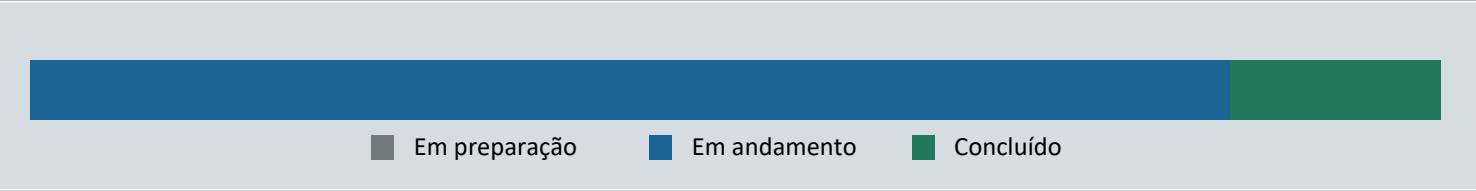
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação.		

Notícias relacionadas ao Projeto

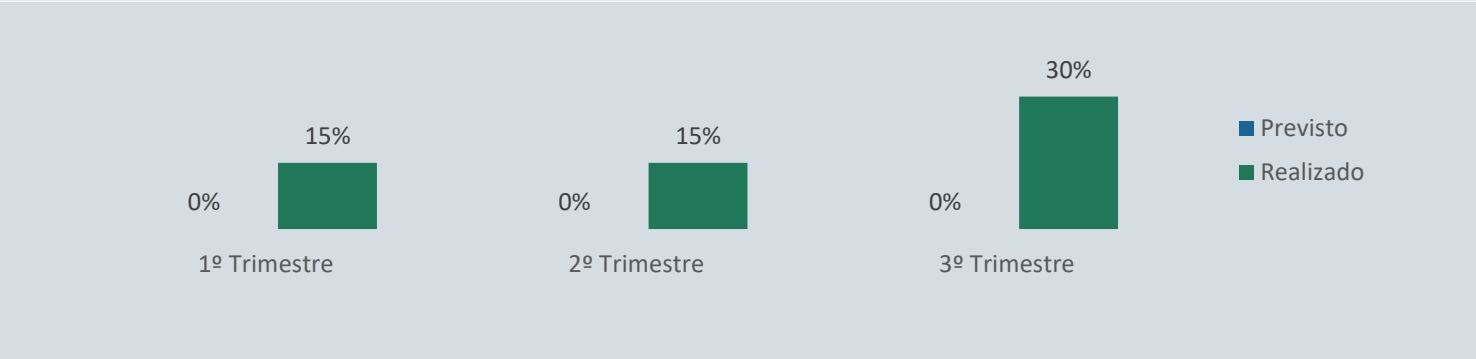
Avaliação do Projeto

O **desenvolvimento profissional** consolidou avanços importantes na **gestão da capacitação e no fortalecimento das competências institucionais** do MPO. Em julho, foi realizada a **seleção de participantes para o CONARH 2025**, evento de referência internacional na área de gestão de pessoas. No mesmo período, foram **analisadas e autorizadas licenças para capacitação**, assegurando o incentivo à formação continuada e ao estudo direcionado a temas de interesse. Em agosto, foi realizado o **levantamento das necessidades de capacitação junto às secretarias do MPO**, para a construção do **Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2026**, em alinhamento com as práticas institucionais e as diretrizes estratégicas de gestão de pessoas. Em conjunto, foram monitoradas as **ações formativas oferecidas pelas escolas de governo** e as licenças para capacitação, de forma a medir o grau de adesão dos servidores a cursos e eventos de instrução. Em setembro, o **PDP 2026 foi concluído e encaminhado à apreciação do órgão central**, encerrando o ciclo de planejamento de capacitações do MPO. O documento foi elaborado de forma participativa, com acolhimento das demandas das secretarias. A **Escola de Gestão da Nproduções promoveu o curso “Liderança Transformadora”**, destinado ao fortalecimento das competências gerenciais e comportamentais das lideranças, contribuindo para o aperfeiçoamento da cultura de gestão e para a consolidação de um ambiente organizacional colaborativo e inovador.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P32

MPO de Corpo e Alma

Objetivo: desenvolver ações sistematizadas e contínuas de cuidado com a saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho no Ministério do Planejamento e Orçamento. Buscando redução do absenteísmo, melhoria do clima organizacional, atração e retenção de talentos, bem como cultivar a autoestima e o bem-estar dos servidores e colaboradores, visando o aumento da satisfação, engajamento, produtividade e desenvolvimento do MPO.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

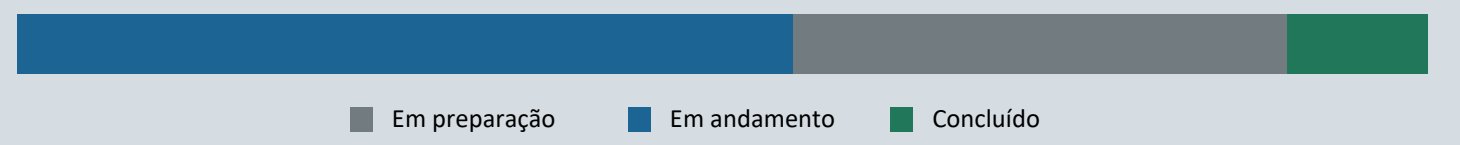
R40 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO

Notícias relacionadas ao Projeto

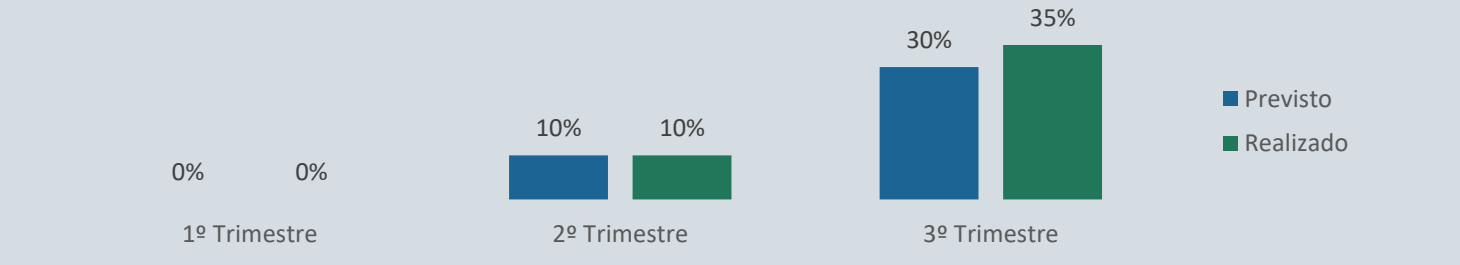
Avaliação do Projeto

No terceiro trimestre de 2025, o P32 consolidou suas iniciativas de promoção do bem-estar e da qualidade do ambiente laboral, por meio do fortalecimento da cultura institucional de cuidado e valorização dos servidores. Em julho, o programa Vida 360 abordou temas como longevidade, equilíbrio emocional e segurança psicológica, com o encontro “*Plenitude*”, conduzido por Terezinha Rios e Franckel Brandão, além da conclusão dos exames periódicos de saúde ocupacional do ciclo 2025, conforme a Lei nº 8.112/1990 e o Decreto nº 6.856/2009. Em agosto, o projeto promoveu a campanha do Dia dos Pais e nova edição do Vida 360, com o tema “*Ansiedade, Educação e Propósito*”, ministrada por Leonardo Machado e Léo Fraiman, incentivando reflexões sobre propósito e bem-estar. Em paralelo, avançaram as ações de valorização e integração dos servidores e a consolidação do levantamento de dados da pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Em setembro, o projeto realizou a campanha Setembro Amarelo, com o tema “*Escuta empática – nós queremos ouvir você*”, reunindo 96 servidores em oficinas presenciais nos prédios da SOF, Bloco K e Ipea, além de palestras *on-line* em parceria com o ColaboraGov. A ação foi amplamente reconhecida pelo impacto positivo sobre o clima organizacional. A estante de livros volante manteve-se ativa como estímulo à leitura e equilíbrio emocional. As iniciativas reforçam o compromisso do MPO em construir um ambiente de trabalho mais humano, integrado e saudável, alinhado aos valores institucionais e à missão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão Administrativa
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P33

Contratações +Simples

Objetivo: garantir eficiência e transparência, bem como estruturar a área de contratações, implementar a conformidade nos processos de contratações no âmbito do MPO, com a implantação de governança de contratações, definição de fluxos e papéis e divulgação das boas práticas de planejamento.

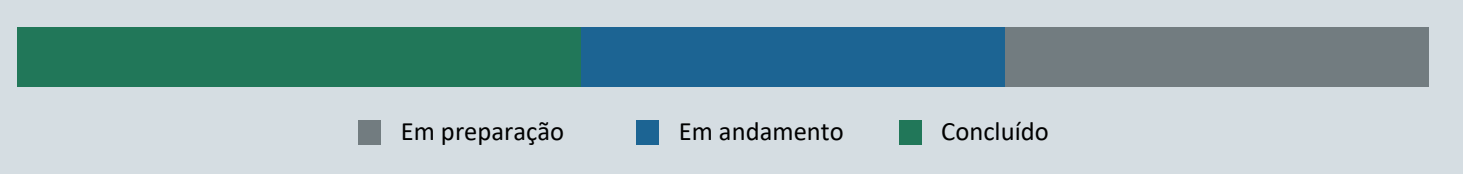
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas		

Notícias relacionadas ao Projeto

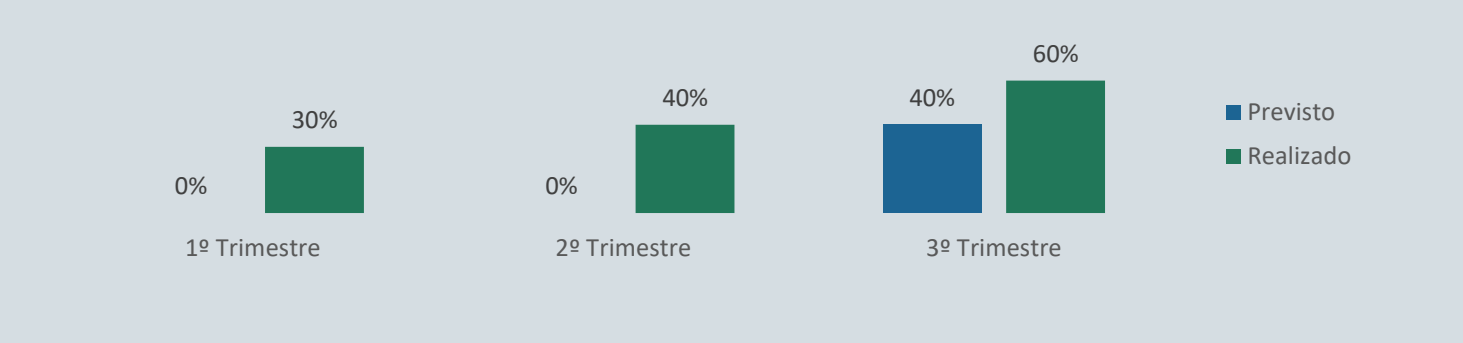
Avaliação do Projeto

O P33 empreendeu a consolidação dos fluxos de dispensa e inexigibilidade de licitação e de adesão a atas de registro de preços em conformidade conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021 e dos Decretos nº 11.246/2022 e 11.462/2023, que regulamentam, respectivamente, a gestão contratual e o Sistema de Registro de Preços (SRP). Os fluxos, construídos de forma colaborativa com as unidades demandantes, encontram-se em fase de validação para publicação e posterior aplicação no âmbito do MPO. Esses fluxos detalham etapas como a formalização da demanda (DFD), a constituição da equipe de planejamento da contratação (EPC), a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e das justificativas de escolha e de preço, além da autorização e publicação no PNCP, promovendo segurança jurídica, transparência e padronização dos processos. Paralelamente, prepara-se a minuta do ato normativo que consolida as diretrizes do novo modelo de contratações, documento que constituirá o produto-chave do projeto. Essa padronização contribuirá para simplificar rotinas, reduzir riscos administrativos e garantir maior eficiência nas contratações públicas realizadas pelo Ministério.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P34

Modernização do Processo de Avaliação do Cumprimento de Regras Fiscais

Objetivo: modernização do processo de avaliação/conformidade do cumprimento das regras fiscais (meta de resultado primário e limites de despesas primárias) para a elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas, por meio de automação de etapas do processo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R42 - Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Com previsão de superávit nas contas públicas, Governo Federal envia Projeto de Orçamento de 2026 ao Congresso](#)

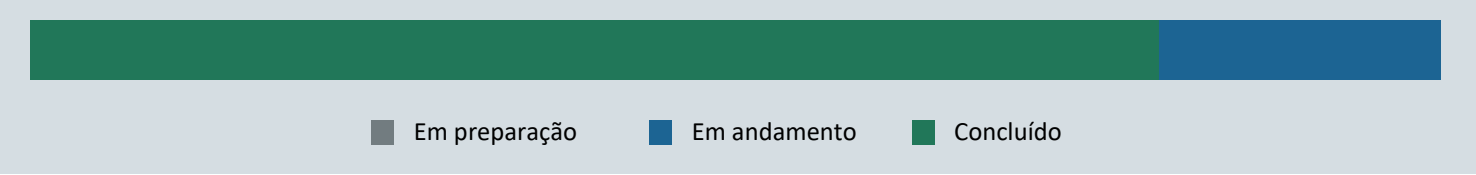
>> [Tebet defende a responsabilidade fiscal como fundamento da democracia e da cidadania em seminário](#)

>> [Tebet defende transparência sobre impacto da judicialização nas contas públicas e alerta para crescimento de despesas com precatórios](#)

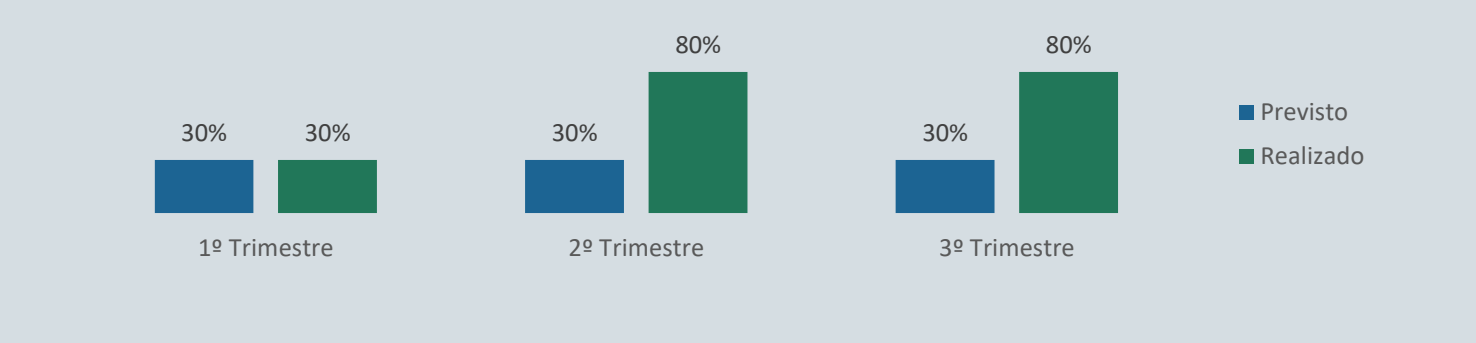
Avaliação do Projeto

O P34 atingiu um alto patamar de cumprimento, no que tange à captação automatizada das estimativas de despesas, com a plena implementação do módulo de Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). O Resultado-Chave 42, que visa aumentar a eficiência do ciclo orçamentário por meio da automação da captação de 100% das estimativas de despesas, foi integralmente alcançado. Com isso, o módulo de NFGC está operacional, facilitando a coleta automatizada de dados essenciais para a elaboração do PLDO, PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas. Os indicadores de desempenho também registraram 100% de sucesso, incluindo a captação automatizada de estimativas de despesas previstas na Matriz de Responsabilidades da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira (CTGOF) e projeções de cenários fiscais baseadas em captações automatizadas. Além disso, a funcionalidade de verificação de limites de despesas primárias foi implementada, garantindo maior precisão e transparência nas análises fiscais.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P35

Modernização do Processo de Autorizações Específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Objetivo: modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, automatizando a captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, junto às Unidades responsáveis, discriminadas na LDO, bem como a geração de conteúdo, a partir das informações captadas, para compor o Anexo V do PLOA.

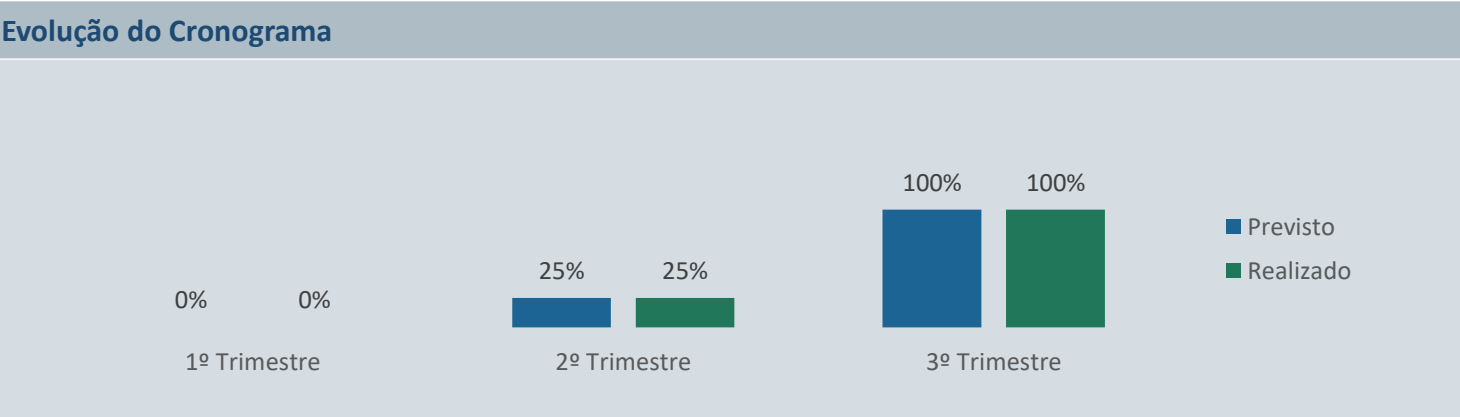
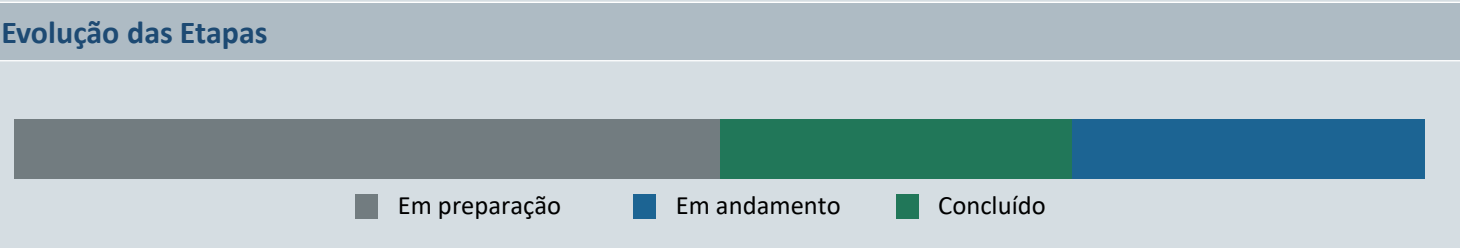
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R43 - Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R44 - Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SOF/MPO começa a sistematizar a captação de informações do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária](#)

Avaliação do Projeto

O P35 foi concluído com êxito no terceiro trimestre de 2025, cumprindo integralmente o cronograma e alcançando os resultados-chave previstos. Entre 2 e 11 de julho, foi realizado o piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, abrangendo os Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, conforme diretrizes da Portaria SOF/MPO nº 134, de 22 de maio de 2025. Após a coleta de sugestões e ajustes, o módulo foi disponibilizado no ambiente de produção do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), permitindo a captação oficial iniciada em 21/07 e finalizada em 12/08. O processo foi formalmente comunicado aos órgãos participantes por meio do Ofício SEI nº 4058/2025/MPO, que estabeleceu as regras e prazos de envio das informações destinadas à composição do Anexo V do PLOA 2026. A automatização do fluxo de dados no SIOP eliminou o uso de planilhas e reduziu significativamente o risco operacional, permitindo que 74% das unidades externas participassem da captação informatizada. Os resultados alcançados confirmam o êxito do projeto: 78% de redução no uso de planilhas, 84% de geração automática de linhas de autorização de despesas e 28% do total de valores processados de forma informatizada. A iniciativa representa um marco na modernização do ciclo orçamentário, promovendo maior confiabilidade, transparência e eficiência na gestão das despesas de pessoal e encargos sociais.



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P36

Estratégia de Dados e de Uso de IA da SOF

Objetivo: implementar uma Estratégia de Dados e de IA que modernize os processos de trabalho da SOF, assegurando maior eficiência, governança e qualidade na gestão dos dados orçamentários.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R45 - Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R46 - Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF		

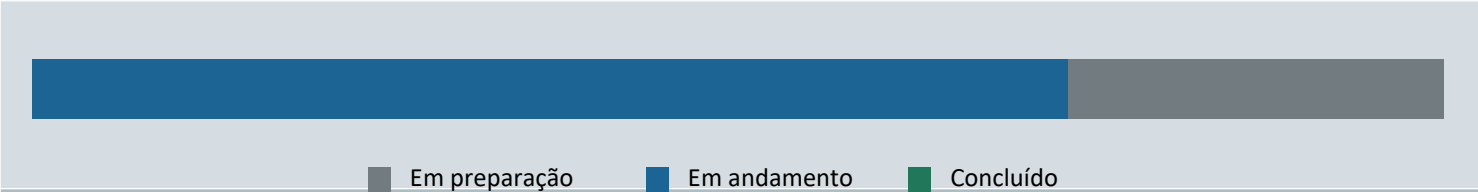
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Dados de despesas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento \(SIOP\) agora também estão em Python](#)

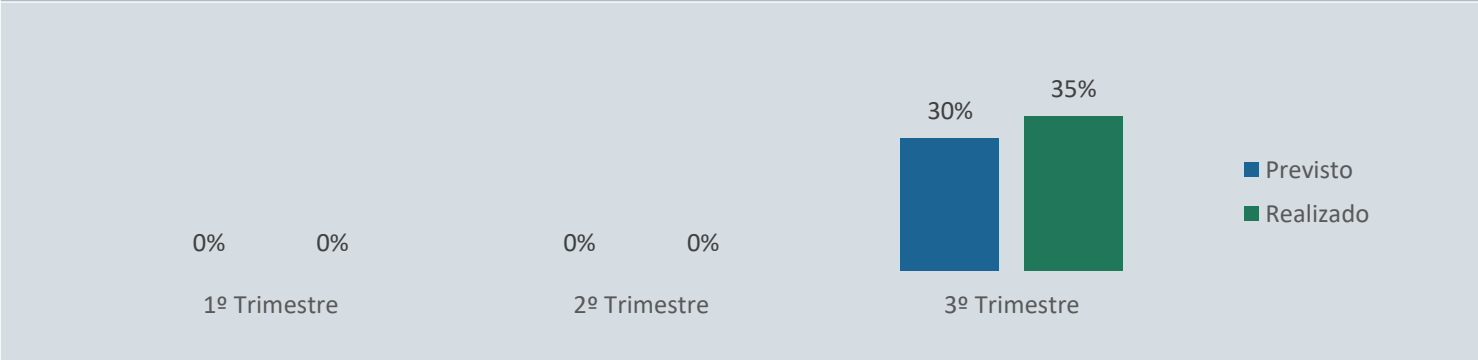
Avaliação do Projeto

No terceiro trimestre, o P36, a partir dos estudos realizados, contemplou a elaboração de questionários para fundamentação de pesquisas, cujos resultados devem subsidiar o diagnóstico de maturidade de gestão de dados e uso de IA. Foi realizada a avaliação do framework NIST AI Risk Management Framework (AI RMF), incorporando critérios de gestão de riscos de IA à pesquisa de levantamento de dados que subsidiará sua adoção estratégica. Nesse período, a chegada dos novos Analistas de Planejamento e Orçamento permitiu compor o Núcleo de Inteligência de Dados e IA, cuja estrutura organizacional e respectivos processos de trabalho foram esquadrihados. O Núcleo iniciou quatro projetos estratégicos: i) implantação da estrutura de governança de dados e IA; ii) modernização do catálogo de dados da SOF; iii) expansão da capacidade de produtos de visualização de dados; e iv) modernização de processos com uso de agentes de IA generativa. As ações do P36 mantêm alinhamento com a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD 2024-2027), a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e marcos legais como a Lei de Acesso à Informação, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados. Esses avanços fomentam o uso da IA na gestão orçamentária, com vistas à gestão mais precisa e produtiva para embasar as decisões de governo.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P37

Laboratório de Entrega de Valor (LEV)

Objetivo: desenvolver indicadores de impacto para mensurar o alcance dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R47 - Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal.		

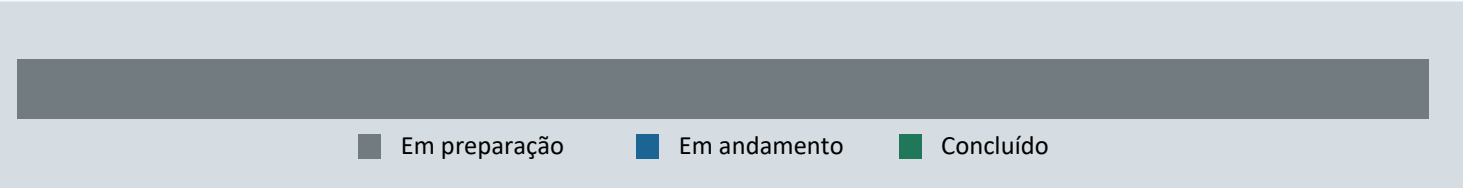
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Ministério do Planejamento e Orçamento ganha Prêmio Agilidade Brasil na categoria "Órgãos Federais"](#)

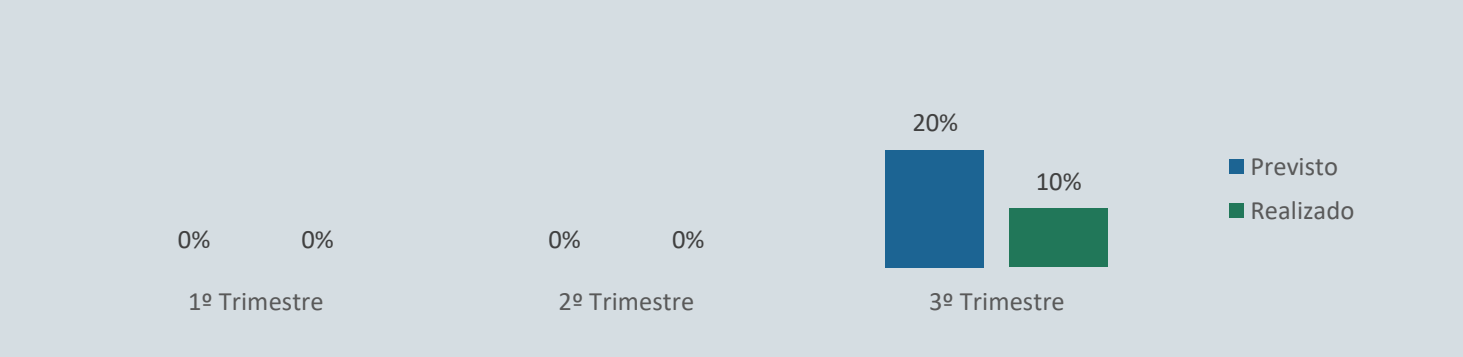
Avaliação do Projeto

No terceiro trimestre, o P37 iniciou a fase de sensibilização e alinhamento conceitual, com foco na geração de valor público. Foi realizada a primeira reunião oficial, com a participação de representantes da SOF e da Secretaria-Executiva. O encontro apresentou os fundamentos do conceito de valor público, indicadores de impacto e eficiência, destacando a **Teoria da Mudança** como ferramenta para estruturar a cadeia causal entre insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. A oficina marcou o início do processo de capacitação para o desenvolvimento de indicadores de impacto vinculados ao valor público **“Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente”**, previsto no Mapa Estratégico, consolidando a base conceitual necessária para as próximas etapas do projeto. As oficinas terão continuidade em encontros semanais, preparando a elaboração de indicadores que possibilitem mensurar mudanças reais e a efetividade das iniciativas estratégicas do MPO. Com essas ações, busca-se promover maior alinhamento entre as ações institucionais e os resultados esperados pela sociedade e pelo governo. Apesar de alguns atrasos causados por incompatibilidades de agenda entre as unidades envolvidas, o projeto segue em plena execução, com previsão de conclusão até o final de 2025.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P38

Gestão de Riscos no MPO

Objetivo: garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidades.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de Tratamento.		

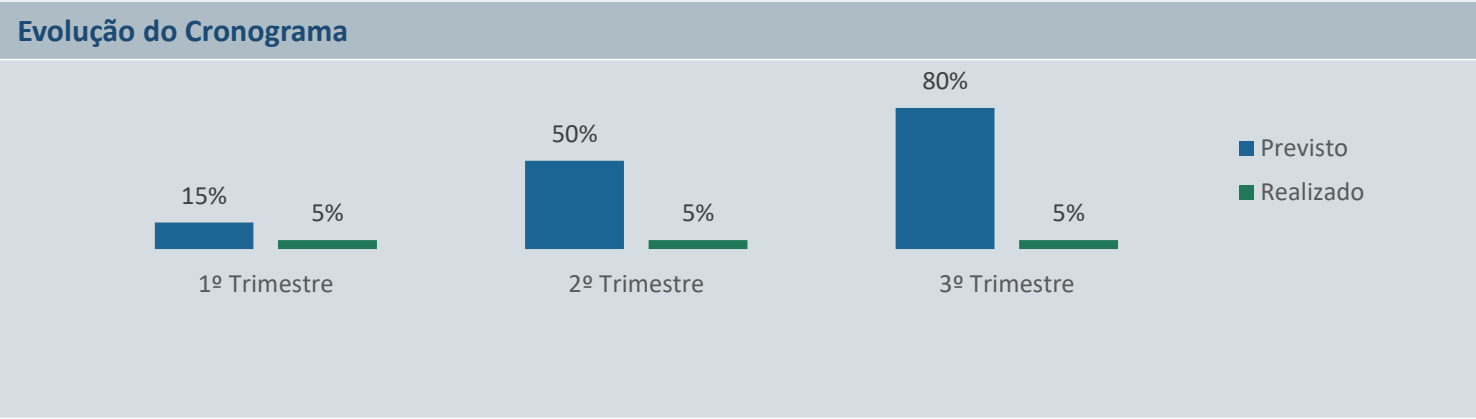
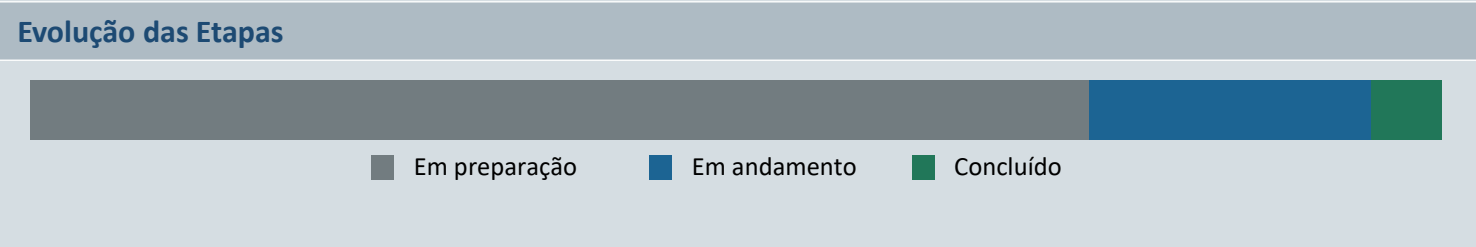
Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

No terceiro trimestre, no âmbito do P38, foram encaminhados às subsecretarias do MPO os Ofícios nº 3677, 3678, 3679, 3680, 3681 e 3794, solicitando informações atualizadas sobre o monitoramento do tratamento dos riscos apresentados, em conformidade com o cronograma de execução do projeto. Essa etapa reforça o alinhamento da gestão de riscos à estratégia institucional de corresponsabilização e atualização contínua, assegurando que as unidades do Ministério atuem de forma integrada no acompanhamento das medidas preventivas e corretivas.

Com a chegada do novo chefe titular da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), em 15 de outubro de 2025, foi retomado o processo de organização interna do setor e iniciado o planejamento das ações de gestão de riscos para 2026, com foco no fortalecimento dos mecanismos de governança e na ampliação da cultura de integridade no MPO.

As ações desenvolvidas neste trimestre mantêm conformidade com a Instrução Normativa MP/CGU nº 1/2016, o Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a governança pública, e o Decreto nº 11.529/2023, que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. O P38 desempenha uma função essencial para o aprimoramento da governança e da transparência no Ministério, com o monitoramento de riscos e aumento da confiabilidade nos processos internos. Desde abril de 2025, o setor passou pela saída de membros importantes, com reposição gradual da equipe. Esse cenário levou à priorização de demandas urgentes e de prazo definido, o que impactou a execução do projeto. Com a recomposição do quadro, o projeto retoma o foco nas entregas previstas para 2025.



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P39

Plano de Integridade do MPO

Objetivo:

aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R50

- Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade.

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O P39 empreendeu a publicação do Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade do MPO para o 1º semestre de 2025, que registrou 67% de cumprimento das ações previstas, contemplando os seis eixos temáticos: prevenção e detecção; responsabilização e sanções; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação. Conforme pactuação na 12ª Reunião Ordinária do SRTCI, foi deliberado que o monitoramento passará a ocorrer por meio de alertas trimestrais às unidades, substituindo a emissão de relatórios trimestrais, e que serão elaborados dois documentos consolidados: um Relatório Anual de Monitoramento (em julho/agosto) e um Relatório de Avaliação após o encerramento do exercício. Paralelamente, a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) iniciou o mapeamento das ações concluídas do 1º e 2º semestres, de modo a subsidiar o novo ciclo de acompanhamento. Essas medidas reforçam o compromisso do MPO com a integridade, transparência e corresponsabilização institucional, alinhando-se às diretrizes do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação e consolidando o P39 como um eixo estratégico para o fortalecimento da governança e da ética pública no âmbito do Ministério.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

40%

20%

70%

70%

70%

70%

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

Previsto

Realizado

2

Desempenho da Gestão

MPO

Publicações

Publicações do MPO



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[TRANSVERSALIDADE
SEPLAN e SOF](#)



[PROJETO ROTAS
SEAI](#)



[ANUÁRIO SEAID
SEAID](#)



[AVALIAÇÃO DE PP
SMA](#)



[SUBSÍDIOS UNIÃO
SMA](#)



[MTO 2025
SOF](#)



[MTO 2026
SOF](#)

Publicações do MPO



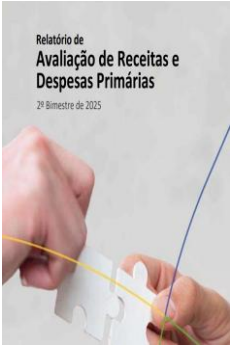
CARTILHA MPO - SEI
SE



PLANO DE INTEGRIDADE
MPO



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024
AECI



AVALIAÇÃO 2º BIMESTRE
SOF



ORÇAMENTO 2025
SOF



BOLETIM PIB
MPO



BOLETIM IPCA
MPO



BOLETIM PNAD CONTÍNUA
MPO

Publicações do MPO



[Perspectivas demográficas para o Brasil em 2050](#)

SEPLAN



[Estudo Estratégico de Infraestrutura](#)

SEPLAN



[Síntese executiva dos relatórios](#)

SEPLAN



[Estudo de Análise Macroeconômica](#)

SEPLAN



[Relatório de Participação Social](#)

SEPLAN



[Megatendências mundiais e incertezas em 2050](#)

SEPLAN



[Relatório das entrevistas](#)

SEPLAN



[Cenários: o Brasil que queremos em 2050](#)

SEPLAN



[Análise retrospectiva e situacional](#)

SEPLAN

Publicações do MPO



[AGENDA TRANSV MULHERES](#)
MPO



[AGENDA TRANSV MEIO AMBIENTE](#)
MPO



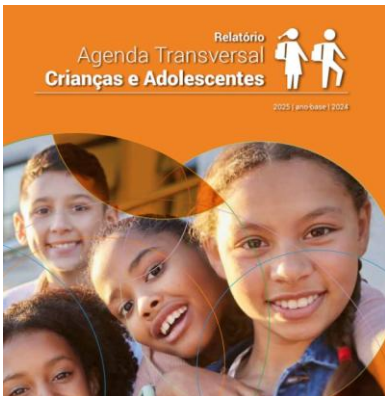
[AGENDA TRANSV RACIAL](#)
MPO



[MONITORAMENTO PPA 2024](#)
SEPLAN



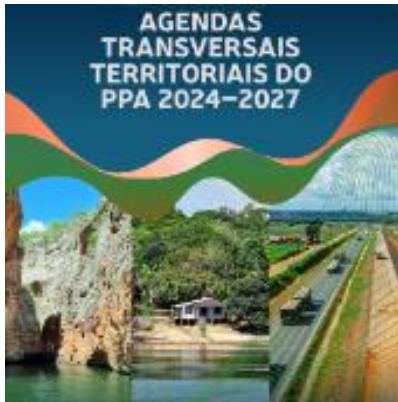
[AGENDA TRANSV INDÍGENAS](#)
MPO



[AGENDA TRANSV CRIANÇAS](#)
MPO



[PRECATÓRIOS 2026](#)
SOF



[AGENDAS TRANSV TERRITORAIS](#)
SEPLAN

Publicações do MPO

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INCENTIVO AO ESPORTE CRESCE, MAS TRANSPARÊNCIA PRECISA SER APRIMORADA

Recursos captados foram recorde em 2023, mas ausência de dados impossibilita avaliação de resultados e impacto da política



POLÍTICA AVALIADA
Política de Incentivo ao Esporte

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 912 MI

ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política captou R\$ 912 milhões em recursos em 2023, mas ausência de dados impossibilita avaliação de resultados e impacto da política
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: ESPORTE

SMA

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CARRO-PIPA DEVERIA SER SOLUÇÃO TEMPORÁRIA OU COMPLEMENTAR

No geral, sistema seria mais eficiente e econômico como medida principal, sendo Operação Carro-Pipa complementar



POLÍTICA AVALIADA
Operação Carro-Pipa (Lei 10.717)

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 566 MI

ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Sistema seria mais eficiente e econômico como medida principal, sendo Operação Carro-Pipa complementar
- Sistema não possui indicadores de desempenho e transparência
- Sistema não possui indicadores de desempenho e transparência
- Sistema não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: CARRO PIPA

SMA

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SUBSÍDIO ÀS TÉRMICAS DEVE SER REAVALIADO

Relatório traz indícios de que o incentivo fiscal tem baixo impacto e sugere melhorias na governança



POLÍTICA AVALIADA
Subsídio às Térmicas

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 24 MI

ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: SUBSÍDIOS

SMA

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES FORAM EFICAZES CONTRA DESMATAMENTO

Taxas de desmatamento ilegal caíram após criação de política em 2003, mas voltaram a subir a partir de 2019



POLÍTICA AVALIADA
Política de Fiscalização e Sanções contra o Desmatamento Ilegal

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 351 MI

ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: DESMATAMENTO

SMA

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

WI-FI BRASIL TEM SOBREPOSIÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

Escolas foram as principais beneficiárias, mas falta mapeamento preciso de localidades prioritárias



POLÍTICA AVALIADA
Programa Wi-Fi Brasil

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 159 MI

ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: WI BRASIL

SMA

INFORMATIVO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FUNDO CLIMA PODE SER MAIS AMPLO E EFICAZ

Financiamento público está concentrado em mitigação; adaptação à crise climática precisa de mais apoio



POLÍTICA AVALIADA
Fundo de Recursos para o Combate às Mudanças Climáticas

RECURSOS ENVOLVIDOS (2023)
R\$ 646 MI

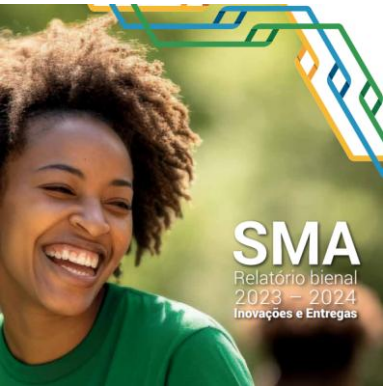
ANO DA AVALIAÇÃO
2023

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência
- Política não possui indicadores de desempenho e transparência

INFORMATIVO: FUNDO CLIMA

SMA



RELATÓRIO BIAL 23-24

SMA

3

CONFORMIDADE E
EFICIÊNCIA DA
Gestão

Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Planejar objetivos e cumprir metas são responsabilidades que envolvem todos os agentes públicos. Nesse contexto, as unidades de suporte à gestão exercem papel fundamental ao estabelecer as bases para a execução das atividades previstas no plano de governo. No âmbito do Ministério, a Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE) atua na coordenação da gestão estratégica, administrativa e de pessoas, abrangendo temas como planejamento, inovação institucional, gestão de contratos, logística, tecnologia da informação, orçamento e finanças. Além disso, é responsável por articular-se com os órgãos centrais e monitorar a execução dos projetos estratégicos, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento institucional e o alcance dos resultados almejados.

A gestão administrativa e de pessoas é realizada em rede colaborativa. O MPO integra o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, regulamentado pelo [Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023](#), sob a coordenação da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SSC/MGI), como órgão prestador, atuando como um dos órgãos solicitantes.

No contexto do arranjo colaborativo previsto [pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), foi concebido o modelo de compartilhamento de serviços de suporte administrativo. A prestação centralizada de determinados serviços de gestão visa organizar e padronizar procedimentos, com vistas à redução de custos e à promoção de maior eficiência na administração pública.

Neste relatório (capítulos 3 e 4), são apresentadas informações sobre a gestão administrativa, financeira, orçamentária e a governança do MPO. O objetivo é permitir que cada cidadão avalie como os recursos públicos estão sendo empregados e verifique os resultados das ações empreendidas pelos administradores para o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

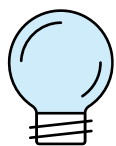
A prestação de contas do MPO cumpre não apenas uma obrigação legal, mas também reafirma o compromisso com a ética, a responsabilidade e a promoção de um ambiente de transparência e confiança na gestão pública.

Com a publicação deste instrumento de gestão, o MPO inova ao disponibilizar, de forma trimestral, informações que tradicionalmente compõem o Relatório de Gestão Integrado – de periodicidade anual – conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 84/TCU. Dessa forma, a sociedade ganha mais uma oportunidade de acompanhar, com regularidade, o valor público que o MPO entrega à população brasileira.

Ao longo da execução do trabalho, buscamos administrar os recursos públicos postos à disposição do Ministério com respeito aos princípios éticos, às diretrizes governamentais e às normas aplicáveis. Contudo, caso qualquer cidadão identifique eventual ato contrário ao interesse público, asseguramos que ele será devidamente apurado e tratado pelos canais institucionais competentes.

Conformidade e Eficiência da Gestão

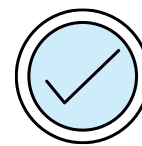
Em detalhes



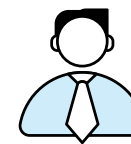
Plano Estratégico
Institucional



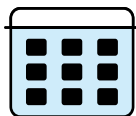
Gestão Orçamentária
e Financeira



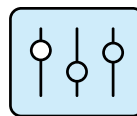
Instâncias
de Governança



Gestão de
Pessoas



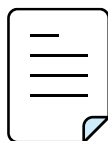
Gestão de Serviços,
Logística e Contratações



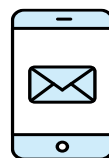
Relatórios de
Gestão Trimestral



Transparência e
Prestação de Contas



Relatório de Gestão
Integrado



Tecnologia da
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle
e Correição

4

INFORMAÇÕES

Orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

A seguir, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias:



ouvidoria.mpo@economia.gov.br



(61) 2020-5113



[Plataforma Fala.br](https://plataforma.fala.br)

